



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**AS FACES DA VIOLÊNCIA QUE SOFREM OS JOVENS DE CLASSES
POPULARES ATENDIDOS PELO PROJETO FRUTOS DO AROEIRA**

MAÍRA RIBEIRO MELO

FLORIANÓPOLIS (SC), 2008.2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**AS FACES DA VIOLÊNCIA QUE SOFREM OS JOVENS DE CLASSES
POPULARES ATENDIDOS PELO PROJETO FRUTOS DO AROEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social,
Orientado pela Professora Dra. Vânia Maria Manfro.

Florianópolis (SC), 2008.



MAÍRA RIBEIRO MELO

**AS FACES DA VIOLÊNCIA QUE SOFREM OS JOVENS DE CLASSES
POPULARES ATENDIDOS PELO PROJETO FRUTOS DO AROEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social, Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Vania Maria Manfro
Orientadora

Profa. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz
Examinadora

Profa. Dra. Marli Palma Souza
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a Fábio Marin Melo, marido e companheiro, no exato sentido da palavra e que se representa, por seu apoio fundamental e compreensão em todos os momentos desta trajetória. E ao meu filhinho, Henrique, que está prestes a chegar a este mundo e já participa desta importante etapa de minha vida.

AGRADECIMENTO

À minha orientadora, Profª Dra. Vania Maria Manfroi, pela orientação competente, mediação intelectual inquestionável, sua compreensão e tranqüilidade, que foram essenciais no desenvolvimento deste trabalho.

À Profª Dra. Marli Palma, que me acompanhou desde o início de minha trajetória acadêmica, auxiliando no aprofundamento de meus conhecimentos teóricos.

Ao Departamento de Serviço Social pela oportunidade de realização do curso.

À Ondina Rosa e Rosana Gaio por todo auxílio prestado, pela amizade e compreensão no decorrer desta trajetória.

Ao Padre Vilson, Ivone e Nadir pela oportunidade de realizar o estágio obrigatório no Projeto Frutos do Aroeira e também pela oportunidade de crescimento profissional.

Ao Centro Cultural Escrava Anastácia, pela diversidade de Projetos em que tive a oportunidade de participar e aprender.

Agradeço, em especial, aos jovens do Projeto Frutos do Aroeira, primeiramente, aos participantes da pesquisa por sua paciência, pelos depoimentos ricos em detalhes, e, que certamente proporcionaram um espetacular material de análise e que viabilizaram este trabalho. E, também, a todos os jovens que tive oportunidade de trabalhar no Projeto, que me fizeram reavaliar conceitos, estudar e me dedicar para melhor atendê-los.

Aos profissionais, equipe técnica e educadores do Projeto pela oportunidade de conhecimento.

Agradeço de todo coração, à Lizandra (Assistente Social supervisora de campo do estágio obrigatório), pela liberdade e confiança depositada em mim para o

desenvolvimento de um trabalho conjunto, que muito contribuiu para meu desenvolvimento profissional e autoconfiança.

Ao Ivan, Coordenador do Projeto, por toda paciência, abertura e oportunidade em aceitar minhas propostas e idéias, facilitando a implementação das mesmas. E, ainda, pelas viagens e visitas domiciliares que contribuíram muito para meu crescimento profissional.

À Adriana, Sabrina e Karla, que contribuíram substancialmente durante o percurso do estágio e pela amizade inestimável deste período.

Ao Programa de medida sócio-educativa de meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis e as Assistentes Sociais da Liberdade Assistida Comunitária, local em que realizei o estágio não-obrigatório, pela oportunidade de relacionar, de forma exemplar, os conhecimentos entre a teoria e a prática. E, à Andréia Tonin (Assistente Social supervisora de campo no estágio não-obrigatório), pelas preciosas discussões e o conseqüente amadurecimento em relação aos adolescentes que cumpriam medida sócio-educativa de meio aberto.

MUITO OBRIGADA!!

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À minha família;

À minha Mãe amada, por estar sempre ao meu lado, me apoiando, incentivando e sempre dizendo: “- És muito importante em minha vida; quero sempre te fazer feliz”.

A meu Paizinho querido (*in memorium*), que se estivesse aqui, estaria muito orgulhoso de mim.

- A ti, Pai, agradeço por seres um exemplo de alegria, de carisma; por todo teu carinho, que me traz doces lembranças [...].

Tua música soa em meu coração sempre, como uma benção da tua presença. Fazes muita falta [...].”

A minha especialíssima irmã, Moema, modelo que sempre busco alcançar.

Ao Ribeirinho, meu querido irmão e amigo e ao Miguelzinho e ao Bruno, por todo amor e por serem tão queridos.

**“O essencial não é aquilo que se fez do homem,
mas aquilo que ele fez
daquilo que fizeram dele”
(Jean-Paul Sartre)**

MELO, Máira Ribeiro. **As faces da violência que sofrem os jovens de classes populares atendidos pelo Projeto Frutos do Aroeira**. 2008. (112 folhas). Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso, aborda a realidade de Crianças e adolescentes, autores de atos infracionais que participam do Projeto Frutos do Aroeira e as suas relações com as violências a que foram e estão submetidos, desde a fase da infância até o período atual. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os jovens que participam do Projeto e que estão em cumprimento de medida sócio-educativa de meio fechado de Semi-liberdade ou por encontrarem-se em risco de vida em suas comunidades de origem. Os jovens entrevistados relatam suas experiências de vida em relação a seus familiares, à escola, comunidade, à entrada no trabalho ilegal, além dos atos infracionais praticados, e suas tentativas de mudança e projetos de futuro. Buscou-se, sempre dar voz a esses sujeitos que muitas vezes não são reconhecidos e vivem o estigma de serem considerados, pela sociedade e pelo senso comum, como “marginais” ou “delinqüentes”. Este estudo verifica que o Estado, a partir da Constituição Federal de 88 e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), é o maior responsável pela implementação da Doutrina de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, conforme determina as referidas legislações. Porém, a partir dos relatos dos entrevistados, percebe-se que este mesmo Estado que deveria garantir direitos, é o maior responsável pelo seu descumprimento e consequentemente é o maior violentador de tais direitos, deixando os jovens assim, a mercê dos mais variados tipos de violência, conforme se verifica nas análises e vivendo dentro de uma realidade que não oportuniza possibilidades e perspectivas, que não à do trabalho no mercado ilegal, como questão de sobrevivência.

Palavras-chave: Adolescência; Ato infracional; Estatuto da Criança e Adolescente; Medida sócio-educativa de meio fechado.

ABSTRACT

This monograph presents the aspects of the child and adolescents when they are authors of illegal acts and the violence which they are being submitted since their childhood till the adolescence. To do that, interviews were conducted with young people participating in the Fruit of the Aroeira Project, which they are in compliance with the measure of socio-educational environment free of semi-closed or at risk of life in their communities of origin. The youth interviewed describe their experiences of life for their families, the school, the community, into the illegal work, the illegal acts charged, and their attempts to change or projects and prospects for the future, always seeking to give voice to this social actor who is often not recognized and lives the stigma of being considered by the society and common sense as "marginal" or "criminals". This study verifies that the State, from the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 and the promulgation of the Statute of the Child and Adolescent (Law No. 8.069/90), is largely responsible for the implementation of the Doctrine of Integral Protection of Children and Adolescent, according to the legislation above-mentioned. But from the reports of the interviewees, it was possible to find that this rule should ensure that rights, is largely responsible for his failure and, consequently, is the largest perpetrator of such rights, leaving young people at the mercy of all kinds of violence, according the analysis and living in a reality that does not allow opportunities and prospects, not the illegal labor market, as a matter of survival.

Key-words: Adolescence; Illegal act; Statute of Child and Adolescent; Socio-educational measure of closed environment

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
1.1.	OBJETIVOS.....	15
1.1.1.	Geral	15
1.1.2.	Específicos	15
1.2.	METODOLOGIA	16
2.	A HISTÓRIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL	19
3.	CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA.....	33
3.1.	PROJETO FRUTOS DO AROEIRA.....	33
4.	A HISTÓRIA E O PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS.....	41
4.1.	A INFÂNCIA, FAMÍLIA, ESCOLA E A COMUNIDADE	46
4.2.	JUVENTUDE, ADOLESCÊNCIA E A ENTRADA NO TRABALHO ILEGAL (E/OU O ATO INFRACIONAL).....	65
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

1. INTRODUÇÃO

A violência urbana praticada por adolescentes, individualmente ou organizados em gangues, se constitui atualmente de fenômeno “mundializado” e destaca previsões pessimistas.

Baudrillard (1997) referindo-se à ordem social e à política contemporânea fala de problemas insolúveis trazidos à infância em decorrência da exclusão social, tais como as drogas, a sexualidade, a violência e o ódio, conforme se vê: “[...] a infância e a adolescência convertem-se hoje em espaço destinado por seu abandono à deriva marginal e à delinquência”. O autor prossegue, afirmando que a alteridade desse jovem, que escapa ao olhar adulto, que se autonomiza sem a consideração pelo outro, de quem não se sente mais nem descendente, nem solidário, volta-se contra o adulto como inimigo total, seja em episódios que não são explicáveis nem pela psicologia, sociologia ou pela moral.

Na conjuntura social brasileira, o aumento da criminalidade e da violência manifesta-se como uma relevante expressão da questão social, principalmente entre jovens e adolescentes, na faixa etária de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos. Em resposta a esta questão, a partir da necessidade de segurança, “propaga-se, enquanto solução, o apelo à ampliação do sistema punitivo” (COSTA, 2005, p. 69), e da repressão, justificando o uso da violência pelo aparelho estatal.

Verifica-se a multidimensionalidade e a complexidade do conceito da violência, uma vez que esta palavra se abre e se expande em muitas direções. Assim, se o objeto é complexo, fica claro que não se dará conta dele de forma simplista. As respostas ao desafio de encarar-se de frente a violência também precisam ser complexas e dar conta destas múltiplas dimensões. As ações precisam ser multidisciplinares, intersetoriais, multisecretariais (SCHILING, 2007).

Neste sentido, as respostas que se articulam a esses desafios revelam duas tendências: se por um lado as idéias de rebaixamento da idade penal se vivificam, por outro, a consciência de que os jovens são os grandes ausentes das políticas sociais serve de elemento moderador à respostas radicais. Pergunta-se, se o Estado está preparado para dar respostas às demandas da juventude que passa por “uma descronologização do ciclo de vida e sua des-estandardização” (PERALVA, 1997).

Na realidade atual e no foco deste trabalho, estão os adolescentes autores de atos infracionais, atendidos pelo Projeto Frutos do Aroeira – Casa de Semi-

liberdade que executa medida sócio-educativa de meio fechado. O Projeto recebe jovens de todos os municípios do Estado de Santa Catarina.

A maioria dos jovens que chega ao Projeto é proveniente de bairros carentes que se caracterizam pela condição de pobreza, uma vez que vêm de comunidades, de classes populares ou subalternas, migrantes, pessoas que lutam por condições básicas de sobrevivência, enfrentando questões como a posse da terra, o narcotráfico e a violação de muitos de seus direitos, bem como de seus filhos e parentes.

A pobreza e a característica da subalternidade encontradas nestas comunidades revelam uma realidade que Yazbek (1996, p. 83), traz como sendo aquela em que:

[...] marcados por um conjunto de carências, muitas vezes desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares, [...] a experiência da pobreza e exclusão acabam por condenar a partilhar muito pouco da riqueza social e reiteram a condição de submissão e dominação.

Assim, o presente trabalho tem como finalidade dar voz ao adolescente autor de ato infracional, que proveniente de classes populares, traz ao conhecimento do campo científico, as várias faces da violência a que está submetido. Aliás, insta salientar que, na fase da infância destaca-se a violência familiar e a violência vivida na escola, pela precariedade da rede de ensino que já os coloca no lugar “dos que não têm lugar”. De outro lado, destaca-se a vida em comunidade, o bairro em que vivem, a moradia precária, as experiências vividas de pobreza e exclusão, conforme leciona Yazbek.

Em contrapartida, na fase da adolescência destaca-se a violência da falta de oportunidades, da falta de escolarização, da falta de cursos profissionalizantes que facilitem a entrada no mundo do trabalho legal e a impossibilidade de estarem dentro do “modelo” de roupas de marca, tênis da moda, dinheiro para festas, enfim, de se constatarem pessoas de classe empobrecida. Identifica-se a entrada no mundo do trabalho ilegal (tráfico de entorpecentes, assaltos, etc.), a morte de parentes e amigos próximos e seus próprios atos de violência, tornando-os autores de atos infracionais, a violência policial e a violência no cumprimento das medidas sócio-educativas que se anunciam como uma nova possibilidade de vida, mas que apesar de 18 anos do Estatuto da

Criança e do Adolescente, ainda vê-se na aplicação das medidas e nas instituições, padrões estabelecidos desde o código de menores.

Este trabalho pretende ainda, identificar os projetos de vida, os desejos, as tentativas de mudanças, os “descaminhos” dos adolescentes, mas, principalmente, buscar entender sua vida cotidiana, seus anseios e suas estratégias de sobrevivência, em uma realidade de violação de direitos.

Os jovens escolhidos para a realização deste trabalho são atendidos pelo Projeto Frutos do Aroeira que executa medida sócio-educativa de meio fechado de semiliberdade, estando vinculado à ONG Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), que firmou convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, local em que a acadêmica fez estágio obrigatório e supervisionado.

Deste modo, tem-se como questão de pesquisa: Quais as violências sofridas pelos jovens que cumprem medida sócio-educativa de meio-fechado de semiliberdade no Projeto Frutos do Aroeira, como foram as experienciadas por estes jovens? Quais seus projetos de vida anteriores e atuais, a construção de novos projetos e quais as tentativas de mudança, as desistências e como se vêem hoje? O que pensam para o futuro após o cumprimento da medida?

Destarte, acredita-se que por meio deste trabalho seja possível, uma melhor compreensão a respeito da realidade destes jovens que residem em comunidades da periferia, contribuindo para que haja uma diminuição do “estigma” que sofrem e se compreenda a realidade em que estão inseridos, na tentativa de se efetivar políticas públicas sociais, que se aproximem mais desta realidade e permitam possibilidades efetivas de oportunidades.

Vislumbra-se, que como sujeitos de direito e com prioridade absoluta do Estado, consoante afirma a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 227, que eles possam escolher seus projetos de vida, sem que o trabalho ilícito seja, uma ou talvez, a única possibilidade de Ser destes jovens, em uma sociedade que lhes são negadas outras oportunidades de vida. O intuito da pesquisa não é vitimizá-los nem tão pouco justificar o ato infracional praticado, mas compreender a realidade vivida e acreditar que é possível organizar ou reorganizar os projetos de vida pautados na realidade e nas possibilidades dos jovens.

Este trabalho pretende, então, auxiliar e contribuir para que os programas e/ou projetos sociais e políticas públicas repensem sua visão e atendimento,

tornando-os mais efetivos, criando e aprimorando tais programas/projetos para que realmente possibilitem essa rearticulação dos projetos de vida dos jovens.

Portanto, entender melhor a juventude é um passo que pode contribuir para a diminuição do preconceito, da violação de direitos a que estes jovens estão submetidos, auxiliando Assistentes Sociais e outros profissionais que trabalham com esta população e, até mesmo a sociedade, a perceberem os jovens de classes populares como sujeitos de direitos e que devem ter acesso a todos os bens e riquezas produzidos pela sociedade capitalista, em uma perspectiva de incluí-los e não de repudiá-los ou trancafiá-los em Centros de Internação ou Penitenciárias (como pretende a corrente que defende a diminuição da maioria penal).

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Geral

Conhecer a realidade vivida pelos jovens que participam do Projeto Frutos do Aroeira, por meio de suas trajetórias de vida, identificando a violação dos direitos que sofreram ao longo de suas vidas e ainda, conhecer e identificar seus projetos de vida, suas estratégias e tentativas para realizá-lo, bem como suas dificuldades.

1.1.2. Específicos

- identificar as violências vividas na fase da infância família, escola, condições de moradia, condições econômicas, dificuldades financeiras dos pais e seus sentimentos frente a esta realidade;
- identificar as violências vivida na fase a adolescência, falta de oportunidades, escolaridade, a entrada no mundo do trabalho ilegal, as violências a que este trabalho submete, seus atos de violência, dependência química;

- Investigar as condições objetivas de existência do adolescente (atuais e anteriores);
- Conhecer como cada adolescente entende a realidade em que está inserido;
- Conhecer quais foram suas tentativas de mudança e quais foram suas dificuldades objetivas e subjetivas.

1.2. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa será a exploratória, por acreditar-se que é o método mais eficaz de se chegar aos resultados esperados.

A pesquisa analisará a trajetória de vida dos jovens entrevistados, buscando compreender em um contexto mais amplo as dificuldades encontradas desde a infância até a fase da adolescência, as carências materiais, a ausência do Estado, a família sem condições de suprir suas necessidades básicas, a escola que não motiva e não provoca o interesse e, as consequências, que tais ausências podem provocar na vida destes jovens, mesmo que tenham nascido sob o amparo e proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O que se discutirá é como o Estado, mesmo sob a subordinação da legislação, não consegue realizar a proteção à que os jovens têm direito depois de promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para isso, se utiliza a pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo, (2007, p. 21):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado [...]. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

O instrumento de coleta de dados escolhido foi o da entrevista guiada, que é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas (RICHARDSON, 2007, p. 207).

A entrevista guiada foi escolhida, pois permite que o entrevistado tenha liberdade de expressar-se como quiser, sendo guiado pelo entrevistador (RICHARDSON, 2007, p. 212). Esta técnica foi fundamental, pois os jovens tiveram a liberdade de contar suas histórias e a entrevistadora somente guiava o assunto

para determinados temas importantes de serem conversados. O período em que foram realizadas as entrevistas, foi entre março e junho de 2008, foram realizadas uma entrevista com cada um dos jovens e o recurso utilizado foi a gravação das mesmas, tendo aproximadamente oito horas de entrevistas gravadas.

O universo ou a população escolhida para participar da pesquisa, foram cinco jovens que participam do Projeto Frutos do Aroeira e que tiveram o interesse de contar suas histórias de vida, alguns em cumprimento de medida sócio-educativa de semiliberdade e outros que estão no Projeto por estarem em risco social dentro de suas comunidades, a idade destes jovens é de 14 (quatorze) a 19 (dezenove) anos. Todos os jovens do Projeto assinaram o Termo de Consentimento Livre e foram esclarecidos a respeito da pesquisa a ser realizada pela acadêmica, utilizou-se este procedimento por acreditar-se que desta forma estaria mais preservada a identidade dos jovens participantes da pesquisa.

Foram realizadas visitas domiciliares nas comunidades de origem de alguns dos jovens participantes da pesquisa para conhecer-se melhor a realidade em que vivem, bem como a de seus respectivos familiares. Todos têm em comum a ausência do Estado em suas vidas desde a infância, a família em situação de pobreza e a prática de atos infracionais.

Para as análises das entrevistas realizadas, a acadêmica fez as transcrições e, posteriormente, utilizou os trechos em que os jovens relatam e expõem seus pensamentos a respeito de temas importantes e que dão visibilidade das realidades vividas e das violências sofridas, destacando a visão dos entrevistados.

O trabalho estruturou-se nesta primeira sessão de Introdução. A segunda sessão, a acadêmica contextualizou a história da Criança e do Adolescente no Brasil, abrangendo os períodos desde o Brasil Colônia, com a roda dos expostos até o momento atual em que vive-se a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na terceira sessão trata a respeito da ONG Centro Cultural Escrava Anastácia, mais especificamente do Projeto Frutos do Aroeira, local que permitiu as entrevistas e que a acadêmica realizou o estágio obrigatório. O Projeto a partir do mês de fevereiro de 2008, passou a executar medida sócio-educativa de meio fechado de semiliberdade, assim, trabalhando-se nesta sessão, um pouco da história do Projeto, como iniciou e passou a ser um executor de medida sócio-educativa, esta transformação, o fazer do Serviço Social nesta nova fase de execução de medida sócio-educativa e, para finalizar, a medida sócio-educativa de

semiliberdade, o que é e como deve ser executada a partir do SINASE e do Estatuto. A quarta sessão, faz-se uma breve caracterização dos jovens entrevistados, relatando de forma rápida suas histórias de vida e o contato com o Projeto Frutos do Aroeira, e posteriormente passa-se para a análise das entrevistas na fase da infância, em que os jovens relatam como foi seu período de infância, as experiências na escola, outras instituições em que participaram de projetos, na rua (comunidade), família e/ou amigos., trabalha-se a fase da adolescência em que os jovens relatam suas experiências de entrada no mundo do trabalho ilegal, tráfico de drogas, armas, dinheiro, poder, família, escola, violências vividas e praticadas. A quinta sessão traz as considerações finais do trabalho e recomendações para futuros trabalhos.

2. A HISTÓRIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

A criança empobrecida, ao longo da história no Brasil é marcada pela injustiça, incompreensão e abandono, desde a época colonial aos dias de hoje. Percebe-se que não só a criança, mas as camadas empobrecidas da população brasileira não tiveram oportunidade de se desenvolver, ficando à margem, excluídas da riqueza socialmente produzida no país, sendo estigmatizadas e rotuladas, sem condições de alterar sua condição de vida.

Os vários períodos históricos no Brasil revelam que a atitude de seus governantes e sua elite intelectual, em relação à infância e juventude pobre brasileira, foi de descaso e de políticas paliativas e fragmentadas que não tinham o objetivo real de solucionar o problema.

Para iniciar esta contextualização, volta-se ao Brasil colônia, período em que surge o sistema de roda dos expostos, criado na Europa medieval, e considerado um meio encontrado como tentativa de salvar a vida dos recém nascidos, que até então eram abandonados nos bosques, lixos, portas de igrejas ou casas de famílias (MARCÍLIO, 1997, p. 52).

A roda dos expostos era um dispositivo onde eram colocados os bebês que se pretendia abandonar. Tinha forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória e era fixada no muro ou na janela da instituição que os acolhia. Este sistema de roda, permitia ao expositor depositar a criança e girar o cilindro, sendo que, no mesmo momento, a criança já estava do outro lado do muro. Havia também um sino para avisar à rodeira (pessoa encarregada de buscar o bebê na roda), que um bebê estava sendo abandonado. Assim, através deste sistema garantia-se o anonimato do expositor que não poderia ser identificado.

A tradição do sistema de roda dos expostos, se expandiu por toda a Europa e veio para o Brasil quando, no século XVIII, se reivindicou à coroa a permissão de se estabelecer uma primeira roda de expostos na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, junto à Casa de Misericórdia e nos moldes da de Lisboa (Portugal), tradição que teve vida longa no Brasil, sobrevivendo por quase um século e meio – desde o período colonial, expandindo-se no Império e mantendo-se no Brasil República até a década de 50 (cinquenta). O Brasil foi o último país a acabar com o sistema da roda dos expostos ou enjeitados.

A necessidade de instalar-se o sistema da roda, no Brasil, surgiu da preocupação das autoridades com o aumento crescente do fenômeno do abandono de bebês na cidade de Salvador e tinha como objetivo evitar o horror e a falta de humanidade que se praticava para com os recém nascidos, que eram deixados nas ruas, lugares imundos e, que em sua maioria, não sobreviviam, alguns até sendo devorados por cães e outros animais. Nesta época, já se culpabilizava as mães, taxando-as de ingratas e desamorozas bem como, se imputava às condições climáticas do país, uma propensão à liberdade, em que os ociosos se aproveitavam do clima, para entregarem-se ao vício.

Sob a responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, com o auxílio financeiro da fazenda pública e alguns beneméritos, foi aberta, então, a primeira roda dos expostos em Salvador, no ano de 1726; no Rio de Janeiro, em 1738 e em 1789 a do Recife. Aliás, estas são as três rodas de expostos, surgidas no período colonial (MARCÍLIO, 1997). Neste período, conforme o que era designado também em Portugal, o problema das crianças abandonadas era de responsabilidade das Câmaras Municipais, de acordo com as Ordenações Filipinas, que tinham a obrigação de ampará-las. Porém, estas alegavam falta de condições financeiras para subsidiar o aumento da exposição de crianças pelas ruas e casas de famílias e também não queriam onerar o povo com novos impostos para a criação dos expostos.

Com a Independência do Brasil, a situação não se modificou, visto que era de competência das Santas Casas de Misericórdia acolher os expostos e das Câmaras Municipais a obrigação de assistência aos desvalidos. Porém, as Câmaras Municipais, nunca aceitaram com boa vontade a incumbência de assistência às crianças abandonadas. No ano de 1828, aprovou-se a Lei dos Municípios, que dava margem para eximir algumas Câmaras da pesada e incômoda tarefa de assistência aos expostos. A Lei dos Municípios estabelecia que em cidades que houvesse Misericórdia, a Câmara poderia usar seus serviços para instalação da roda e assistência aos enjeitados que recebesse. Esta parceria passaria a ser efetuada com a Assembléia Legislativa Provincial, que entraria com um subsídio para auxiliar o trabalho da Misericórdia, e não mais a Câmara Municipal. Isto trouxe consequências, tais como a oficialização da responsabilidade da roda dos expostos pelas Misericórdias, sendo que estas passam a servir o Estado, não possuem mais

o caráter caritativo de assistência e inaugura-se a fase da filantropia em que se associa o público e o particular (MARCÍLIO, 1997, p. 60).

A roda dos expostos sempre foi muito discutida, pois acreditava-se que com o anonimato os expositores não se responsabilizavam pela criação de seus filhos, o que “propiciava a licenciosidade e a irresponsabilidade pelo fruto de seus prazeres” (MOREIRA LEITE, 1991, p. 99). Porém, antes mesmo do surgimento das rodas de expostos, já havia problemas com o abandono de crianças nas ruas, portas de igrejas, etc.

No Brasil, a situação era agravada pela existência da escravidão, da exploração sexual das escravas e exploração das crianças escravas. As rodas nunca foram suficientes para atender a demanda de todas as épocas e o sistema sempre apresentou fraudes e abusos, como mães que deixavam seus filhos na roda e, em seguida, se ofereciam para ser amas de leite do próprio filho, mas que a partir daí, receberiam um salário para amamentá-los.

Muitos senhores de escravos alugavam suas escravas para serem amas de leite, uma vez que eram obrigadas a abandonar seus filhos para amamentar os filhos dos outros. Os senhores recebiam por seu aluguel, ou, ainda, obrigavam as escravas a depositarem seus filhos na roda e buscá-los para serem amamentados com pagamento. Finda a amamentação paga, as crianças continuavam como escravas. Isto, muitas vezes, ocorria com a convivência de pessoas de dentro da instituição, amas de leite que não declaravam a morte da criança à Santa Casa para continuar ganhando o salário de ama. Havia um alto índice de mortalidade dos expostos nas Misericórdias, e, por este motivo, não havia como estas instituições abrigarem todas as crianças. Assim, estas eram entregues à criação, em casas de amas, que as criavam até os três anos de idade, sob a condição de receber um salário. Havia um estímulo para que as amas ficassem com as crianças até a idade de sete a doze anos, quando se permitia a exploração do trabalho da criança de forma remunerada, ou em troca de casa e comida. Ao final do período de criação, as crianças não tinham um local para se dirigir e acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se, vivendo de esmolas ou furtos.

Destarte, as Santas Casas de Misericórdia não conseguiram atingir seu objetivo, que era amparar os pequenos desvalidos. Havia denúncias de exploração e crueldade dos adultos e dos funcionários do Estado para com essa infância indefesa. Neste contexto e com o surgimento de novas instituições de proteção à

infância desamparada, nos moldes de uma nova fase assistencial à infância, iniciava-se a fase assistencialista filantrópica, que substituiu gradualmente a caridade pela filantropia científica. Deste modo, passa a ser de competência da filantropia a tarefa de organizar a assistência dentro dos novos moldes de exigência social, política, econômica e moral que surgem no início do século XX no Brasil (MARCÍLIO, 1997).

Outrossim, destaca-se, ainda, que o termo “menor”, ainda no período histórico do Brasil Império, era utilizado para definir a criança e o adolescente em relação a sua faixa etária e as suas responsabilidades civis ou canônicas. Posteriormente, o Código Criminal do Império de 1830, veio a estabelecer a responsabilidade penal e suas penas, definidas em três períodos. A idade antes dos vinte e um anos: primeiro os menores de quatorze anos – não teriam responsabilidade penal; segundo, os maiores de quatorze e menores de dezessete anos poderiam sofrer penas de cumplicidade impostas por um magistrado; e, terceiro, o limite era o de vinte e um anos para imposição de penas mais drásticas como as galés. Mas, para os menores de quatorze anos, o Código em comento admitia que fossem recolhidos às casas de correção, a critério do juiz, caso esse julgasse que o delito tinha sido cometido com discernimento. Assim, crianças de até dezessete anos poderiam ser condenadas e levadas a prisões comuns.

O Código Penal de 1890, agrava a situação das crianças em relação a responsabilidade penal, pois diminuiu para nove anos o limite mínimo de imputabilidade do agente do crime (LONDONÕ, 1991, p. 131).

Outrora, os juristas do fim do século XIX e início do século XX, utilizam a palavra “menor” para identificar as crianças e adolescentes pobres das cidades, aqueles que não estão sob a autoridade de seus pais e tutores. Neste jaez, os menores abandonados eram aquelas crianças que povoavam as ruas dos centros das cidades, mercados, praças e por cometerem delitos eram chamados de menores criminosos. O menor era assim chamado, sendo identificado por aquelas crianças e adolescentes abandonados, tanto material como moralmente. Eram diferenciados dos “filhos de família” que estavam sujeitos à autoridade paterna e não estavam predispostos aos vícios e vadiagem típica de “famílias desestruturadas” (LondonÕ, 1991, p. 135).

A partir do século XX, a preocupação com a infância no Brasil adquire uma nova ideologia, que culminará com o Código de 1927. Surge a dualidade em defesa

da criança, que é percebida como em situação de perigo e a defesa da sociedade em que a criança é vista como perigosa (RIZZINI, 1995, p. 111). A ideologia hegemônica deste período é “salvar o menor” que significa também, a salvação da nação. A idéia de salvação da criança confunde-se com a proposta de salvação do país, uma vez que o Brasil era um país a ser moldado como uma criança. A elite brasileira visualizava a população empobrecida, como seres primitivos e bárbaros, em desacordo com o pensamento ideal da civilização da época. A vida urbana tornava mais visível o contraste entre a elite – o homem moderno, industrial, capitalista e o homem do povo – um bruto e ignorante, que era como uma criança que cresceu sem ter sido lapidada. É com esta visão que a criança é tida como o futuro da nação, a esperança do futuro, mas por outro lado, constituía-se de uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza (RIZZINI, 2000). Assim, a elite letrada que dominava o cenário político da época, sabia muito bem o que deveria ser feito, ou seja, promover a educação para civilizar, mas, no entanto, sem abrir mão dos privilégios que havia herdado (RIZZINI, 2000).

A imagem do menor se caracterizava pela criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos pais, tutores, pelo Estado e pela sociedade e que incorriam em delito. Sob esta lógica, o Estado deveria se responsabilizar por estas pessoas, tratando-as e protegendo-as. É neste contexto que surgiu o Código de Menores de 1927, que após inúmeros projetos, finalmente consolidou as leis de assistência e proteção aos menores, procurando abranger todos os possíveis detalhes a respeito da problemática dos menores (RIZZINI, 1995, p. 129).

Algumas medidas estabelecidas no Código de 1927 impressionam por sua abrangência e pela possibilidade de arbitrariedade pela autoridade judiciária, que passou a ter domínio incontestável sob a vida das crianças, isto é, a mera desconfiança autorizava o juiz de menores a decidir a respeito do destino da criança e do adolescente.

Rizzini, cita que:

Ao acrescentar à categorização de menor abandonado ou pervertido, a frase [...] ou em perigo de o ser, surgia-se a possibilidade de enquadrar qualquer um no raio de ação de competência da lei. A intenção era ainda mais óbvia, no concernente aos menores caracterizados como delinquentes. Uma simples suspeita, uma certa desconfiança, o biótipo ou a vestimenta de um jovem poderiam dar margem a que fosse sumariamente

apreendido”. Também o tom investigativo que o Código adquire que dá ampla liberdade à autoridade pública competente de proceder investigações que considerasse necessária, proibindo até mesmo, o laser mesmo acompanhados dos pais, caso a autoridade fiscalizadora proibisse por ser influencia prejudicial ao desenvolvimento moral, intelectual ou físico, ou ainda, que pudesse exercer perigosamente a fantasia, despertar instintos maus ou doentios (Rizzini, 1995, p. 131).

É importante verificar, que o Código de Menores de 1927 visava um controle sobre a população, com um intenso sistema de proteção e assistência, por meio do qual, qualquer criança por sua simples condição de pobreza estava sujeita a ser enquadrada no raio da ação da justiça e da assistência, com o objetivo de proteger a sociedade da grave ameaça dos menores delinquentes (RIZZINI, 2000, p. 43).

É assim, que o termo menor foi sendo amplamente divulgado, popularizado e incorporado na linguagem comum, sendo a preservação da ordem social e o interesse em assegurar a modernização capitalista brasileira, fatores determinantes que geraram a arbitrariedade para com a população empobrecida, que, por este fato (a condição de empobrecimento), era vista como problema social, de desajustados, delinquentes que estavam à mercê da interpretação e boa vontade do julgamento da justiça.

Posteriormente, houve uma alteração no pensamento da época. Os anos 30, com o governo de Vargas, se caracterizou por um sentido mais humanitário, amplo e de justiça social que foi fornecido ao “problema” do menor desvalido. Essa população passa a ser considerada vítima dos tentáculos da miséria, que deriva do abandono, doenças, vícios e crimes, percebendo-se que os menores não precisam mais de leis, mas, sim, de soluções para seus problemas como alimentação, saúde e educação. Surgem neste período, também, as idéias socialistas que se apresentavam como um grande perigo, sendo que a criança passa a ser peça importante neste projeto de proteção da sociedade, em face de tais idéias. O Serviço Social também possui sua importância, no sentido de trazer alento às camadas populares, visto que o descompasso entre as classes sociais era uma realidade e os problemas sociais uma ameaça concreta contra a Nação. De tal modo, o Serviço Social passa a ser parte integrante da formulação dos programas de bem estar e da legislação dos anos quarenta (RIZZINI, 2000, p. 46).

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (S.A.M.), cujos objetivos eram destinados a atuar junto aos menores desvalidos e delinquentes e sistematizar e orientar os serviços de assistência a esta população, que se encontrava internada em estabelecimentos oficiais e particulares, além de proceder investigação social e exame médico-psico-pedagógico, abrigar os menores conforme determinação da justiça, recolher os menores em estabelecimentos adequados afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico até seu desligamento, bem como estudar as causas do abandono e da delinquência infantil, para orientação dos poderes públicos, promovendo a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas, conforme o Decreto Lei, nº 3.799, de 05 de novembro de 1941 (RIZZINI, 1995, p. 277).

A instituição, era, em princípio, restrita à Capital da República, porém, no ano de 1944, o S.A.M. adquiriu âmbito nacional, porém sem se pensar em sua operacionalização nas demais regiões do país, o que acarretaria sérios problemas de funcionalidade.

Com o decorrer do tempo, o S.A.M. passou a representar mais uma ameaça à criança pobre, do que a sua proteção, conforme era destinado. Havia inúmeras denúncias de maus tratos ao menor, corrupção, impunidade, funcionários despreparados e corruptos que exploravam os internos, sendo considerados incapazes de exercer o cargo. A corrupção no S.A.M. atingia todos os níveis de sua estrutura, isto é, desde o gabinete do Ministro da Justiça aos estabelecimentos de atendimento. Por este motivo, foi aberta uma sindicância, instaurada no ano de 1961, para apurar tais denúncias. Assim sendo, a Comissão de Sindicância descobriu, que apesar das inúmeras irregularidades ocorridas ao longo da existência do S.A.M., nenhuma havia sido punida ou corrigida (RIZZINI, 1995).

O S.A.M. chegou a um nível tão alto de corrupção, que as autoridades do próprio governo e dos setores da sociedade começaram a acreditar na impossibilidade de recuperação. O S.A.M. “[...] se transformou numa verdadeira fonte de recursos para fins pessoais – seja na forma legal ou ilícita” (RIZZINI, 1995, p. 287).

Em substituição ao S.A.M., foi criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), em dezembro de 1964. Com o governo militar, as propostas e discussões a respeito da reforma do Código de Menores ficou inviabilizada, e prevaleceu o aumento de medidas repressivas e o estabelecimento da chamada

Política de Segurança Nacional. A problemática do “menor” foi elevada à condição de “problema de segurança nacional” (RIZZINI, 2000, p. 64).

No período da ditadura militar, pós-golpe de 1964, o país sofreu com mudanças sociais em ritmo acelerado e ocorreu um processo de urbanização desenfreado das cidades, o que estimulou o êxodo rural, em que as pessoas deixavam seus locais de origem para instalarem-se precariamente nas periferias das cidades, em busca dos padrões de vida estimulados pelo modelo de “desenvolvimento com segurança nacional”.

Neste contexto, a expansão da pobreza aumentava na medida em que o mercado de trabalho não conseguia absorver toda a demanda de trabalhadores, motivo pelo qual, esses fatos acarretavam o crescimento do “processo de marginalização” que era explicitado pela incapacidade de sustento, situação de baixa renda, habitação, saúde, educação, lazer precários. Assim, foram surgindo as massas, cada vez mais densas de indivíduos com problemas de inserção formal na sociedade (VOGEL, 1995, p. 303).

Para o Poder Nacional (Governo do Regime Militar) era necessário criar uma política que protegesse crianças e jovens como “prevenção do capital humano”, como prevenção dos prejuízos socioeconômicos e políticos, bem como o risco potencial constituído por esses “irregulares” se viessem a ser capitalizados por forças contrárias ao regime (VOGEL, 1995, p. 304).

O governo identificou que o problema do menor relacionava-se com a sua família, que era considerada a “célula base da sociedade” e havia um temor de que sua deteriorização afetasse a ordem estabelecida e a segurança nacional. Portanto, foi necessário implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a PNBEM, a qual a FUNABEM estaria subordinada ou seria o órgão responsável por implementá-la.

Para a Fundação, o “problema do menor” era a carência, o ponto inicial de um caminho sem volta (carência-abandono-maus tratos-exploração-desvio de conduta-criminalidade), portanto, era imprescindível combater seu potencial desagregador, prestando “serviços humanos substitutivos”. Tais serviços tinham seus fundamentos e inspirações na Declaração dos Direitos Humanos da Criança aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 1959.

A política (PNBEM) da FUNABEM, considerava que o “bem-estar do menor” estava no atendimento de uma série de “necessidades básicas”, tais como, saúde,

amor, compreensão, educação, recreação e segurança nacional. Outro ponto estratégico da Política Nacional, encontrava-se na garantia da defesa do próprio menor contra o abandono, a crueldade, a corrupção ou a exploração, bem como, tinha como escopo a sua reintegração no ambiente familiar. Para isso, havia a necessidade do fortalecimento econômico e social da família, que era o ponto fundamental em toda a Política de Bem-estar do Menor. A internação dentro da lógica da PNBEM, apontava para vários aspectos negativos, vez que debilitava a família, pois esta se afastava do ideal de “família bem constituída”, tendo um de seus membros internados, como também onerava a nação, dando origem ao “menor filho do Estado”. Por fim, era um procedimento inadequado, no que se referia à massa, pois era impossível o Estado encarregar-se da internação maciça e indiscriminada de quase 1/3 (um terço) da população infanto-juvenil do país (VOGEL, 1995, p. 305).

À FUNABEM, cabia assumir e implementar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Para tanto, seu campo de trabalho tinha objetivos definidos e referiam-se ao menor desassistido, os de conduta anti-social e os carenciados. Para eles deveriam existir programas de tratamento, prevenção e privilégio de manutenção ou reintegração na família, na comunidade e, somente em casos extremos, recorrer-se-ia ao internato. Esse empenho foi desenvolvido sob o lema – Brasil Jovem: A base do futuro sem fronteiras”, que tinha um discurso salvacionista e visava o resgate da juventude e da família brasileira (VOGEL, 1995, p. 308)

Atrás da política de prevenção estabelecida pela PNBEM, estava o ideário da segurança nacional e a necessidade de “cuidar” da juventude, que tinha como alvo a prevenção de um mal maior, de que estes jovens não fossem cooptados pelos “inimigos da pátria”, que se materializavam no uso de drogas e traficantes e os “agentes internacionais” empenhados no cumprimento de um suposto preceito leninista – “desmoralizai a juventude e a revolução comunista estará ganha” (VOGEL, 1995, p. 311). Assim, as medidas adotadas tinham o objetivo de evitar a manifestação de fenômenos prejudiciais à ordem individual ou social.

Os resultados da FUNABEM e da PNBEM, apesar de todos os investimentos feitos e do orgulho do Poder Nacional em relação a tal política, não resistiram à realidade que assolava o país e aos prejuízos resultantes da marginalização que tinham aumentado e diminuído a segurança.

Para Vogel, segundo a CPI do Menor:

De acordo com seu diagnóstico, havia no Brasil cerca de 25 milhões de menores carenciados e/ou abandonados; 1/3 da população infanto-juvenil encontrava-se em estado atual ou virtual de marginalização. O vertiginoso processo de crescimento populacional, migração e urbanização, fizera aparecer, ao redor das cidades, amplos “cinturões de pobreza”. Com isso, a vida urbana, sobretudo, nas grandes metrópoles, corria o risco de tornar-se insuportável. Ainda mais quando se considerava que segundo os dados do censo de 1970, 60% da população brasileira vivia nas cidades e se estimava que este número atingiria os 2/3, em 1980 (VOGEL, 1995, p. 314).

Além desse fato, entre a distância da proposta da FUNABEM e PNBEM e a prática, havia uma evidente contradição. A internação era recorrente apesar da política de desestímulo; havia a herança do S.A.M.; e as famílias populares que continuavam a pensar no colégio interno, como local seguro em que os filhos estudavam, comiam e se tornavam gente, sendo uma instituição capaz de adequar crianças e adolescentes problemáticos. A gratidão dessas famílias ao governo era levada em consideração pela FUNABEM, pois poderia traduzir-se em votos (VOGEL, 1995, p. 309). Desta forma, a FUNABEM exerceu uma política controvertida, com investimentos altos e resultados insatisfatórios.

Entretanto, o Código de Menores de 1979 refletiu o contexto em que o país estava inserido, isto é, em um governo militar, em que o “problema” do menor se agravava em grandes proporções. Este código espelhou-se no antigo Código de Menores de 1927, porém com mais severidade, uma vez que acrescentou um novo termo a “situação irregular” que dizia respeito ao menor de 18 (dezoito) anos de idade, que se encontrava abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta e, ainda, autor de infração penal. A situação irregular abrangeu todas àquelas situações em que a criança e o adolescente não estavam adequados em uma situação de “normalidade”, ficando a cargo do juiz de menores, decidir conforme seus valores, o que seria uma situação de não normalidade (RIZZINI, 1995, p. 158).

Para Veronesse:

[...] em consonância com o Código de Menores, uma criança ou adolescente, sobre a qual se entendeu como tendo uma conduta desviante, mesmo que jamais tivesse cometido ato anti-social, poderia ser privada de sua liberdade de ir e vir, e perder os vínculos familiares e comunitários, pelo simples fato de estar em situação irregular (Veronesse, 99, p. 41).

O Código de Menores foi bastante autoritário e devolveu ao juiz de menores o poder de outrora (Código de 1927). A todo o momento, o juiz podia decidir a respeito da vida de uma criança ou adolescente de forma subjetiva, e, ainda, por tempo indeterminado. A condição de menoridade neste Código, é pior que a situação de um adulto em desacordo com a lei, ou seja, ao adulto são garantidos mais direitos do que à infância e juventude. O cunho inquisitivo com que era tratado o processo em que o menor era submetido, era contrário, até mesmo, aos princípios fundamentais da justiça penal, como o princípio do contraditório e do *in dubio pro reu*. A não necessidade de provas, podendo o juiz, determinar uma medida de internação sem a comprovação do ato ilícito, é a confirmação desta violação dos princípios penais.

Ao final dos anos 80, após uma dura luta da sociedade brasileira para o retorno ao estado de direito, é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, chamada de Constituição Cidadã. O clima era de euforia com a nova carta, que estabelecia direitos e garantias individuais, proteção ambiental, possibilidade de participação ativa na vida política e prioridade absoluta à criança e ao adolescente, expressos nos artigos 227 e 229 da referida Carta.

O grupo que liderava as discussões e debates a respeito da criança e do adolescente, compunha-se de dirigentes de ONGs, funcionários públicos dos três poderes, agentes pastorais, acadêmicos e militantes em geral. Este grupo se fortaleceu e fez crescer o movimento “criança, prioridade nacional”, juntamente com o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua. Nesses grupos as discussões eram freqüentes e as lideranças desabrochavam. O que caracterizava o discurso desse novo ator coletivo era uma forte condenação do modelo implementado para atender à infância e duras críticas à legislação vigente da época (o Código de Menores), apontando seu caráter arbitrário e a concentração de poderes nas mãos dos juízes, bem como um comovido apelo a não-internação (BASÍLIO, 2003, p. 33). O movimento tinha como objetivo redigir e negociar com o Congresso Nacional uma lei complementar para substituir o Código de Menores, o mais rápido possível.

Para isso, o novo texto deveria demarcar um ponto de ruptura claro e inequívoco em relação à ideologia anterior. Assim, o termo “menor”, tradicional na esfera jurídica, se tornou palavra não grata, por sua carga negativa, sendo que em substituição, adotou-se “criança ou adolescente”. O Código de 1979, utilizava a

expressão “doutrina da situação irregular” para designar suas limitações e ideologia e deveria ser substituída pela denominação “doutrina de proteção integral” para descrever a nova filosofia que serviria de base para o novo ordenamento legal, a ser elaborado (BASÍLIO, 2003, p. 34). A nova lei seria mais abrangente e compreenderia todas as crianças, de qualquer classe social, sendo ou não vítima de ação ou omissão, ou seja, “[...] uma lei para todos aqueles com menos de 18 anos, não um código, mas um estatuto” (BASÍLIO, 2003, p. 35). É neste momento, que a expressão “sujeito de direitos” passa a ser evocada para definir uma ação de novo tipo, da sociedade e do Estado.

É com esta nova ideologia, que o anteprojeto de Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente é levado ao Congresso Nacional e tem tramitação conjunta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, visto que:

Um acordo de lideranças abrevia o processo de votação que seriam necessárias à sua aprovação: é deste modo que o Estatuto consegue ser promulgado em 1990 e passa a existir decorridos menos de dois anos da Constituição Federal ter seus trabalhos concluídos. O texto de lei complementar se faz realidade (BASÍLIO, 2003, p. 40).

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), foi a primeira lei que rompeu, realmente, com a cultura de “situação irregular” que a juventude do Brasil estava subordinada. A mudança de paradigma em relação ao Código de 1979, ocorreu principalmente em dois eixos de atendimento.

Segundo Basílio (2003, p. 30), no primeiro inserem-se as ações denominadas de “medidas protetivas” que buscam resgatar ou criar oportunidades de correção de trajetória de vida, priorizando aquisição de direitos básicos violados. Estas ações são realizadas em grande parte pelos Conselhos Tutelares. Já, o segundo eixo descreve um conjunto de procedimentos denominados “medidas sócio-educativas” que dizem respeito aos adolescentes em conflito com a lei. Estas medidas têm o objetivo de reorganizar a existência dos adolescentes em uma dinâmica prioritariamente educativa. Na perspectiva do Estatuto, a internação seria um ato de irresponsabilidade se não estivesse permeada pela possibilidade libertadora da educação.

Esta nova ideologia passa a vigorar com a aprovação do Estatuto, uma lei avançada que vai ao encontro do que determina a Declaração da Criança (ONU,

1959). Mas sua prática institucional não condiz com a utopia proposta pelo Estatuto e continua a se manter repressiva.

Basílio afirma “[...] que a prática das ‘medidas sócio-educativas’ (ou que se faz em nome delas) não está produzindo os efeitos desejados”.

Neste diapasão, aponta para algumas de suas deficiências ou má interpretação pelo poder público, conforme se vê:

1) a violência institucional não foi reduzida – o fantasma “padrão Febem (FUNABEM)” está longe de ser eliminado; 2) do ponto de vista ideológico, grande parte do judiciário e demais atores envolvidos mantêm opção pela criminologia moderna (positivista), desejam apenação e proporcionalidade ao delito cometido e buscam “brechas” na legislação e trâmites administrativos para assegurar a “merecida punição”; 3) boa parte das instituições de internação encontram-se desequipadas, com quadros insuficientes e/ou mal formados ou, ainda, atuando numa perspectiva “corporativista” que unicamente prioriza seus interesses... com algumas atitudes tomadas para garantir a continuidade dos mecanismos de corrupção e privilégios no interior destas instituições; 4) os programas de liberdade assistida não contam com investimentos suficientes e, portanto, não conseguem bom desempenho ou credibilidade para se constituírem em alternativas eficazes, reduzindo o tempo de internação. Enfim, com honrosas exceções de unidades federadas que levaram a sério à perspectiva de mudanças, o contexto no qual se desenrola as chamadas medidas sócio-educativas é precisamente o avesso do desejo do legislador (Basílio, 2003, p. 49).

Desta forma, Basílio faz a seguinte indagação: deve-se mudar a cultura e ideologia que o Estatuto trouxe, ainda que isto reduza o ímpeto de suas utopias e desenvolva-se uma ação mais “pragmática” buscando um direito penal juvenil mais “eficaz” com apenação, culpabilização e reciprocidade ou deve-se levar a sério as propostas do Estatuto, seu espírito, garantindo as condições materiais e políticas para a fruição de direitos? (BASÍLIO, 2003, p. 50).

O mesmo autor propõe que os movimentos sociais e lideranças voltem a se mobilizar em uma campanha: “CUMPRA-SE O ESTATUTO!” (BASÍLIO, 2003, p. 50).

É neste íterim que a criança e o adolescente vêm sobrevivendo no Brasil. Desde o período colonial se percebe um flagrante desrespeito com a pessoa humana e também impressiona-se, que desde aquele momento histórico, as elites sabem o que deve ser feito, porém não abrem mão de seu conforto e sua herança

em prol de uma sociedade mais justa. Em todos os momentos históricos o Brasil importa políticas, ideologias, alternativas copiadas dos países desenvolvidos, medidas que não se adequam a realidade do país, mas continua-se copiando, perdendo a oportunidade de se construir um modelo nosso e que seja possível dentro da realidade que é vivida aqui.

O que se percebe também, é que por um longo período de tempo não se buscou aprender com os erros, mas ao contrário, se despendia mais tempo, mais dinheiro e ajustes na lei, para a continuidade de políticas desajustadas a realidade vivida.

Por muito tempo, a discussão a respeito da situação da criança e do adolescente, é tratada com um cunho moral, primeiro responsabilizando o indivíduo, posteriormente a “família desestruturada”, e, nunca enfrentando o problema como de fato deveria ser enfrentado, percebido como fruto de um desenvolvimento incorreto, de uma sociedade que não se preocupa em redistribuir a riqueza socialmente produzida a partir de todas as camadas da população.

E dentro desta realidade de total desrespeito com a pessoa humana, estão os jovens e seus familiares, que participaram desta pesquisa, e que mesmo vivendo sob a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que se percebe é que há um grande abismo em relação ao que o Estatuto propõe e como as políticas sociais e a doutrina da Proteção Integral aos jovens, vêm sendo implementadas pelo Estado.

3. CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA

3.1. PROJETO FRUTOS DO AROEIRA

O Projeto Frutos do Aroeira está vinculado à organização não-governamental (ONG), sem fins econômicos - Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, fundada em 7 (sete) de junho de 1994, na Capela Nossa Senhora do Mont Serrat, local em que a acadêmica realizou estágio obrigatório.

O CCEA nasceu a partir do trabalho de um grupo de mulheres, da comunidade, negras em sua maioria, que tinham como preocupação encontrar alternativas para que seus filhos(as) não ficassem expostos ao tráfico de entorpecentes e à criminalidade.

A missão que o CCEA assume é:

O empoderamento de sujeitos individuais e coletivos das periferias da Grande Florianópolis, e sua inserção social, por meio da implementação de processos educativos – que possibilitem o aumento da auto-estima, da capacidade de leitura e compreensão da realidade sócio-cultural, bem como o compromisso comunitário e cidadão. Ao se dispor à articulação de sujeitos coletivos, o CCEA expressa sua escolha por um trabalho que se organiza e se desenvolve em redes e a partir de redes. Pensar na articulação em redes supõe o entendimento de ações e relações que mantêm ao mesmo tempo as conexões e a autonomia, a coerência com escolhas ético-políticas que possibilitem a desconstrução de subalternidades, o protagonismo, *suleando-se*¹ a partir das margens, e a flexibilidade que permite a criatividade, o cuidado com a vida e o crescimento individual e comunitário (PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO CCEA, 2006).

¹ É a partir da leitura de Freire que começa-se a adotar o termo *sulear*, ao invés de *nortear*, para indicar um rumo, uma orientação. Paulo Freire chama a atenção para algumas obviedades que explicitam a naturalização do ponto de vista do *norte* como hegemônico: “*Enquanto centro de poder, o Norte se acostumou a perfilar o Sul. O Norte norteia*” (FREIRE, 2001, p. 49). Ver a esse respeito também a nota 15 (p. 218-221), em *Pedagogia da Esperança*, que transcreve o texto do físico Márcio Campos, falando sobre a representação do norte na parte superior do mapa que assim “*deixa escorrer o conhecimento que nós no hemisfério sul engolimos sem conferir com o contexto local*” (CAMPOS, 1992, p. 218).

O público alvo que atendido pelo CCEA são, especialmente, os jovens de comunidades populares, bem como suas famílias e, ainda, a população de terceira idade destas comunidades, por meio dos seguintes Projetos:

- Projeto Aroeira - Consórcio Social da Juventude;
- Projeto Frutos do Aroeira – Casa de Semi-liberdade (execução de medida sócio-educativa de meio fechado);
- Incubadora Popular de Cooperativas;
- Programa Aprendiz;
- Projeto Agência de Inserção;
- Projeto Aventura Esportiva;
- Projeto Formação Continuada; e,
- Projeto Terceira Idade.

A acadêmica participou juntamente com a Supervisora de Campo, de atividades em todos os projetos oferecidos pelo CCEA, mas foi no Projeto Frutos do Aroeira que desenvolveu seu Projeto de Intervenção. O Projeto citado atende aos jovens que cumprem medida sócio-educativa de meio fechado de semiliberdade e, ainda, jovens encaminhados pelos Juizados da Infância e Adolescência das comarcas do Estado de Santa Catarina que estão em risco social em suas comunidades. Também são acompanhadas suas famílias, sendo que o trabalho é desenvolvido por meio de atendimento individual, visitas domiciliares e encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, retorno à rede de ensino público, entre outras ações desenvolvidas pela equipe técnica.

O Projeto Frutos do Aroeira surgiu no ano de 2005, com a proposta de ser um espaço para o adolescente que está em situação de risco social em sua comunidade, geralmente, por estar ameaçado por grupos organizados do tráfico de entorpecentes.

Procura-se neste projeto, ceder a estes jovens um local seguro para reavaliarem suas vidas, buscando novas oportunidades que permitam o resgate de seus projetos de futuro ou projetos de vida, por meio de cursos profissionalizantes e escolarização regular na rede de ensino. Desta forma, entende-se que ele pode adquirir mais qualificação para sua inserção no mercado de trabalho, conquistando, conseqüentemente, sua independência financeira e autonomia.

No mês de abril do ano de 2008, o Projeto Frutos do Aroeira realizou convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e tornou-se uma casa de semi-liberdade – medida sócio-educativa de meio fechado.

Ao celebrar este convênio, o referido Projeto, que é vinculado à ONG Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), inova, pois torna-se um executor de medida sócio-educativa de meio fechado, mas ao mesmo tempo, traz em sua trajetória, a perspectiva da efetivação de direitos, conforme propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente com a Doutrina da Proteção Integral.

O Estatuto é claro ao defender esta nova ideologia, posto que a Doutrina de Proteção Integral à crianças e adolescentes foi estabelecida com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esta nova proposta pretende romper com a antiga ideologia de atendimento ao “menor” desde o Código de Melo Matos até o Código de Menores de 1979, da Ditadura Militar, de cunho somente punitivo ou Doutrina da Situação Irregular.

Partindo destes dados, o Projeto Frutos do Aroeira apresenta uma diferenciação das demais casas de semi-liberdade, pois não trabalha com a “cultura” apenas da punibilidade, mas contrariamente a esta, buscando junto aos jovens a possibilidade de rearticulação de seus projetos de vida e emancipação enquanto sujeitos de direitos.

É importante salientar, que esta cultura que o Projeto Frutos do Aroeira está vinculada, fundamenta-se teoricamente no Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo), que:

É o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até execução de medida sócio-educativa. Este sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção a esse público (SINASE, 2006, p. 12).

As medidas sócio-educativas estão elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), no capítulo IV, artigo 112 e seguintes. A semiliberdade assemelha-se muito com a internação, inclusive, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas àquela medida (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 120, § 2º)

Senão vejamos:

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independente de autorização judicial.

§ 1º É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

A semiliberdade é o regime que antecede à privação da liberdade, em termos de cerceamento, do direito de ir e vir do adolescente. Ela pode ser aplicada como uma medida inicial, como forma de evitar-se o confinamento total em uma instituição ou como forma de progressão de medida, para aqueles que já se encontram privados de liberdade (Lei nº 8.069/90).

A semiliberdade é uma forma mitigada de institucionalização, uma vez que em parte do tempo o adolescente estará efetivamente privado do seu direito de ir e vir. Porém, na semiliberdade, a atividade externa é parte da essência da ação educativa, não podendo de forma alguma ser revogada (AMARAL E SILVA, 1998).

O Serviço Social, em todo CCEA é peça fundamental e têm seus objetivos de acordo com as propostas estabelecidas pela entidade. A Assistente Social tem como função atuar em todos os projetos desenvolvidos no CCEA, buscando o empoderamento dos sujeitos individuais e coletivos atendidos, sua inserção social e profissional e, ainda, estimular atividades que desenvolvam o aumento da auto-estima e das habilidades destes sujeitos.

No Projeto Frutos do Aroeira, que passa a executar medida sócio-educativa, é o Assistente Social quem deve acompanhar e orientar os adolescentes, intervindo na realidade, a partir do que preconiza o Estatuto e o SINASE. O Serviço Social, corroborando com o Projeto em tela, disponibiliza dos instrumentos técnicos operativos da profissão, tais como, a entrevista, a visita domiciliar, as reuniões, o atendimento individual, elaboração de relatórios e encaminhamentos a rede de atendimento à criança e ao adolescente.

As estratégias de ação de trabalho do Serviço Social, no Projeto Frutos do Aroeira, são:

- **ACOLHIMENTO AO ADOLESCENTE:** o adolescente é, primeiramente, acolhido na casa do Projeto Frutos do Aroeira, geralmente

encaminhado pelo Juizado da Infância e Juventude das comarcas do Estado, autorizados pela Secretaria de Segurança Pública Estadual. Após este momento, o jovem é acomodado em seu dormitório, apresentado aos demais adolescentes que residem na casa e informado sobre as regras de funcionamento. Nos dias seguintes, em sua chegada será preenchida uma ficha de identificação, com os dados pessoais e familiares do mesmo. Este é informado também sobre a medida sócio-educativa de semiliberdade, seu cunho educativo e como se dará o seu acompanhamento, atividades externas que escolherá, cursos profissionalizantes, retorno à rede de ensino, enfim, as atividades que serão realizadas ao longo da execução da medida.

- **ACOMPANHAMENTO DOS ADOLESCENTES:** a equipe técnica do Projeto, acompanha o adolescente em suas atividades escolhidas, buscando construir um vínculo com ele(a). O objetivo do acompanhamento é a construção de um novo projeto de vida para o adolescente, buscando romper com a prática de atos infracionais, a sua inserção no mercado de trabalho, retorno e permanência na rede de ensino escolar e melhoria na qualidade de vida. O acompanhamento acontece de forma sistemática, por meio de atendimento individual e no dia a dia da casa.

- **VISITAS DOMICILIARES:** a visita domiciliar se caracteriza, por ser um instrumental técnico importante, a possibilidade de o profissional possuir um amplo conhecimento da realidade vivida pela família do adolescente. Este é o momento em que o Serviço Social e a equipe técnica da casa conhece e acompanha a dinâmica familiar e a vida do adolescente antes do cumprimento da medida sócio-educativa. Alguns jovens têm vínculos muito frágeis com seus familiares, muitas vezes tendo sido abandonados desde pequenos, assim, a visita domiciliar tem a função de reconstruir estes vínculos, e, conseqüentemente, elevar a auto-estima do jovem.

- **ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS:** nos atendimentos individuais, pretende-se alcançar o comprometimento e a responsabilização do adolescente com o cumprimento da medida sócio-educativa, como também a participação do mesmo nas atividades externas escolhidas por ele. Os atendimentos acontecem semanalmente, sempre buscando a construção de novas perspectivas para o futuro, reflexões a respeito do comportamento, o trabalho de auto-estima e a potenciação das qualidades e habilidades do adolescente visando garantir o protagonismo juvenil e a possibilidade de sua inserção no mercado de trabalho, via cursos profissionalizantes e retorno à rede de ensino.

- **ELABORAÇÃO DO PIA – PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO:**

o PIA – Plano Individual de Atendimento, de acordo com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo) consiste em uma ação sócio-educativa que tem como finalidade, o respeito às fases de desenvolvimento integral do adolescente, considerando suas potencialidades, subjetividades, capacitação e limitações, garantindo a equidade no processo de acompanhamento. Este plano consiste em um acordo entre o profissional e o adolescente, quando possível, com conhecimento da família, das atividades de seu interesse e os encaminhamentos necessários, sendo a todo o momento reavaliado com o adolescente. O PIA é construído durante o processo de acompanhamento do adolescente, de acordo com suas vontades e necessidades.

- **VISITAS INSTITUCIONAIS:** consiste no acompanhamento dos jovens, nas instituições em que realizam cursos e/ou escolas, para verificar as atividades e o interesse nestas. O acompanhamento visa também, desconstruir o estigma dos adolescentes autores de ato infracional, junto a estas instituições, que muitas vezes prestam atendimento, proporcionando aos adolescentes uma oportunidade de (re)significação e integração nos mais diversos espaços, dentre eles, projetos culturais, esportivos e técnico profissionalizantes. A equipe possui algumas parcerias, como, por exemplo, a Fundação Casan, em que duas adolescentes realizam práticas esportivas; e, com a CELESC, via Programa Jovem Aprendiz, entre outras.

- **PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE ENCONTROS DE INTEGRAÇÃO FAMILIAR:** a equipe técnica do Projeto Frutos do Aroeira está planejando um grande encontro para os adolescentes e seus familiares com a intenção de fortalecer os vínculos entre eles e também entre o Projeto e os familiares dos jovens, para que estes conheçam melhor o local em que seus filhos estão residindo. Assim, objetiva-se criar um espaço que possa oportunizar aos familiares a troca de vivências, angústias, superações e alegrias, como também o esclarecimento a respeito da medida sócio-educativa aplicada aos seus filhos. Estes encontros estão sendo elaborados e devidamente organizados pela equipe técnica.

- **REALIZAÇÃO DE REUNIÕES TÉCNICAS:** as reuniões da equipe técnica são realizadas semanalmente, conforme as demandas e as necessidades que o Projeto apresenta e possuem o escopo de realizar os estudos de caso de

cada jovem do Projeto, pensar nas possibilidades de intervenção e aprimoramento de conhecimentos e atualizar a situação dos jovens residentes no Projeto.

- **EMISSÃO DE RELATÓRIOS SITUACIONAIS/ OFÍCIOS:** os relatórios situacionais dos adolescentes em acompanhamento de semiliberdade são encaminhados, de preferência, trimestralmente, mas pode haver a necessidade de serem enviados antecipadamente, conforme pedido da Justiça da Infância e da Juventude.

O Projeto Frutos do Aroeira, é uma possibilidade de execução de medida sócio-educativa, de forma bastante eficaz e tem uma proposta verdadeira e com real possibilidade de intervenção. O acompanhamento individual dos jovens, permite uma aproximação com a realidade vivida. Permite um conhecimento maior e uma compreensão da totalidade, que são necessárias para compreender ações e falas dos adolescentes, e que explicam sua realidade de vida e suas possibilidades.

Acredita-se, que para que o Projeto tenha um resultado realmente positivo, seja necessário que se realizem mais estudos de caso, discussões para o aprimoramento da execução das estratégias de atuação, discussões com outras instituições capacitadas e comprometidas com o desenvolvimento dos jovens encaminhados, ou seja, devem-se criar políticas sociais públicas e privadas que realizem suas atividades dentro da mesma lógica de respeito ao adolescente, que o Projeto se propõe, de forma efetiva, sem gastar verbas/recursos com políticas de “faz de conta”. Espera-se, que a “utopia” proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente seja possível e tenha urgência para ser implementada.

O que não se pode mais aceitar é o que afirma Basílio:

[...] a permanência deste *laissez-faire* legal – você finge que legisla, que eu engano que cumpro – é a pior opção de todas: ela significa a continuidade da participação de nossos jovens em ações violentas e a conseqüente perda de suas vidas e as de outrem. É necessário interromper esta irresponsabilidade coletiva de denominar como “ação sócio-educativa” práticas de confinamento e aprisionamento que mais lembram calabouços que estabelecimentos educacionais (BASÍLIO, 2003, p. 50).

Portanto, o ensinamento supramencionado, vai ao encontro do que a acadêmica mais censura, ao manter contato com a rede de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, que são as políticas de “faz de conta”.

4. A HISTÓRIA E O PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS

Nesta seção, a acadêmica traz seu contato com os jovens entrevistados, para contextualizar os relatos que passam a ser descritos nas demais subseções deste trabalho.

Nesta etapa, foram utilizadas documentações dos jovens no Projeto Frutos do Aroeira, atendimentos individuais realizados pela acadêmica, visitas domiciliares em algumas comunidades, contato com os familiares dos jovens, sempre com o objetivo de contextualizar a realidade vivida por cada um dos entrevistados. Os nomes dos entrevistados são fictícios e foram escolhidos pelos próprios jovens.

Yuri:

Yuri, veio para o Projeto Frutos do Aroeira, por medida de proteção, designado pelo Juiz de sua comarca de origem (que não será revelada por sigilo e para não haver risco de identificação do jovem), pois o mesmo estava sendo ameaçado em sua comunidade por ter se envolvido em uma tentativa de homicídio de um outro jovem da comunidade. Ele tem 14 anos, revela trabalhar para o “tráfico de drogas”, recebendo uma boa remuneração para comprar suas “coisas”, tais como, roupas, tênis e jóias de prata. Quando perguntado se auxilia a mãe com o dinheiro, disse que não. Afirmar ter um bom dinheiro guardado com seu pai para garantir-lhe um “futuro”. Apesar de ameaçado na comunidade, sempre visita a família nos fins de semana. A acadêmica, juntamente com o Coordenador do Projeto, realizou visita na casa de sua família e constatou que sua progenitora cria 7 (sete) filhos. Segundo ela, Yuri sempre foi o mais “bagunceiro”, talvez, por ser o caçula, já fugia de casa desde pequeno e ela não sabia para onde ia. Além disso, relata que o filho subia na “laje” para soltar pipa e, embora, pedisse para descer, ele era desobediente, nunca gostou de estudar e ficou bastante revoltado quando ela decidiu se separar do seu marido (pai de Yuri). Foi, justamente nesta época, que Yuri relata em sua entrevista, ter começado a trabalhar no mercado ilegal na comunidade, pois a mãe, após a separação, mudou para uma região próxima da “boca de fumo”. Yuri, já é conhecido pelos policiais da região, sofre represálias constantes. Os depoimentos da mãe, do irmão e do próprio jovem são marcados pelo pavor da polícia, já que ele foi preso várias vezes e sofreu variadas violências físicas, como ficará registrado, posteriormente, sendo comum, muitas vezes, ter sido

preso e os próprios policiais forjarem, ou seja, apresentarem drogas como sendo dele, prática comum em quase todos os relatos de jovens nas diversas comunidades trabalhadas. Yuri afirma que gostaria de trabalhar com pesca e que, atualmente, não deseja mais revender drogas, mas não consegue ficar longe da comunidade, querendo realizar visitas todo final de semana, apesar de sua mãe e demais familiares, se disponibilizarem passar o fim de semana com ele no Projeto. Depois dos fins de semana em casa, relata que trabalhou exaustivamente e mesmo quando questionado a respeito do seu objetivo de não mais “traficar”, ele diz não ser fácil e que é somente por “mais um tempo” que irá trabalhar. Quanto ao grau de escolaridade, Yuri só possui até a segunda série do ensino fundamental, não é alfabetizado completamente, conhece algumas letras e forma algumas palavras, sabe assinar seu nome com dificuldade, porém é muito esperto para realizar cálculos (matemática). Atualmente, Yuri não encontra-se no Projeto.

Eduarda:

É uma adolescente de 16 (dezesseis) anos de idade, que está no Projeto como medida de proteção, pois vive em casa-lar desde os três anos de idade. Tem marcas no corpo por maus-tratos, envolveu-se em atos infracionais graves e que não foram descobertos. Cursa o EJA (Ensino para Jovens e Adultos), em um instituição de ensino próxima ao Projeto e, completou o ensino fundamental ao final do ano de 2008, sendo que sua formatura foi um evento no Projeto.

Quando chegou ao Projeto, fazia muito tempo que não mantinha contato com a mãe e seus familiares. Possui irmãos que estão presos e irmãs que nem sabe o paradeiro, tendo muito pouco contato com a família. Afirma que sua mãe não a queria e por isso a maltratava. Cresceu em Casa Lar e tem como referência de proteção o Projeto Fundação Casan - FUCAS, no qual sempre praticou esportes e participou de competições na modalidade Judô.

A visita à casa da mãe da jovem, impressionou pelo local em que situa-se, pelas condições materiais da casa, sendo importante destacar, que além de a mãe não ter mais contato com nenhum dos filhos, é portadora do vírus HIV e vive em condições bastante precárias.

O que deixa a realidade vivida por Eduarda perplexa, é que mesmo sob a proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente, a família já sendo atendida, há longos anos (aproximadamente 15 [quinze] anos), entre instituições como Conselho

Tutelar e POASF (Programa de Atendimento Sócio-familiar), ainda assim, o Estado não se demonstra eficiente na tarefa de auxiliar esta família a cuidar de suas crianças, não garantindo o direito constitucional de todo cidadão, previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por isso, acredita-se que a medida mais conhecida pelos órgãos do Estado, é, ainda, a exemplo do Código de Menores, retirar a criança do convívio com a família, seja para colocá-la em abrigo ou em cumprimento de medida sócio-educativa de meio fechado.

Willian:

Willian chegou ao Projeto por meio de medida sócio-educativa de meio fechado de semiliberdade, vindo de outra casa de semi-liberdade. Os primeiros encontros da acadêmica com o jovem foram bastante difíceis, visto que nos atendimentos individuais o jovem declarava: “Na real, não vou dizer nada! Não quero falar nada! É só veneno!”.

Com o tempo, a acadêmica foi conquistando a confiança do jovem e acabou sendo um dos que mais construiu vínculo com ela. Willian tem 16 (dezesesseis) anos de idade, estudou até a sétima série do ensino fundamental e chegou ao Projeto com uma “bala” alojada no joelho. Já havia passado por procedimentos cirúrgicos para reconstrução da perna, estava mancando, pois não veio de muletas, sendo que seu pé e sua perna, estavam tão inchados que pareciam que a qualquer momento estourariam. Não ingeria nenhum medicamento e não recebia tratamento adequado.

O jovem foi levado à Unidade Local de Saúde para atendimento médico, mas como a fila de espera por ortopedista era extensa, o Projeto conseguiu uma consulta particular, que lhe encaminhou para realização de fisioterapia e ministrou alguns medicamentos.

A fisioterapia foi marcada no Sistema Único de Saúde - SUS e, novamente, a fila de espera extensa, sendo que o jovem nunca foi chamado, apesar da insistência do Projeto em verificar quando começariam os atendimentos. Quando chegou ao Projeto, o jovem não sabia que estava sendo transferido de instituição e pensava estar sendo levado para visitar a família, conforme haviam lhe prometido. Desta forma, explica-se a revolta com que chegou ao Projeto do Aroeira.

Ao realizar visita domiciliar à família de Willian, constatou-se que vivem em condições bastante precárias, que a casa é de madeira e possui alguns cômodos de

lona. A madeira encontra-se bastante envelhecida e existem muitas frestas. A casa possui cinco cômodos, sendo dois de lona.

A comunidade é bastante simples e sofre com alguns problemas graves de poluição pela região em que localiza-se, sendo que nada é feito a este respeito para preservar a vida de quem vive ali.

Os pais do jovem demonstraram estar muito felizes com a visita dele, porém apesar de o combinado ser que ele retornasse em três dias, no dia de seu retorno a família ligou para o Projeto, informando que o mesmo queria passar o dia dos pais ao lado dos seus. Permitido que este ficasse com sua família, mesmo assim, ele não mais retornou. Ao falar com Willian ao telefone, percebia-se a vontade e a divisão em que ele se encontrava, uma vez que este dizia que queria voltar, mas que muitas coisas o impediam, sendo que uma delas era o meio de transporte em que seria conduzido.

Assim, a acadêmica juntamente com o Coordenador do Projeto foram novamente à comunidade para buscar Willian e este se recusou a voltar. O que se observou em relação aos pais, foi o não comprometimento em relação ao filho, que fez sua escolha de não retornar ao Projeto. Conversou-se muito com o jovem, porém ele estava irredutível, parecia encontrar-se sob efeitos de substâncias entorpecentes (seus olhos viravam e não fixavam em um local concreto e as pupilas estavam muito dilatadas), e, seus pais afirmavam não querê-lo mais em casa. Em seu relato, o jovem contou que até a comida os pais lhe estavam negando.

Foi solicitado, então, que Willian voltasse com a equipe para o Projeto, dito que lá estaria mais protegido, com uma situação mais cômoda e, ressaltada, a importância de o mesmo realizar tratamento adequado para a sua perna. No entanto, nada persuadiu o jovem para voltar.

Três meses depois, o jovem chega ao Projeto em um “camburão”, algemado nas mãos e pés (mesmo com a perna machucada e impossibilitado de caminhar e tão pouco de fugir), dizendo que se arrependeu muito de não ter voltado naquela época com a equipe, que foi somente tristeza o que viveu e que não morreu porque “Deus não quis”. Foram retomados os atendimentos individuais com o jovem e as tentativas de inseri-lo na fisioterapia via Sistema Único de Saúde - SUS. Já nas primeiras semanas, Willian manifestou o desejo de visitar a família. Devido a sua grande insistência, foi para casa e retornou alguns dias depois. Porém, quando foi passar as festas de final de ano com os familiares, não mais retornou ao Projeto.

Fabício:

Fabício foi o que estabeleceu maior vínculo com a acadêmica, aliás, um laço de confiança bastante firme, foi o primeiro jovem a confiar no trabalho da acadêmica, o que lhe foi muito gratificante e recompensador.

Ele possui 19 (dezenove) anos de idade, veio de uma outra casa de semiliberdade e foi transferido por exercer “liderança negativa” sobre os demais jovens. Fabício já havia concluído o ensino fundamental em outras instituições e desejava muito cursar o nível médio, para estudar para concursos. Assim, conseguiu-se uma vaga para ele realizar sua escolarização, em um colégio particular, o que foi muito importante para sua auto-estima.

Este jovem havia sido “baleado” por policiais em sua comunidade de origem e a “bala” ainda estava alojada em sua bacia, sendo que o ferimento não cicatrizava e estava sempre inflamado. O Projeto o encaminhou para uma consulta com um especialista e este prontificou-se a operá-lo para retirada da “bala” no Hospital Universitário da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina - UFSC. Após alguns meses de espera, o jovem passou pelo procedimento cirúrgico e se reabilitou perfeitamente.

Fabício, desde a infância, quando perdeu a mãe aos nove meses de idade, passou a viver um pouco em cada casa, um pouco com a avó, com os padrinhos e com o pai, até dirigir-se a uma comunidade vizinha onde o pai mora. Foi morar sozinho e passou a sobreviver de trabalhos ilegais, desde muito cedo.

Atualmente, está trabalhando em um supermercado, mas sempre esteve em dualidade com sua vida, posto que quer trabalhar e viver dentro dos moldes estabelecidos como “corretos”, mas ao mesmo tempo, também deseja realizar “uns corres” (conforme gíria própria dos jovens), para conseguir adquirir tudo o que precisa e deseja. Voltou a morar em sua comunidade de origem, mas continua sendo acompanhado pela equipe do Projeto, que ainda se encarrega das mensalidades do colégio, ajuda no aluguel da casa quando as coisas “apertam”, e realiza atendimentos para saber como está se encaminhando sua vida. Foi liberado pelo Juizado da Infância e da Juventude.

Cupim:

Com o Cupim, 18 anos, a acadêmica não teve muito contato, pois quando ele chegou, vindo do Centro Educacional São Lucas, para cumprimento de medida de semiliberdade, a mesma realizava estágio em outro Projeto da ONG CCEA. Houveram algumas conversas e ele se prontificou a participar da entrevista.

4.1. A INFÂNCIA, FAMÍLIA, ESCOLA E A COMUNIDADE

A fase da infância dos jovens entrevistados, apresenta características comuns, como relações conflituosas entre os pais ou adultos da família, uso de drogas e bebidas alcoólicas pelos mesmos, agressões físicas e verbais, que em nada correspondem, ao modelo de moralidade que associa-se à família organizada, em seus papéis tradicionais (TELLES, 1990). Nota-se, que a escola não estimula a aprendizagem como um caminho de superação das dificuldades e da pobreza. A comunidade também já se apresenta como violenta e marcada pelo narcotráfico.

Nesta fase, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se a idade de zero a 12 anos, como faixa etária para designação da fase da infância. É também coincidente a fase em que os jovens entrevistados ainda estão sob a proteção de seus familiares e é também nesta fase dos 12 (doze) anos que começam a realizar suas escolhas e a se envolver com atos infracionais e trabalho ilegal² ou trabalho no mercado ilegal das comunidades.

Em relação à família, percebe-se que na descrição de todos os jovens, há uma forte presença de conflitos entre os adultos, conforme se vê:

Fabício

“Minha mãe faleceu num acidente com arma de fogo, meu pai e meu avô estavam limpando uma arma de fogo na qual o mesmo acabou disparando num acidente e atingindo minha mãe que estava me amamentando no momento”.

² Por trabalho ilegal ou trabalho no mercado ilegal, considera-se para efeito deste trabalho, todo trabalho realizado pelos jovens em suas comunidades que se referem ao tráfico de drogas e outros atos infracionais, acompanhando a visão de Edson Passetti, que também utiliza este termo – mercado ilegal para identificar o mundo do crime em geral, ver Passetti, 1999, p. 26.

Willian

Entrevistadora: já tinha bastante dificuldade?

Jovem: já. Bastante não era pouco, bom tu mesmo viu né, não precisa nem eu te falar como que é as coisas.

Entrevistadora: E entre teu pai e tua mãe nessa época, era mais sossegado, ou tinha muita briga?

Jovem: não, na antiga era mais briga e coisa esses bagulho assim.

Entrevistadora: mais briga?

Jovem: haram, porque daí o meu pai bebia e fumava

Entrevistadora: fumava o que?

Jovem: fumava droga, pedra.

Entrevistadora: ele fuma pedra de crack?

Jovem: fuma, ele e a mãe, daí foi indo foi indo, daí de tanto de tanto ele, porque tinha vez que ele vinha da, descendo o morro, ôô já descia rolando o morro assim, maior vergonha mesmo aí daí chega nois tinha que i juntá ele, levava ele pra casa, chegava em casa ainda, que nois ainda ia ajudá ele, nois chegava em casa ainda, espancava nois.

Eduarda

“Daí tá no começo tava tudo bem porque naquela época tipo não tinha tanta droga sabe quanto agora tem, daí tipo meus pais não eram envolvidos na droga nada só que também tinha um grande problema né que tipo era tipo mau trato tipo não cuidava bem da gente dechavú agente jogado fora de casa tipo assim...”

Jovem: sim daí agente morava na A.... e tipo lá não tinha problema, o único problema era tipo um descuido sabe por que agente não morava bem, nossa cara era tipo, já tinha pessoas que, agente pego casa de outras pessoas que não era nossa, naquela época ali eu era neném tá ligado, tipo eu não entendia, mas tipo depois com que eu fui crescendo assim, as pessoas foram me contando como é que era, daí tipo daí isso foi lá eu fui tirada, fui tirada da minha mãe eu tinha três anos [...].

Cupim

Entrevistadora – Primeiro, da parte da infância: o que tu lembra? como era a tua casa? Como era a tua família?

Jovem: Oh na moral....oh na moral mesmo....só veneno né dona.

Entrevistadora - Mas desde pequenino?

Jovem – É porque na moral...na baía sempre tinha um problema ou outro...sempre tinha uns problemas na baía do cara que atrasa a família do cara...né dona

Entrevistadora – qual era o problema que tinha na tua casa?

Jovem – Que o meu pai bebia, né dona...daí só veneno, né.

Entrevistadora - E aí ele batia em vocês, batia na tua mãe?

Jovem - É batia na minha mãe, né dona.

Entrevistadora - E gritava muito?

Jovem - É falava um monte, né dona.

Questões como o desemprego, o trabalho informal ou o subemprego também permeiam as entrevistas, conforme se observa a seguir:

Yuri

Entrevistadora: Teu pai tinha trabalho?

Jovem: tinha

Entrevistadora: e ele trabalhava no que?

Jovem: no diário aqui no centro.

Entrevistadora: Diário Catarinense?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: e que que ele fazia?

Jovem: entregava jornal

Entrevistadora: entregava jornal, e a tua mãe?

Jovem: trabalhava em casa

Entrevistadora: trabalhava em casa, trabalhava com que?

Jovem: em casa, lavando roupa, só isso.

Willian

Entrevistadora: E era com isso que ele sempre trabalhou? Arrumando e concertando as coisas?

Jovem: tudo sempre

Entrevistadora: E a M... tua mãe, com que trabalhava?

Jovem: a, a mãe é faxinera né ela trabalha pra sustenta as coisa dela né.

...

Jovem: batia em nois tudo, na mãe no, eu, meus irmão. Daí a mãe, a mãe ia embora direto voltava, daí teve até a última vez que ele bebeu foi quando ele chegô, orra a mãe chego, trabalhô o dia inteiro e ele dormindo em casa, bêbum, a mãe a manhã, o dia intero trabalhô, comprô sete xis pra nós ai chegô em casa e pegô, ôooo a mãe trouxe com maior carinho, trabalhô o dia intero pra ganha os sete xis só pra nois comê. Foi comê aí jogô na parede, jogô todos xis na parede memo, cuzão memo assim, bêbado. Ai a mãe falô vô imbora nunca mais, só vô volta contigo quando tu pará de bebê,

daí pegô e saiu, daí acho que ele pensô, não sei que que deu, até hoje não bota mais álcool na boca.

Entrevistadora: Mas e o crack, ele continua fumando?

Jovem: não, o crack ele continua até e a mãe né.

Eduarda: “**Entrevistadora:** eles tinham trabalho? **Jovem:** não nunca trabaíram, eles sempre trabaíram lá no centro de artesanato”.

A família, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Estatuto de Criança e do Adolescente, se consolida como esfera privilegiada de proteção aos seus membros.

De acordo com o art. 226 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Grifo Nosso) e juntamente com a sociedade e novamente o Estado “...deve assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, CF\88).

A partir da pesquisa, percebe-se que a família arca com esta responsabilidade sozinha, não conseguindo oportunizar a seus membros o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como não consegue tornar-se provedor das necessidades de seus membros.

Para Telles:

[...] a tradição de uma sociedade atravessada por hierarquias de todos os tipos, em que a conhecida prática de estigmatização e criminalização das classes trabalhadoras se ancora num imaginário social que constrói as imagens modelares do trabalho responsável e da família organizada como lugares exclusivos para uma forma de existência social legítima, fora dos quais as classes trabalhadoras aparecem numa configuração ambígua (e suspeita) em que se confundem a imagem do trabalho, a da vadiagem e a da marginalidade; uma sociedade, enfim, que resiste em reconhecer as classes populares como sujeitos de reivindicações legítimas, que construiu uma peculiar concepção de cidadania que exclui a liberdade pública como valor político e que se confunde com o respeito a ordem e à autoridade, de tal forma que a reivindicação, a movimentação e a demanda coletivas

sempre estão nas fronteiras daquilo que é percebido como transgressão, como desordem, como subversão, como convulsão (TELLES, 1990, p. 38).

O Estado e a Sociedade não exercem seu papel perfeitamente, ao contrário, auxiliam na estigmatização das classes populares, discriminando e excluindo-as. A Sociedade exerce seu papel preconceituoso de julgar, ao invés de exigir ações rigorosas do Estado que deveria ter como função a redução das discrepâncias em relação à desigualdade social.

Segundo Telles, não foi possível, mesmo com o aumento visível da miséria, que a opinião pública tornasse capaz de equacionar a questão da pobreza e da justiça social por meio da cidadania e não da tutela estatal. Sposati *apud* Telles, demonstra que as políticas assistenciais do Estado classificam como “carentes” a população que delas necessitam e que acabam por não constituírem-se em interlocutores políticos, não mobilizando a opinião pública, sendo pela sua condição de vida, excluídos da vida civilizada e, na sua relação com o Estado, reconhecidos como necessitados e não como cidadãos (TELLES, 1990).

Porém, no momento em que a Sociedade se sente ameaçada por esta população, em situações de violência extrema, esta mesma Sociedade exige do Estado ações de segurança pública, de severidade na punição dos autores da criminalidade, desconsiderando completamente as condições de miserabilidade vivida como condição social das classes populares.

O Estado exerce sua função somente entre a repressão e a tutela, não conseguindo ser um executor de direitos, conforme previsto na legislação.

Para Telles, dentro deste Estado, não há lugar:

Reconhecível e reconhecido para todos os que vivem a violência cotidiana do emprego instável, do salário insuficiente e da moradia precária. E isso significa dizer que a experiência da pobreza é algo mais do que as dificuldades objetivas da sobrevivência cotidiana. É também a experiência de uma sociedade que os coloca na condição de párias sociais (Telles, 1990, p. 38).

Corroborando Telles, de acordo com o susomencionado, que:

[...] a questão da violência urbana esclarece muita coisa sobre o que é ser pobre na sociedade brasileira. A associação entre criminalidade e pobreza é cotidianamente construída não só pela forma como a criminalidade é tratada nos meios de comunicação de massa, mas também e sobretudo pela prática rotineira da prisão por vadiagem de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada; pela suspeita que recai sobre o trabalhador no mercado

informal, sempre sujeito a ser confundido com o marginal; pela acusação de comportamento suspeito, razão suficiente para a prisão para “averiguação”, dirigida contra qualquer um que, por razões diversas, cai nos critérios usados pelas forças policiais para diferenciar o bandido perigoso do pobre ordeiro, trabalhador honesto e chefe de família cumpridor de seus deveres; pelo estigma que sofre o favelado, vivendo entre a violência das batidas policiais, o temor que sua presença provoca e a recusa de oportunidades de trabalho, prova evidente de que a condição de moradia serve como um credenciamento em negativo para o mercado de trabalho (Telles, 1990, p. 38).

Desta forma, a família desempenha sua função de proteção, de forma precária, trazendo consequências perversas para todos os seus membros, que ficam a mercê da ótica moral, que define o trabalhador pobre e cumpridor de seus deveres – o chefe provedor - daqueles que se deixaram levar pela delinquência. Nesta linha tênue, vivem as classes populares, num esforço inútil na medida em que as categorias que tipificam o criminoso são as mesmas que caracterizam a pobreza, como condição de vida, e que não dão o direito a se ter direitos àqueles que se experimentam como os que não são “bons cidadãos” (TELLES, 1990).

Esta situação é confirmada na descrição, por exemplo, de Eduarda, que desqualifica o trabalho de artesanato dos pais, afirmando que eles nunca trabalharam, somente como artesãos, no centro da cidade em que moravam, ou, ainda, a descrição de Willian que menciona o trabalho da mãe como diarista, que sustenta somente as coisas dela e a do pai que trabalha “arrumando coisas”.

Telles, chama a atenção para as dificuldades que a família encontra na realização do modelo do “chefe provedor” e que acabam explicitando o drama das condições de vida das famílias trabalhadoras. Assim:

Drama qualificado por um universo simbólico no qual identidades são constituídas e que faz do chefe provedor um sujeito moral que se reconhece e é reconhecido na medida em que, através de seu trabalho, garante a sobrevivência de seus familiares... Nessa representação em que trabalho e família interagem na noção de dignidade talvez se explicitem as dimensões mais perversas que esses homens encontram no mercado por conta dos constrangimentos impostos, [...], pelo trabalho desqualificado, pela instabilidade ocupacional, pelo desemprego periódico (TELLES, 1990, p. 41).

Sendo assim, a família se apresenta como o maior e único responsável para a garantia dos direitos estabelecidos no aparato legal, não conseguindo a efetivação desses direitos, por se encontrar fragilizada e sem condições de manutenção das suas necessidades básicas. Dificultando esta situação de responsável, quando a família procura o Estado, para que lhe sejam garantidos os seus direitos, este presta alguma assistência, muito mais com o cunho caritativo e benevolente do que como executor dos direitos dos cidadãos.

Vale lembrar, novamente, que o aparato legal estabelece que o Estado tem o dever de preservar os direitos da família, com especial proteção, conforme previsto no artigo 226, § 8º, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

[...]. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Mas o que percebe-se, na realidade vivida pelos jovens entrevistados, é que o Estado não responsabiliza-se pelos direitos da família e de outras instituições de sua responsabilidade, como, por exemplo, a escola, que é a próxima instituição a ser analisada. Destaca-se que na visão dos jovens entrevistados, nesta fase da infância, a escola é um lugar de diversão. Somente um jovem alega que a escola é chata, mas mesmo nesta fase, a instituição parece não exercer sua função básica de ensino de qualidade para todos.

O artigo 53, do Estatuto da Criança e do Adolescente é claro ao definir a importância da educação para o desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A escola, nesta fase da infância, acaba não conseguindo estabelecer vínculos fortes com os jovens, para que estes não se sintam tão vulneráveis para abandoná-la. Já, na fase da adolescência, o que se vê na argumentação fornecida pelos jovens é uma escola que não inclui e que não se viabiliza, no entendimento destes, como uma possibilidade de futuro, uma perspectiva de mudança ou alteração das condições de vida por meio do ensino. Eles vêem a escola como um dever a ser cumprido e não um direito a ter condições de desenvolvimento e crescimento futuro.

De acordo com Abad *apud* Camacho (2004):

É possível pensar que a escola, ao não ter a capacidade de construir relações condizentes com as características, interesses, expectativas,

linguagens dos seus jovens alunos, termina por criar rupturas, às vezes irreversíveis, entre o mundo escolar e o mundo juvenil do aluno. A consequência pode ser o afastamento não apenas simbólico mas real desses jovens da escola. E dessa situação pode ocorrer o processo de desinstitucionalização do jovem causado pela própria incapacidade da escola de se comunicar, de interferir na formação de seus alunos (Camacho, 2004, p. 338).

A entrevista com os jovens, reitera a afirmação acima citada:

Yuri

Jovem: os professores sempre era tudo chato...

Jovem: porque dos professores, eu não gostava, comecei a gazeá aula, daí eu ia e rodava todo ano, aí parei de estudá.

Entrevistadora: como era o colégio? Era tudo trancando?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: e por que era tudo trancado?

Jovem: tinha uns muro bem altão, bem grandão.

Entrevistadora: pra que?

Jovem: eu não sei

Entrevistadora: nunca entendeste por quê?

Jovem: (negação)

Entrevistadora: e os professorem como eram?

Jovem: era muito chato.

Entrevistadora: como assim chato?

Jovem: chato! Não deixava nem a gente se alevanta da cadeira, falava um monte. Era chato.

Jovem: só um professor só que eu passei na aula, de ano. ele foi o único que me passô.

Entrevistadora: mas ele te passou porque tu estudava a matéria dele? Tu gostava de estudar a matéria dele? Qual era a matéria?

Jovem: tudo, ele quando eu estudava com ele já era meu professor três vezes. Daí só ele que me passava.

Entrevistadora: e aí tu gostavas de estudar quando era com ele? Tu sentias vontade de estudar?

Jovem: com ele eu gostava de estuda, com os outro eu não gostava.

Entrevistadora: e por que tu gostavas de estudar com ele?

Jovem: eu gostava muito dele. Porque deixava a gente ir no banheiro, não era chato.

Willian

Jovem: não sei lá, colégio da favela né, normal assim tipo, igual aqui nós tamo tipo numa sala assim..

Entrevistadora: Mas os professores como eram?

Jovem: gente boa, mas o que eu mais ia no colégio pra fazê era pra tacá papel na professora. (risos) Mais era a coisa que eu mais gostava de fazer, nossa ela se envenenava e mandava eu cherá a parede....

Jovem: eu ia pro projeto 6 hora da manhã e voltava 6 da tarde.

Entrevistadora: e já era colégio também?

Jovem: era colégio, e tipo um programa tipo o Aroeira assim.

Entrevistadora: Como é que era esse projeto?

Jovem: a o cara era tipo faze coral, faze marcenaria, faze..

Entrevistadora: E era bom?

Jovem: ooo, não, era massa era massa, porque assim o projeto é pra todas as crianças que não tem tipo família, que são coisada são abrigada ali, daí eles ajuda dão curso, dão curso de tudo igual aqui no Aroeira ganha de tudo, daí só que daí estuda de manhã de meio dia depois do meio dia tem, sabe daí tipo tem gente que estuda de manhã e de noite e di tarde daí fica livre.

Entrevistadora: Tu almoçavas ali?

Jovem: eu só, eu nem tomava café em casa, saia 6 hora da manhã e tomava café lá, comia o dia intero lá, só voltava as 6 hora, daí já não precisava comê mais, tava cheio.

Entrevistadora: Já jantava lá também?

Jovem: chegava em casa só tomava um banho dormia, já acordava de manhã cedo pra i pro colégio di novo

Entrevistadora: Tu gostavas bastante?

Jovem: ooo, que lá eu gostava, tinha vez, tinha vez quando a mãe dizia que não dava pá mim i, que tava chovendo eu fugia de casa, pulava a janela e ia correndo pro ponto de ônibus, o era ..

Entrevistadora: E era perto da tua casa, não?

Jovem: não era longe, só que daí o ônibus passava pá pega nós

Entrevistadora: E deixa eu te perguntar outra coisa, nessa época teus amigos eram os mesmos de depois dos treze anos, não? Eram outros amigos?

Jovem: não, era..

Entrevistadora: Eram mais ou menos os mesmos?

Jovem: era os mesmo, era os mesmo.

Entrevistadora: E todo mundo gostava de ir?

Jovem: como assim?

Entrevistadora: todo mundo, todos teus amigos dessa época, gostavam de ir pro projeto?

Jovem: gostavam porque nós ia pá...

Entrevistadora: todo mundo ia para o projeto?

Jovem: nós ia só pra brinca, nois ia ó, porque lá o cara não tinha essa daí de fica só escrevendo ajorjado que nem no colégio, não ficava di manhã ali escrevendo da parte da tarde o cara já ia ficava a tarde intera batendo uma bola ou fazendo a marcenaria, maderera ou curso de informática, coisa tudo, daí por isso que era mais massa, porque só o cara só i pa estuda daí não era.

Fabício

Entrevistadora: Tu ias à escola?

Jovem: eu freqüentava a escola certinho

Entrevistadora: tu lembras da escola, como era?

Jovem: a princípio eu não, até hoje eu não sô muito interessado por estudo mas eu rodei na primeira série depois que eu passei a segunda série quando tava na segunda série comecei a segunda série eu fui mora com a minha vó, e minha vó por ser de uma família católica praticante, educação se boa tudo, eu peguei mais firme no estudo, da segunda séria até mais ou menos a sétima série eu não rodei mais, nem um ano, fui muito bem no estudo.

Eduarda

Entrevistadora: Nesse tempo, tu estudavas?

Jovem: tipo eu estudei, estudei picado né, estudava um pouco daí daqui a pouco tinha que para pra ir pra outra casa-lar, daí tipo quase eu não fui estuda na última casa-lar onde que eu passei, daí eu fiz até daí eu consegui pega da quarta a oitava série na, nessa última ai que eu passei, num total eu acho que eu passei por umas cinco, seis casa-lares por ai ...

Entrevistadora: e cinco, seis escolas?

Jovem: haram tudo picada assim

Entrevistadora: e na escola o que tu achavas da escola, era legal... as escolas que tu passaste, tu gostavas de ir pra aula?

Jovem: tipo assim eu sempre, eu sempre fui mais empolgada no colégio do que agora eu tô sendo sabe, sempre me esforcei mais, sempre, eu nunca fui uma aluna exemplar, mas sempre mediana sabe, sempre aquela nota meia, meia, nunca ruim de mais nunca bom de mais sempre meio...

Cupim

Jovem - Ia para o colégio normal, né dona ... as pampa. Minha coroa sempre deu apoio para nós.

Entrevistadora - Para ir para o colégio?

Jovem - Novas.

Jovem - Sempre deu apoio

Entrevistadora - E no colégio, o que tu achavas?

Entrevistadora - Tu gostavas de ir para o colégio? Como era o colégio?

Jovem - Ahh menorção é as pampa, né dona. Menorção o cara curti.

Jovem - Pequeninho, dá para curtir, né.

Entrevistadora - E tu gostavas de estudar, tinhas notas boas?

Jovem - Claro, novas. Menor eu gostava de tudo... só não gostava do que acontecia os bagulho dentro de casa.

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a educação torna-se uma política universal e cabe ao Estado ser o garantidor deste direito, oferecendo uma escola pública e de qualidade a todos os cidadãos.

Para Haddad, uma das maiores demandas da educação hoje:

[...] é a construção de um sistema nacional de educação que permita atingir toda a população com a mesma qualidade, respeitando-se as diversidades regionais e dos grupos sociais.... Mas a universalização do atendimento escolar, mesmo para os anos obrigatórios, ainda não ocorreu (Haddad, 2008).

O mesmo autor, afirma, ainda, que:

No Brasil, grande parte das pessoas de 7 a 14 anos está estudando, mas a baixa qualidade do ensino, unida à baixa qualidade de vida dessa população, fazem com que os alunos não consigam completar sua escolaridade, criando um novo tipo de exclusão social e educacional, provocada não mais pela ausência de vagas, mas sim pela incapacidade de adquirir a escolaridade, mesmo freqüentando os bancos escolares, transformando grande parte da população jovem e adulta incapaz de ler e escrever com autonomia (Haddad, 2008).

Portanto, há alguns fatores que contribuem para esta realidade, como, por exemplo, os fatores internos ao sistema de ensino e externos a ele, segundo se verifica:

[...] o modelo de gestão, a formação dos professores, a remuneração dos profissionais da educação, as formas de avaliação e a infra-estrutura escolar. Há ainda as variáveis externas, como as condições socioeconômicas das famílias, a subnutrição, as precárias condições de saúde dos alunos, a necessidade das crianças ingressarem no mercado de trabalho e a falta de suporte educacional dos pais.... Nas avaliações nacionais e internacionais, o desempenho bastante insatisfatório dos alunos da Educação Básica confirma uma forte correlação entre as variáveis internas e externas, mostrando que a escola, ao contrário do que se imagina, vem agravando as condições de desigualdades sociais ao ofertar aos mais pobres os piores serviços e assim, mais vagas com menos recursos por vaga, o que transformou a escola pública em uma escola pobre para pobres (Haddad, 2008).

Nesta mesma direção, Guimarães (1998, p. 201), elucida que a escola pública:

[...] destinada a atender às camadas populares pouco fez no sentido de favorecer na incorporação desses grupos à sociedade mais ampla, o que exigiria que se proporcionasse aos conjuntos provenientes das periferias da cidade referenciais normativos de integração e instrumentos cognitivos capazes de promover, em alguma medida, sua inserção na vida social e cultural.

Segundo Sposito (1993, p. 378), “percebe-se,..., que o mínimo não está mais sendo assegurado. Espera-se que a escola ensine a ler, a escrever e dominar o cálculo, mas nem isso ocorre”.

A análise da comunidade e da rua, nesta mesma fase, aparece como um lugar de brincadeiras, de estar na rua com os amigos. A violência e o movimento do tráfico de drogas é relatado como uma situação que o jovem sabe que existe, mas que, ainda, parece estar distante de sua vida, apesar de já despertar o seu interesse e fazer parte da sua realidade, do seu dia-a-dia, seja em casa, no âmbito familiar ou no âmbito da comunidade.

A rua, para DaMatta (1991, p. 29), é considerada o local de “movimento”, é como um rio. A rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas, chamadas pelo autor de “povo” e de “massa” e remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é negativa. A rua é

considerada como um lugar de “luta”, de “batalha” e de perigo. É um espaço em que a crueldade:

[...] se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades. Daí por que dizemos que a rua é equivalente à ‘dura realidade da vida’. O fluxo da vida, com suas contradições, durezas e surpresas, está certamente na rua, onde o tempo é medido pelo relógio e a história se faz acrescentando evento a evento numa cadeia complexa e infinita.

É na rua que os jovens aprendem a conviver com as diversidades, conhecem a realidade de suas comunidades, aprendem a conviver com amigos e têm em suas brincadeiras, momentos felizes e lúdicos.

Para Elkonin *apud* Victor (2000, p. 03), é no conceito de jogo ou brincadeiras que:

[...] são reconstruídas, sem fins utilitários, as relações sociais. Nesse sentido, afirma que, embora o jogo pareça estar ligado mais à esfera do irreal (fantasia, imaginação, sonhos), porque nele as crianças utilizam objetos e ações substitutivos para realização da brincadeira, isso não acontece, pois é a realidade circundante que é decisiva para o surgimento do jogo. Para tanto, essa realidade divide-se em duas esferas: a dos objetos e a das atividades e relações humanas, sendo a segunda a sua maior influenciadora. Dessa forma, considera que são precisamente o papel e as ações ligadas organicamente com ele que constituem a unidade do jogo.

É importante salientar, que na época da infância dos jovens entrevistados, em média, esta foi vivida entre os anos de 1995 a 2000 e 2002, período em que se consolida a estruturação do narcotráfico nas comunidades, das cidades do Estado de Santa Catarina. De forma tardia, se comparado a grandes centros como o Estado do Rio de Janeiro em que o crescimento e desenvolvimento do tráfico de drogas aconteceu desde a década de 1970, consolidando-se nos anos 1980. Neste sentido, Batista (2003, p. 98), descreve em sua análise, a respeito destes processos envolvendo os jovens daquela cidade, que:

No caso do Rio de Janeiro, que não produz cocaína, percebe-se a partir dos anos setenta o fortalecimento gradual do seu consumo. A disseminação do uso da cocaína traz como contrapartida a especialização da mão-de-obra das comunidades periféricas na venda ilegal da mercadoria. Começam a aumentar nas delegacias, no juizado de menores, nas unidades de atendimento a jovens, as infrações relacionadas a posse, consumo ou venda de cocaína. Aos jovens de classe média, que a consomem, aplica-se

o estereótipo médico, e aos jovens pobres, que a comercializam, o estereótipo criminal.

Assim, conforme atingem a idade de 12 (doze) ou 13 (treze) anos de idade, é que estes jovens começam a se envolver em atos infracionais e a trabalhar efetivamente, para o tráfico de drogas, conforme se observa nas entrevistas elencadas abaixo:

Cupim

Entrevistadora - Qual era as brincadeiras de pequeno que tu gostava, que vocês brincavam, quais as brincadeiras que tu curtias no colégio?

Jovem – Ah, eu curtia pega-pega, né dona.

Jovem - No colégio mesmo, direto.

Entrevistadora - No recreio?

Jovem - No recreio já saia da sala....

Entrevistadora - ...brincando de pegar...

Jovem - Novas.

Jovem - Era o colégio todo

Entrevistadora - E o colégio era legal?

Jovem - É as pampa...claro.

Jovem - Altos tempo, né?

Entrevistadora – E na comunidade já tinha violência?

Jovem - Pô, naqueles tempo lá, era bem menos, não era como agora...era bem mais tranqüilo.

Entrevistadora - Era mais tranqüilo?

Jovem - Bem mais tranqüilo.

Entrevistadora - Tu nascesse em que ano?

Jovem- 91

Entrevistadora - Até 95, 96?

Jovem - Bem sossegado, né?

Entrevistadora - Mas já tinha, tu já conhecia naquela época uma parte que era mais perigosa?

Jovem - Daquele jeito, né dona, sempre tem aqueles lado lá que eles falam mais, né?

Entrevistadora - Tu tinhas medo quando era pequeno?

Jovem - Não

Jovem - Nem se interessava

Entrevistadora - Corria, brincava, pulava e incomodava os vizinhos.

Jovem - Incomodava, oh se incomodava...

“Entrevistadora - E a comunidade? E a rua como era quando tu chegava do colégio? Tu brincava na rua? Tu curtia a rua? Soltava Pipa?

Jovem - Ah curtia um monte...já chegava da aula, já descia o morro e já ia com os camaradinhas lá de baixo do morro...com os molequinhos, pô aprontava um monte.

Entrevistadora - E o que que era aprontar?

Jovem - Fazia de tudo, né dona...incomodava os vizinhos....ixi, fazia de tudo.

Entrevistadora - Brincava de esconder?

Jovem - Novas.

Entrevistadora - Os mesmos vizinhos eram os mesmos amiguinhos do colégio? Os mesmos que moravam contigo na tua comunidade.

Jovem - Eram, tão lá ainda, firme e forte.

Entrevistadora- São os mesmos amigos até hoje?

Jovem - Até hoje.

Yuri

Entrevistadora: E aí, com 7 ano, 8 ano começaste a sair na rua com teus amigos do colégio? Teus amigos do colégio eram os mesmos que teus vizinhos?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: Como era a saída pra rua? Como eram os teus vizinho?

Jovem: A gente ia pá escola, tinha uns amigo.

Entrevistadora: E tu ficavas bastante na rua brincando com eles?

Jovem: Não, nós ia pá escola e na volta ficava brincando. Quando nós vinha da escola. Nós ficava o dia inteiro brincando na rua.ficava até escurece.

Jovem: É, eu soltava pipa em cima do telhado.

Entrevistadora: Soltava pipa em cima do telhado.

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: E tu gostavas de soltar pipa?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: E teus amigo, teu vizinho, todos soltavam pipa?

Jovem: Aham

Entrevistadora: Faziam campeonato?

Jovem: tinha campeonato lá na barreira ali do lado.

Entrevistadora: E era legal, te divertias?

Jovem: Todo domingo tinha campeonato.

Entrevistadora: Nessa época que tu eras pequeno, que tu brincavas de soltar pipa e fazer campeonato. A comunidade já era violenta ou não?

Jovem: Era.

Entrevistadora: Era. Já tinha os grandes (adultos) que vendiam drogas?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: E o que tu achavas nessa época deles?

Jovem: Eu não mexia e não falava com ninguém, eu era pequeno ainda, nem chegava perto ali da boca dos cara ali, nem chegava perto, nem passava perto da rua dos cara ali.

Jovem: Aí depois, que a minha mãe minha mãe se separou do meu pai e daí ela foi morá bem pertinho da boca, aí eu ficava todo dia ali, daí é que eu comecei a vendê.

Entrevistadora: Mas tu começaste a vender porque tu começaste a conhecer os caras, como foi? Começaste a gostar da amizade deles? E tu não ficaste com medo? Porque tu já sabias desde pequeno que era um lugar perigo?

Jovem: Não, Porque minha mãe foi morar bem pertinho da boca ali, daí eu ficava todo dia ali .

Entrevistadora: Não ficaste com medo?

Jovem: Não fiquei, porque eu soltava pipa, ficava ali brincando com os outros pequeninhos ali na beira da praia, daí na boca da praia era a boca dos cara. Aí todo dia que eu tava ali brincando, eles ficavam me chamando e perguntava se eu queria vendê Pedra. Daí perguntaram se eu queria trabalhar de olheiro.

Willian

Entrevistadora: Como é que era a comunidade assim, já existia violência, alguma coisa?

Jovem: já.

Entrevistadora: é?

Entrevistadora: Tu eras pequeno, antes dessa época dos treze, como é que tu vias, como era o teu olhar da comunidade, a comunidade já era violenta ou era mais tranqüila?

Jovem: já, não oo, já era..

Entrevistadora: Já dava uns pegadas, uns corres, e o que tu achavas, que tu sentias?

Jovem: não eu tipo, eu posso dizer porque eu quando eu tinha, quando eu comecei mesmo assim, ó porque duns nove anos pá frente duns nove anos pá frente, a mãe e o pai sempre pediam pa mim i busca droga pra eles, eu era eu, meu irmão, alguém, daí nós já ia de *bike* e nós já via as coisas, nós já via como era o movimento das coisas..

Jovem: entende, daí o cara já ia pá, e eu só pensava ó um dia eu quero se igual aquele loco lá né, ba só, ficava me espelhando nele, mas e aí que que adiantô querê me espelhá no cara?

Entrevistadora: E já tinha esse movimento então, já tinha violência, briga, já tinha rixa e guerra entre um e outro?

Jovem: já uu, já tinha, um matá o outro.

Entrevistadora: Tu ouvias as histórias de matar as pessoas, desde pequeno?

Jovem: desde pequeno, o cara já vinha um dizendo, ó mataram tal fulano mataram ali, ô tomô uns tiro aqui, o que eu ouvia, daí o cara já pá, começa a pensa né, ba será que o cara mata, não sei o que, ô eu só minha cabeça né, pesava o será que se mata alguém [...].

Eduarda

Jovem: daí ta daí eu peguei voltei pra minha mãe quando eu tinha seis anos e tudo mudô sabe parece que minha mãe...quando eu cheguei lá minha mãe já tava nas droga, meu pai também

Jovem: o meu pai bebia muito sabe, daí tipo eles brigavam todo dia por causa de droga, tipo meu pai, é desconfiava da minha mãe, que a minha mãe andava com outros homem tipo assim sabe, mas tudo por causa, a causa foi tudo por causa das droga..

Jovem: ..porque as drogas vira a cabeça da pessoa totalmente né, daí ta daí tipo daí, daí meu pai é tipo

Entrevistadora: Nesta época tu ficaste morando com ela?

Jovem: haram fiquei alguns meses, daí ta daí eu fiquei lá com ela, fiquei quase uns 7 meses 8 meses por aí, daí naquele tempo, daí eu fiquei lá com ela, daí começo a dá muito rolo, daí os visinho já não agüentavam ouvi meu pai bate na minha mãe, daí expulsaram meu pai do morro, deram umas pedrada jogavam um monte de coisa no meu pai...

Entrevistadora: tu viste eles fazerem isto?

Jovem: vi tudo isso, oo fiquei apavorada cara, daí escuto os visinho, mas ele chorando sabe porque, memo tipo eu era criança, mas eu entendia tudo que tava acontecendo sabe e eu senti que era meu sangue né, daí eu vi tudo aquilo, acontece os visinho pegaram e ligaram pro conselho tutelar e me tiraram de lá.

Na fase da infância, o que se vê, é um conjunto de dificuldades típicas e de condição de empobrecimento das classes populares, pois o Estado que deveria ser

o grande responsável em minimizar esta condição de pobreza, com políticas sociais que efetivamente reduzissem a desigualdade social, não se apresenta capaz de realizar sua tarefa.

Segundo Passetti (1999, p. 59):

O fato é que o Estado mostra-se como violentador quando não supre as carências de crianças cujas condições econômicas são por ele consideradas insatisfatórias. Mas ele próprio inocenta sua incapacidade de atender a todos, uma vez que sua condição de garantidor do egoísmo individualista justaposta à situação de julgador e condenador de indivíduos violentos, preserva a continuidade de seu complexo organizacional repressivo e assistencial, fundado na eficácia institucional, e composta, de tempos em tempos, reformas ou substituições de órgãos e departamentos.

A rede pública de ensino escolar, é mais uma instituição do Estado, que não consegue realizar sua missão, isto é, o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. Aliás, não consegue ministrar uma educação que garanta o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, art. 53). Porém, o que as entrevistas demonstram, é que os jovens entrevistados, não completam sua formação no ensino fundamental e muito menos têm possibilidade de escolhas ou chegam ao período da qualificação laboral.

A família encontra-se sozinha, na função de proteger crianças e adolescentes, não conseguindo efetivar o direito deles e, assim, da infância dos jovens entrevistados, torna-se uma fase, em que a realidade lhes mostra que seu futuro ou suas chances de futuro encontram-se bastante reduzidas e o assédio do trabalho ilegal e suposto ganho fácil no mundo do tráfico de drogas, torna-se um atrativo bastante promissor, para quem não conseguiu traçar um caminho ou não teve o direito de possuir uma vida digna.

Estas são as violências que se apresentam nesta fase, em que crianças e adolescentes percebem que a rede de proteção a que têm direito, não se efetiva de forma a proporcionar-lhes opções viáveis de sociabilidade, conforme também afirma Passetti (1999, p. 33), que a criança é violentada, não somente em função de sua origem econômica, mas:

[...] principalmente, pelos impedimentos à realização de um mínimo de sociabilidade exigida pelas relações sociais, tem como destino a infração... o que se pode afirmar, com segurança, é que a criança ou o adolescente infrator, na maioria das vezes, foi uma criança violentada física e/ou

mentalmente, excluída da escola, proveniente de uma família que muitas vezes complementa sua renda, quando não a obtém exclusivamente no mercado ilegal e vive em tal situação de tensão que não lhe permite colaborar com a sociabilidade esperada pela sociedade instituída aos seus filhos.

A próxima subseção, demonstra que a escolha pelo trabalho ilegal não é uma opção consciente de quem teve todas as oportunidades e não soube aproveitá-las, como julga o senso comum. É, em contrapartida, um caminho de sobrevivência e de concretização de sonhos de adolescentes, que vivem os mesmos apelos pelo fetiche pela mercadoria, como todo o jovem de classes social mais abastado, tais como as necessidades por marcas, por tênis da moda, por celulares com câmaras fotográficas e computadores com acesso a internet, são as mesmas em qualquer classe social, o jovem das classes populares querem ou desejam as mesmas coisas que os jovens ditos “play boys” como costumam chamar os jovem da classe burguesa.

Fabício

[...] eu nessa época já cometia alguns delitos que era ta furtando tá robando na gíria nossa, tá robando *play boy* que é o garoto, que é o que tem o pai mesmo que tem dinheiro que tem possibilidade de tá dando o que ele quer, agente pra nós assim com os menos favorecidos, agente fala que é *play boy* que é o garoto que tem condições financeiras de melhores que as nossa.

Rosa, (2007, p. 103), constata esta realidade, em uma pesquisa realizada com adolescentes, em cumprimento de medida sócio-educativa de internação, em regime fechado. Para os jovens que participaram da pesquisa, os bens de consumo mais desejados foram a compra de roupas, tênis, “baladas” e dinheiro para comprar drogas. Segundo a autora:

Paradoxalmente, é pelo ato infracional que esses jovens buscam (e conseguem) se inserir na sociedade de consumo. A condição de sua existência passa, em princípio, pela busca de ter as mesmas possibilidades que outros jovens têm. Cria-se um ideal de auto-imagem relacionada ao consumo e à aparência física....Não se pode desconsiderar que esta

delinquência significa, na prática, na vida desses adolescentes, a inserção no mercado de consumo, ou seja, uma espécie de inclusão social.

4.2. JUVENTUDE, ADOLESCÊNCIA E A ENTRADA NO TRABALHO ILEGAL (E/OU O ATO INFRACIONAL)

A fase da adolescência corresponde à idade de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, conforme estabelece o art. 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. É com esta idade, em geral, de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos, que os jovens entrevistados se envolvem no trabalho ilegal em suas comunidades, como sendo um caminho possível de trabalho e de suprimento de suas necessidades de consumo e realizações.

O termo adolescência, segundo Menandro (2006):

[...] deriva de *adolescere*, crescer até atingir a maturidade. Enquanto um estágio do desenvolvimento humano, a adolescência é vista como uma fase de transição entre a infância e a idade adulta. A Psicologia Clássica considerou esse estágio do desenvolvimento como um período de caráter universal bastante conturbado, marcado por crises existenciais, caracterizando-o até como “síndrome”, pela qual todo jovem normal deveria passar.

A mesma autora vislumbra, que foram os estudos da antropologia social, que modificaram esta conceituação:

[...] ao mostrar que esse período do desenvolvimento não é universal e nem necessariamente conturbado. Dessa forma, a adolescência passa a ser, então, entendida como um período e um processo psicossociológico de transição entre a infância e a idade adulta e que depende das circunstâncias sociais e históricas para a formação do sujeito (Menandro, 2006).

Assim, dentro desta nova perspectiva de entendimento a respeito da adolescência:

[...] o processo de *adolescere* extrapola os limites do determinismo puramente biológico e passa a ser derivado do processo de construção do sujeito, o próprio adolescente. Sendo assim, nessa fase o adolescente participa dinamicamente na construção da sua própria identidade, com seus

valores, sua sexualidade e por meio de sua inserção em diversos grupos sociais (Menandro, 2006).

Nesta mesma direção, Rosa (2007), leciona que o conceito de juventude se torna mais apropriado do que o conceito de adolescência, pois respeita os aspectos sociais e culturais da população jovem, em detrimento àquela, em que se limita mais aos aspectos cronológicos desta etapa de vida.

A autora afirma, ainda, que:

O termo juventude indica uma faixa etária mais extensa, abrangendo questões sociais importantes vividas pelos jovens como o desemprego, a educação superior e a constituição de uma nova família, assuntos estes negligenciados pelas políticas públicas que trabalham com o conceito de adolescência (Rosa, 2007, p. 50).

Para a análise desta fase da adolescência, será utilizado este conceito mais abrangente de juventude, pois permite o entendimento mais amplo das situações vividas pelos jovens entrevistados.

Esta subseção revela o processo de entrada efetiva dos jovens pesquisados para o trabalho ilegal, além do poder e o fascínio que o “status” de criminoso exerce entre os entrevistados, como também o uso da arma de fogo. Neste momento, há o abandono definitivo da escola e a família situa-se em segundo plano. Faz parte do cotidiano deles também, o risco de vida e a violência policial. A vida destes jovens é, ainda, permeada pelo consumismo e o imediatismo.

Observa-se, como consequência, os atos infracionais praticados, a institucionalização em Centros de Internação, assim como as tentativas de recomeço e as dificuldades enfrentadas. Outra constatação, a partir de entrevistas e relatos é a falta de políticas públicas que auxiliem verdadeiramente a mudança na vida dos jovens. Por fim, o que se apreende é que a continuidade das violências contra este segmento da população, que chega nesta fase da vida, sem muitas vezes, nenhuma perspectiva ou alternativa de sobrevivência diferente da escolhida, qual seja, a sobrevivência no trabalho ou mercado ilegal.

A entrada no trabalho ilegal, de acordo com os jovens entrevistados acontece de forma variada. Os jovens começam a praticar os primeiros atos infracionais como: o trabalho de olheiro na “boca de fumo”, o assalto, o tráfico de drogas, a conquista da arma de fogo, o poder que ela representa ou somente para

ter onde morar, como é o caso de Eduarda, que após ter fugido da casa-lar onde residia, passou por várias situações de perigo e de submissão em troca de alimento e abrigo para dormir.

Conforme já foi citado, tudo na vida desta jovem aconteceu no ano de 2007, ano que viveu praticamente todo nas ruas. Eduarda praticou vários atos infracionais, precisou vender drogas, para diversos “patrões” em diferentes “bocas de fumo”, sem receber nada por seu trabalho, somente a alimentação e o local para dormir, conforme relata a seguir:

Eduarda

Entrevistadora: e como é que tu sabia que era patrão?

Jovem: que ele contô pra gente e tipo depois como agente conviveu, começo a conviver com ele agente viu que realmente era, daí tá, daí agente chegô lá, daí tipo ele gostô de mim pra caralho sabe eu e a minha amiga C..., daí tá, eu disse bem assim: o negócio é o seguinte cara eu tô precisando de um lugar pra ficá não temo nenhum lugar pra ficá e queria sabe se tu dexava eu ficá um tempo aqui com vocês? Daí o cara bem assim: claro daí tu ajuda agente nos corri, ajuda agente e pá daí tu não precisa paga nada daí tá daí agente pego ficô.

Entrevistadora: Tu ficavas trabalhando pra eles lá fazendo, ficava vendendo droga ou só separando e dividindo?

Jovem: vendia pedra

Entrevistadora: vendia mesmo na rua?

Jovem: eu vendia, vendia tipo por eu ser mulher seria mais fácil sabe pra eles daí tipo eu ficava na rua

Entrevistadora: corria menos risco por ser mulher, chamava menos atenção?

Jovem: é, eu ralando lá fora vendendo, vendendo, vendendo daí tá daí eu chegava em casa só de noite, pra dormi, tomava banho...

Entrevistadora: ficava o dia inteiro vendendo, e dava uma “graninha” boa para ti?

Jovem: dava, eu vendia de dez e de quinze

Entrevistadora: O que é isso? pedrinha de dez e de quinze?

Jovem: umas maiores e outras menores e tipo casqueiro era o que mais tinha ali sabe, daí tipo daí de noite eles dormiam e eu ficava acordada daí tipo

Entrevistadora: e tu usavas droga?

Jovem: claro, pra fica acordada eu tinha que, eu cheirava...

Entrevistadora: nunca fumaste a pedra?

Jovem: naquele tempo não

Entrevistadora: cheirava cocaína?

Jovem: só pó é dai eu peguei e só cheirava pra mim fica travada pelo menos pra fica acordada a noite sabe

Entrevistadora: mas porque tu não dormia de noite?

Jovem: pra vende

Entrevistadora: mas tu já não vendias o dia inteiro?

Jovem: vendia só que ficava a noite também.

Jovem: eles ficavam repartindo e eu vendia, tipo porque eles já eram marcado sabe, eram fichados da policia e a policia subia direto ali, dai eu tipo eu não era muito conhecida ali

Jovem: dai ta, dai ficava de boa..

Entrevistadora: e ele dividia bem direitinho o dinheiro contigo?

Jovem: a tipo assim ele tratava agente super bem sabe, tudo que agente precisava agente podia pegá tipo ele nunca foi de negá nada sabe, tipo a comida agente escolhia o que agente queria come, tipo hora agente tava a fim de come uma bolacha, ele ia lá mandava agente ir na venda e comprava chocolate, alguma coisa sabe, nunca negô nada pra gente agente, ficou de boa

Entrevistadora: mas também nunca pagou um salário pra ti pelo teu trabalho?

Jovem: tipo assim pagá, pagá assim em dinheiro não, mas tipo o fato de eu ta..

Jovem: tipo morando lá, pra ele já era alguma coisa sabe...

Entrevistadora: na cabeça dele, ele já estava te ajudando..

Jovem: claro [...].

Fabrício, depois da saída da casa do pai, começou a trabalhar de forma informal em um carrinho de lanche e, neste mesmo período, passou a praticar atos infracionais com conhecidos da comunidade, teve acesso à arma de fogo e, logo, mostrou-se útil ao trabalho ilegal, pois se mostrava corajoso e disposto a todo tipo de trabalho.

Segundo o jovem, era no trabalho ilegal que ele buscava sua inserção na sociedade de consumo, pois os atos infracionais permitiam o acesso à roupas de marca e tênis. A descrição de Fabrício também chama a atenção, incoerentemente, pelo fato de ele procurar neste trabalho a possibilidade de uma vida estável, ou seja, ele cometeria atos infracionais até os 18 (dezoito) anos, compraria casa, carro e depois disso sairia do mundo do crime. Esta parece ser a ilusão do “ganho fácil”,

ter dinheiro, roupas da moda, tênis de marca, gastar dinheiro nas baladas e “fazer o pé de meia”.

Deste modo, jovens como Fabrício iludem-se na busca por conquistar alguns bens materiais com o trabalho ilegal, mas o que conseguem é perder tudo para a polícia e serem “presos”, conforme seu relato:

Fabrício

Jovem: trabalhava num carrinho de cachorro quente quando que era do irmão da minha madrasta na qual na casa dele eu fui morá, fiquei acho que uns, fiquei de favor uns três dias e fui fala com uma tia minha que é irmã do meu pai da possibilidade de eu estar morando com ela e ajudando ela financeiramente em torno de cem reais a cento e cinquenta reais não me lembro muito bem agora, daí trabalhava nesse carrinho de cachorro e pegava cem reais pra ta ajudando ali nos gastos que eu dava pra ela, e nesse meio tempo que eu tava morando com a minha tia tal e ela tem mais uns filhos dela eu acabei ingrenando pro crime cada vez mais que daí eu nesse cachorro quente conheci algumas pessoas que acabaram vamos se dizer que botando confiança em mim e largando arma de fogo na minha mão e eu acabei hã, ferindo algumas pessoas com disparo de arma de fogo e onde eu fui eu fui me afundando no crime daí eu conheci outras pessoas que me ensinaram a fazê assalto me levavam pa faze assalto, eles pilotavam a moto me levavam pa assalto eu chegando nesses assalto eu puxava a arma e pum anunciava e ficava cuidando pra que nenhum policial viesse e se viesse eu teria que tá efetuando disparo na direção deles ou se alguma pessoa reagisse tá vindo matá essas pessoas, de certa forma eu fazia isso com gosto não sei porque mais hã lavagem cerebral sei lá, vamo assim dizê, eu não vô botá a culpa em ninguém que a culpa era minha, **mas é status vamo se dize que é status porque tá no crime mata, robá, é meu Deus, é o grande prêmio, ainda mais se tu matá alguém, daí vamô se dize, que é uma certa forma de tá buscando respeito no crime, a maioria dos homicídios na capital no meu ponto de vista hoje são de menores assim que matam pra outras pessoas pá tá buscando respeito entre, entre ali o pessoal que tá envolvido no crime, entendesse?** E daí nessa daí, eu comecei a faze, daí abandonei o carrinho de cachorro quente porque, porque o a pessoa que eu trabalhava que era o E..., ele também era meu amigo e era irmão da minha madrasta daí eu acabei contando alguns delitos pra ele, ele achô melhor eu tá me afastando dali por questão de segurança e tudo pa não tá sujando o comércio dele eu

acabei me afastando, disso ai e acabei começando a praticá assalto com mais frequência, vamo se dize, que todos os dias um dia sim um dia não fazê bastantes assalto, assalto, assalto, acabei nesse meio tempo baleando uma pessoa hã, ai nesses assaltos acabô chegando, eu acabei fazendo um de grande nome no qual eu tirei uma grande quantidade de dinheiro pá mim foi em torno assim de 15 mil reais que achei que ia adianta bastante, **pra mim, no meu pensamento era assim ó, eu tava no crime até os 18 anos pa mim pode tá conseguindo um carro, uma casa e uma vida estável, esse era o meu pensamento e ninguém mudava, daí isso que eu fiz fui lá meti o assalto tanto é que quando eu meti esse assalto eu fui lá, a primeira coisa que eu fiz foi comprá um carro, fui comprá o carro e quando eu estava indo comprá um terreno em Florianópolis, memo na ilha, eu tava, eu tava indo faze esse assalto onde foi a polícia conseguiu discubri que eu participei desse assalto e efetuando a minha prisão, levando meu carro e mais 8 mil reais que eu tinha guardado e mais outros produto de furto que eu tinha guardado na minha residência que era junto com a minha tia e algumas partes do furto que estavam na casa da minha namorada.**

O relato de Fabrício impressiona pelo status que o trabalho ilegal pode oferecer aos trabalhadores mais corajosos, dispostos a buscar o respeito praticando atos infracionais gravíssimos. A arma de fogo exerce um fascínio em todos os entrevistados, que muitas vezes querem obter dinheiro também para comprar armas...

Zaluar (1994, p. 106), também descreve a importância e o poder que a arma de fogo oferece aos seus detentores:

[...] usá-la (arma) é garantia de sucesso e de impunidade no empreendimento. Por isso, a arma é também uma espécie de prisão: uma vez iniciado o seu uso, é quase impossível deixá-la. Os jovens vivem ainda na ilusão do poder aparentemente sem limites que adquirem quando a portam em qualquer situação... Vencer outros homens através de sua posse é fundamental para a afirmação do homem, que se torna respeitado na localidade.

Já, o jovem Cupim se inseriu no tráfico de drogas em função do grupo de novos amigos e também, porque precisava de dinheiro para gastar em *lan house*, com jogos, internet e o consumo de mercadorias comuns a todos os jovens na atualidade, de qualquer classe social.

Cupim

Entrevistadora - Quando é que tu começaste a trabalhar para o tráfico de drogas e a praticar ato infracional, como é que foi? E quantos anos tu tinhas?

Jovem - Eu deveria estar com 15 ou 16.

Jovem - Foi depois que eu parei de estudar, né dona.

Entrevistadora - E foi dentro da tua comunidade?

Jovem - É.

Jovem - Daí né dona saí da escola porque tava viciado em lan house. Viciado, viciado. Gostava de ficar só na lan. Só na frente do computador o dia todo.

Entrevistadora - Daí o que tu fazia na frente do computador?

Jovem - Ah ficava jogando tib, jogo de computador, CS, orkut, msn, ah o dia todo, o dia todo.

Jovem - Normal, o dia todo.

Entrevistadora - Aí já não queria mais ir para a aula?

Jovem - Ah, daí já não ia mais para a aula, o meu pai falava um monte, um monte, descia até na lan house, me tirava de lá com puxão de orelha.

Jovem - Ah, daí pá, foi quando eu conheci meus parceiros, né dona. Quando eu conheci meus parceiros. Daí nós era viciadão, daí foi indo, né dona, foi indo, foi indo, foi onde nós começamos a mexer, daí nós saía parava na lan house, e o dinheiro da lan house nós virava em droga, né?

Jovem - Em vez de nós gastar em lan house nós pegava em droga, né.

Entrevistadora - Para usar?

Jovem - Pra vender.

Jovem - Pra levantar um dinheirinho.

Entrevistadora - E daí tu saías para vender?

Jovem - Fazia os corre. Sempre fazendo os corre, sempre.

Entrevistadora - Dentro da tua comunidade?

Jovem - Lá dentro, sou conhecido lá, né dona, conhecido mesmo.

Entrevistadora - E aí tu vendias, e foi por isso que tu foste “prego”?

Jovem - Caí por causa de homicídio.

Entrevistadora - Tá, e o que te levou ao homicídio? Foi a venda? Não?

Jovem - Foi por causa de drogas, matei por causa de droga.

Entrevistadora - Ta, mas aí deixa eu te entender...

Jovem - Não pagou, morreu.

Yuri, com a separação dos pais e com a mudança da mãe, foi morar próximo à “boca de fumo” de sua comunidade e relata que ficava brincando com os amigos, soltando pipa e observando o trabalho na “boca de fumo”, que era próximo do local que brincava. Depois de algum tempo, após alguns convites dos vendedores de droga do local, começou a trabalhar como olheiro e, logo, passou a vender droga. Afirma que revende drogas desde os 10 (dez) ou 11 (onze) anos e diz que desde esta época queria comprar armas de fogo.

Yuri

Entrevistadora: E o que tu achavas nessa época deles (os traficantes da comunidade)?

Jovem: Eu não mexia e não falava com ninguém, eu era pequeno ainda, nem chegava perto ali da boca dos cara ali, nem chegava perto, nem passava perto da rua dos cara ali.

Jovem: Aí depois, que a minha mãe se separou do meu pai e daí ela foi morá bem pertinho da boca, aí eu ficava todo dia ali, daí é que eu comecei a vendê.

Entrevistadora: Mas tu começaste a vender porque tu começaste a conhecer os caras, como foi? Começaste a gostar da amizade deles?

E tu não ficaste com medo? Porque tu já sabias desde pequeno que era um lugar perigo?

Jovem: Não, Porque minha Mãe foi morar bem pertinho da boca ali, daí eu ficava todo dia ali .

Entrevistadora: Não ficaste com medo?

Jovem: Não fiquei porque eu soltava pipa, ficava ali brincando com os outros pequeninhos ali na beira da praia, daí na boca da praia era a boca dos cara. Aí todo dia que eu tava ali brincando, eles ficavam me chamando e perguntava se eu queria vendê Pedra. Daí perguntaram se eu queria trabalhar de olheiro.

Jovem: e eles pediram pra trabalha, fiquei com olhero ali, uns três dia, fiquei trabalhando ali de olhero daí parei e comecei a vendê pedra.

Entrevistadora: E o olheiro dava quanto de dinheiro pra ti?

Jovem: Eu trabalha antes de olheiro do meio dia até uma e meia, ganhava vinte real por dia.

Entrevistadora: E tu trabalhavas do meio dia a uma da tarde?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: Uma horinha só, ficavas ali?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: E aí como era esse trabalho de olheiro?

Jovem: Só ficava por lá com celular, quando a polícia passava tinha que avisá, tinha que ficá ligado.

Entrevistadora: Só para polícia?

Jovem: Quando a policia passasse era só ligá

Entrevistadora: E nesse serviço de olheiro tinha que avisar quando chegasse alguém pra compra droga? Ou não?

Jovem: Não.

Jovem: As drogas os cara que iam lá pegá.

Entrevistadora: Como?

Jovem: Os casqueiros pegam daí na boca.

Jovem: Olheiro era só pra polícia mesmo.

Entrevistadora: quantos anos tu tinhas nisso?

Jovem: 10, 11 ano.

Entrevistadora: Mas tu não tinhas medo?

Jovem: Não, antes quando eu era pequeno, mas daí quando minha mãe foi mora pra perto da boca já comecei a fica ali ó...daí já queria compra uma arma pra mim, daí eu fiquei ali vendendo um tempão, daí eu comprei.

Entrevistadora: Gostaste de ficar ali vendendo pros cara?

Jovem: Daí parei de vendê com eles ali e fui vendê pra outro carinha. Com ele que o Linho vendia. (Linho – nome fictício de outro jovem do Projeto Frutos do Aroeira).

Por sua vez, Willian desde muito pequeno já ia comprar drogas para os pais. Desta forma, estava acostumado a ver o trabalho na “boca de fumo” e sempre se espelhou nos trabalhadores como pessoas “bem sucedidas”. Quando precisou sair de casa buscou abrigo e trabalho na “boca de fumo”. A comunidade de Willian pelos seus relatos é bastante violenta e ele parece conviver com esta realidade desde muito cedo. Vale ressaltar, que em seu primeiro dia de trabalho, ele já recebeu uma arma de fogo.

Willian

Entrevistadora: Tu ouvias as histórias de matar as pessoas, desde pequeno?

Jovem: desde pequeno, o cara já vinha um dizendo ó mataram tal fulano mataram ali o tomo uns tiro aqui, o que eu ouvia, dai o cara já pá começa a pensa né, ba será que o cara mata não sei o que o eu só minha cabeça né, pesava o será que se mata alguém é massa po ficava pensando um dia

quero mata um pra vê cole que é pá ficava só pensando. Daí essa primera vez..

Entrevistadora: E não te dava medo?

Jovem: não, daí essa vez quando eu fugi já ganhei uma máquina na mão ...

Entrevistadora: Eles já te conheciam desde pequenininho, fugiste e foste lá bater na porta deles, para eles te darem abrigo?

Jovem: fui, daí cheguei lá, o cara não sei que deu lá, já cheguei já dei tiro no cara, no primeiro dia.

Entrevistadora: já no primeiro dia de trabalho?

Jovem: já no primeiro dia, dei uns tiro no cara

Jovem: daí pego, daí os cara eu peguei e vendi, vendi a máquina que os cara tinha me dado, daí peguei até pensei ba acho que eu vô volta pra casa agora tô com dinheiro né, volta pra casa, daí pá fui lá vendi dai peguei fui pra casa, ai acabô o dinheiro já tive que sai pro corre di novo, acabo o dinheiro sai pro corre, daí depois ó..

Entrevistadora: Nesses tiros que tu deste, chegaste a matar o cara, não? Só assustou?

Jovem: não, só acertei um na perna e um no pescoço, aqui atrás aqui, dei dois tiro só. Mas não tinha nem porque acho que nem foi, nem por nada, nem me lembro, mas acho que nem foi por nada, só pa vê colé que era memo.

Entrevistadora: e o que sentiste?

Jovem: gostei, era massa dá tiro nos otro, mas levá não é não, não, tipo é que é minha vida né, eu sei lá, minha cabeça já é bem diferente né, fala, fala assim pra ti hoje pá, não é a mesma coisa de antes, eu chega, pegá uma arma em qualquer um, chegá e dalhê tiro, não é minha cabeça não é mais assim agora...

Entrevistadora: Mas nessa época, tu tinhas treze, quatorze anos, é isso?

Jovem: é, ooo era piradão memo. Oooo se chegasse qualquer um me desse uma arma na rua...

Os primeiros atos infracionais, revelam a entrada para o trabalho ilegal, quase como uma consequência, “normal”, sendo que somente um dos jovens trabalhava de forma informal em um carrinho de lanche, mas já havia saído da casa do pai e precisava se sustentar. A partir daí, os assaltos que praticava aparecem como uma complementação da renda. Outros, desde pequenos, já começaram a trabalhar na “boca de fumo”, sem ter a oportunidade de escolher uma outra opção que não a do mercado ilegal. Ganhavam uma certa quantia de dinheiro, bastante

conveniente para o tempo trabalhado, como é o caso de Yuri, que trabalhava uma hora por dia e ganhava R\$ 20,00 (vinte reais), e acabou não buscando outras oportunidades para seu futuro.

Zaluar (2000, p. 58) chama a atenção para alguns fatos importantes em suas pesquisas no Estado do Rio de Janeiro:

Continuar a afirmar que a pobreza explica o crime significa também reforçar a opção pelos pobres que a polícia e a justiça brasileiras já fizeram há séculos. As atividades criminosas organizadas, polivalentes, que se valem do tráfico de drogas ilegais, como do assalto e do seqüestro enriquecem muito uns poucos ... Isto sem que a desigualdade tenha recuado um só centímetro no Rio de Janeiro. Não se tem conhecimento de que os salários ou a renda familiar das famílias pobres, no Rio de Janeiro, tenham aumentado em consequência do numero extraordinário de seqüestros, de roubos e assaltos ou do aumento do consumo de drogas ilegais nos últimos anos, nem que o tráfico, que movimenta milhões, tenha instituído relações de trabalho mais justas.

É importante ressaltar, que o tráfico de drogas não faz parte somente da vidas dos jovens de classes populares, nesta quarta-feira, dia 11 de fevereiro de 2009, foram apreendidos pela Policia Federal 51 (cinquenta e um) jovens de classe média e alta, por tráfico de drogas entorpecentes sintéticas, conforme noticia o jornal Bom dia Brasil na edição do dia 12 de fevereiro de 2009:

Um estilo de vida perigoso seduz jovens da classe média. O que está em jogo é o consumo crescente das drogas sintéticas. Muitos consumidores se tornam também traficantes.

Segundo a polícia, os jovens vendiam cocaína do Paraguai e da Bolívia na Europa. De lá traziam drogas sintéticas, como ecstasy e LSD, para vender no Brasil. Um jovem preso num bairro de classe média alta no Rio também traficava armas, que iam para favelas e morros da cidade (Jornal Bom Dia Brasil, 12.09.09).

Os motivos que levam os jovens entrevistados à prática do ato infracional são variados, mas percebe-se que em todos os depoimentos não há uma reflexão das consequências destas ações. As relações de amizade e de consideração entre os companheiros também levam à prática de atos, cada vez mais violentos e conflitos na comunidade são uma realidade relatada.

Vale lembrar, ainda, a facilidade com que os jovens participantes da pesquisa se adaptam às necessidades do trabalho no mercado ilegal, realizando as tarefas, sem questionar ordens e sem avaliar a gravidade de seus atos. Como já citado, a arma de fogo é uma realidade e o fácil acesso em consegui-la, faz com que tais atos se tornem cada vez mais violentos e com que a maioria dos jovens entrevistados, logo nos primeiros dias de trabalho, já tenha direito a sua, como uma consequência normal deste trabalho.

Zaluar (1994, p. 107), instrui:

O trágico no Brasil de hoje é que as armas de fogo tornam-se disponíveis a esses jovens através do crime organizado. Traficantes usam a mão-de-obra barata dos 'menores' na venda de tóxico e põem armas em suas mãos para defender a boca-de-fumo ou até mesmo assaltar longe do lugar, quando o comércio está fraco.

Outrossim, com relação à entrada no trabalho do mercado ilegal, os jovens colocam o dinheiro como maior atrativo e, principal motivo, para se envolverem neste negócio. Estarem incluídos na sociedade do consumo e vestirem-se dentro dos ditames da moda, parece ser fundamental a todos os entrevistados. Os bens mais valorizados pelos jovens são: o tênis e as roupas de marca, as baladas com “grana” para gastar, as jóias de prata, adquirir motocicletas e comprar armas de fogo. O dinheiro também é utilizado para se manterem no negócio, ou seja, comprar mais droga para revender. Somente Yuri afirma ter um bom dinheiro guardado para, quando for necessário; e, Fabrício, tem sempre a intenção de conseguir dinheiro por meio dos assaltos que pratica, para comprar sua “estabilidade” (casa e carro), sonho próprio de classe burguesa, ou seja, casa própria e um bom carro na garagem.

Rosa (2007, p. 103), afirma:

Paradoxalmente, é pelo ato infracional que esses jovens buscam (e conseguem) se inserir na sociedade de consumo. A condição de sua existência passa, em princípio, pela busca de ter as mesmas possibilidades que outros jovens têm. Cria-se um ideal de auto-imagem relacionada ao consumo e à aparência física.

Bauman (2008, p. 108), diz que em uma sociedade de consumo:

[...] em que os vínculos humanos tendem a ser conduzidos e mediados pelos mercados de bens de consumo, o sentimento de pertença não é obtido seguindo-se os procedimentos administrados e supervisionados por

essas 'tendência de estilo'. O processo de auto-imagem é perseguido, e seus resultados são apresentados com a ajuda de 'marcas de pertença' visíveis, em geral encontráveis nas lojas ... A referência a 'estar à frente da tendência de estilo' transmite a promessa de um alto valor de mercado e uma profusão de demanda (ambos traduzidos como certeza de reconhecimento, aprovação e inclusão).

Portanto, como qualquer cidadão que vive hodiernamente dentro dos moldes da sociedade de consumo, os jovens entrevistados querem estar inseridos dentro deste modelo. Espelham-se em amigos, em outros trabalhadores ilegais que têm acesso aos bens de consumo e procuram conquistar estes bens para si.

Sales (2007, p. 241) aponta para um:

[...] vácuo de políticas governamentais e ações sistemáticas de prevenção, proteção e inclusão das crianças e adolescentes brasileiros em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com as demais políticas do campo da seguridade social. Vácuo que, combinado ao individualismo e ao consumismo da cultura de massa em voga desde a segunda metade do século XX, é responsável pela produção de uma sociabilidade e uma subjetividade propícios à prática do delito. Logo, o Estado não pode se omitir, nem antes nem depois da configuração do ato infracional, à sua responsabilidade e papel quanto à educação, formação de cidadãos e garantia dos direitos dos adolescentes.

Corroborando com o argumento dos autores, vê-se no relato de Cupim que o importante é ter dinheiro para gastar. Quando indagado se a adrenalina do trabalho é que o motiva nesta direção, respondeu que não, porém argumenta que é o dinheiro que o trabalho resulta, o mais importante.

Cupim

Entrevistadora - Nesta época já não estava mais estudando? E não queria mais saber de estudar?

Jovem - Não queria mais, só o corre.

Entrevistadora - Por que tu chegasse a decidir ir para o corre? Porque conhecesse os cara da lan house e eles te dissessem que dava grana?

Jovem - Porque o cara já cresce e já tá ligado na maldade, né dona. Deu corre ali e os cara tudo de panera as pampas né dona, correntona as pampa.

Entrevistadora - Panera é o que?

Jovem - Panera é as pampa, né dona. O cara vê daí o cara quer ser pá também né dona, andar como os caras, né, e pá, se espelha, né, se espelha no outro. Daí é daquele jeito, fui, comecei a mexer para ver no que ia dar, né. Só deu cadeia.

Entrevistadora - E gostasse, porque tem uma adrenalina, né?

Jovem - È né dona, o corre é a grana, o corre não dá para parar, que é as pampa né dona, o cara vê dinheiro, o cara vê o dinheiro vindo, o cara vê o dinheiro.

Entrevistadora - E o que tu vendia?

Jovem - Vendia pedra.

Entrevistadora - Só? Engraçado, sempre achei que pedra não dava nada.

Jovem - Oh, pedra que é o corre.

Entrevistadora - E as pessoas vão comprar pedra? Achava que iam comprar cocaína, maconha.

Jovem - Cocaína também dá o corre, né dona. Mas o que mais dava o corre lá era só pedra.

Entrevistadora - E era para o pessoal da comunidade, ou vinha gente de fora comprar também?

Jovem - Vinha gente de qualquer lado, né.

Entrevistadora - É?

Jovem - Novas.

Entrevistadora - E todo mundo fumando pedra? Mas pedra não diz que é super perigo, uma vez que tu fumas, já fica doidaço, viciado...

Jovem - As nóia né dona. Muito usuários, né. Meu Deus, não tem quem não fume...não tem não tem lugar que não tenha alguém fumando.

Entrevistadora - Tu já fumasse?

Jovem - Já fumei.

Entrevistadora - E gostasse?

Jovem - Não, só atrasa, né.

Jovem - Não me encarno. Tô as pampa...

Entrevistadora - Chegasse a guardar alguma coisa?

Jovem - Poh, pior que não cheguei a guardar nada, o que eu ganhava ia gastando.

Entrevistadora - Gastava com o que?

Jovem - Com pano, corrente, "boot".

Entrevistadora - Boot o que que é?

Jovem - Tênis. Máquina, droga.

Entrevistadora - Máquina é o que?

Jovem - Máquina é arma. Gastava com tudo que era pá.

Entrevistadora - Festas, "amigas"?

Jovem - Rsrs... festas, curtia. Oh meu Deus, o cara curti né dona. Porque daí o cara vê dinheiro na boca, no corre, a milhão nunca pára né.

Para Yuri, ocorre a mesma situação, o importante é o dinheiro que resulta daquele trabalho. Se não fosse o dinheiro não venderia, mesmo desde pequeno, já tinha necessidade de gastar com roupas, “baladas”, armas e mais drogas.

Yuri

Entrevistadora: E pra que tu querias dinheiro se tu tinhas a tua casa?

Jovem: Mas eu queria dinheiro pra mim saí, pa mim compra ropa,

Entrevistadora: Mas tu eras pequeno ainda?

Jovem: Então...

Entrevistadora: Mas já querias compra as roupas?

Jovem: Não era só pra compra ropa, queria compra arma.

Entrevistadora: e... por que achas que tu te interessaste pelo negócio da venda?

Jovem: é só o dinheiro.

Jovem: Porque se não fosse pelo dinheiro, não ia vendê, ficava parado, sentando...coisa assim...daí a gente ganha bastante dinheiro, e também tem pessoa que gosta disso.

Entrevistadora: E ganha bastante?

Jovem: (afirmação)

...

Entrevistadora: Quando tu começaste a trabalha no tráfico, o que esperava assim?

Jovem: Dinheiro, só isso.

Entrevistadora: E daí que tu fazes com esse teu dinheiro? Tu gastas?

Jovem: Guardo.

Entrevistadora: Tem um pouco que tu guardas?

Jovem: Compro arma, mais droga.

Entrevistadora: Tu vais fazendo negócio?

Jovem: Guardo também pra mim.

Entrevistadora: Tens uma “grana” guardada?

Jovem: (afirmação).

A motivação de Willian era ter uma motocicleta, correntes de prata, e, para sua realidade, a única maneira de conseguir estes bens de consumo era via

mercado ilegal. Assim, saí de casa e dirigia-se para a “boca de fumo”, que era de seus conhecidos, para buscar conquistar seus interesses de consumidor.

Willian

Entrevistadora: Por que tu achas que tu escolheste isso, tu achas que foi porque tu ficaste revoltado, pois tua mãe foi presa, alguma coisa assim?

Jovem: não, acho que não, acho que porque foi..

Jovem: já, já queria pá, sabe como é, que o cara pega uma arma na mão ou o cara anda de motinhu, anda com umas corrente pá, o cara já vai.. para ti te alguma coisa na vida ou tu tem que trabalha ou o cara tem que vende droga, é o único jeito, era pequeno ninguém ia me dá um serviço, eu com nove a treze ano ninguém ia me dá um serviço, aí peguei e vô vende droga, a aí depois, pá ti vê, daí comecei a vende droga fiquei um ano vendendo droga já comprei uma motinhu, daí perdi pros home, depois que comprei a primera moto já era nunca mais parei e agora tá até hoje...

Já, Fabrício, sonha em adquirir sua casa e seu carro, ter uma vida estável e sair do mundo do crime aos 18 (dezoito) anos de idade. Hoje ele tem 19 (dezenove) anos e não teve acesso a nenhum destes bens, cumpriu algum tempo de medida sócio-educativa de internação e semi- liberdade e luta para se manter sozinho com o salário que recebe, como auxiliar de padaria, no supermercado em que trabalha.

Da mesma forma que Cupim, quando indagado a respeito da motivação que o trabalho gera, afirma que o mais importante era a possibilidade de ter dinheiro para comprar tudo o que gostaria, tais como roupas e bermudas. Segundo ele, comprava o que tinha vontade e necessidade, na ilusão do “ganho fácil”.

Fabrício

[...] pra mim no meu pensamento era assim ó, eu tava no crime até os 18 anos pá mim podê ta conseguindo um carro, uma casa e uma vida estável, esse era o meu pensamento e ninguém mudava, daí isso que eu fiz, fui lá meti o assalto, tanto é que quando eu meti esse assalto, eu fui lá a primeira coisa que eu fiz foi comprá um carro, fui comprá o carro e quando eu estava indo comprá um terreno em Florianópolis memo na ilha, onde foi a policia conseguiu descubri que eu participei desse assalto e efetuando a minha prisão, levando meu carro e mais 8 mil reais que eu tinha guardado e mais outros produto de furto que eu tinha guardado

na minha residência que era junto com a minha tia e algumas partes do furto que estavam na casa da minha namorada

Jovem: ... adrenalina de certa forma sim gostava mais é do que o crime tava me proporcionando que era **roupa nova, dinheiro, eu queria compra eu ia e comprava entendesse, não carro, casa, mais tipo a aquela bermuda, aquela calça se não sei quantos não tinha história eu queria compra ou eu comprava ou eu ia na loja e assaltava era difícil eu assalta mas eu assaltava outras lojas e ia com dinheiro comprava os negócios que eu queria eu eu tava meio iludido pelo esse *status* ai oo é por ser o matador ou o ladrão bom que roubava pra caramba, tava iludido e muitas coisas assim não deixavam eu enxergar assim onde eu tava o que que eu tava fazendo.**

Em relação ao consumo, é importante observar, que para a sociedade de consumo, estes jovens são considerados o que Bauman (2008, p. 156) chama “subclasse” e:

[...] evoca a imagem de um agregado de pessoas que foram declaradas fora dos limites em relação a *todas as classe e à própria hierarquia de classes*, com poucas chances e nenhuma necessidade de readmissão: pessoas sem um papel, que não dão uma contribuição útil às vidas dos demais [...].

“Os pobres da sociedade de consumidores são inúteis. Membros decentes e normais da sociedade – consumidores autênticos – nada desejam nem esperam deles. Ninguém precisa deles. Para eles, tolerância zero” (Bauman, 2008, p. 160).

Bauman (2008) explicita que na “subclasse” se encaixam uma variedade de pessoas, pois a definição comportamental denomina pessoas pobres que abandonaram os estudos, não trabalham, inclui também, os sem teto, mendigos e pedintes, pobres viciados em álcool e drogas, além dos criminosos de rua. O termo é bastante flexível, abrangendo também os pobres que vivem em “conjuntos habitacionais”, os imigrantes ilegais e os membros de gangues de adolescentes. Desta forma, “[...] a flexibilidade da definição comportamental é que propicia que o termo se torne um rótulo capaz de ser usado para estigmatizar os pobres, seja lá qual for seu verdadeiro comportamento” (BAUMAN, 2008, p. 157).

De acordo com os relatos, o trabalho, ou seja, as atividades que se precisa realizar, ao ingressar no mundo do trabalho ilegal não parece ser desconhecida dos

jovens, eles entram para este mercado “conscientes” do trabalho que realizarão, bem como dos riscos que assumirão.

Cupim, em seu relato, demonstra compreender que se precisar realizar alguma atividade de forma mais violenta, terá de realizá-la, sem questionar o porquê ou a sua gravidade. Narra que não há amigos quando se está no trabalho ilegal e que ao mesmo tempo em que ele próprio deve realizar alguns trabalhos violentos em relação a outras pessoas, também ele é alvo desta mesma atividade, quando realizada por outros grupos, ou até mesmo, pelos seus “parceiros”, revelando a consciência dos riscos que a atividade ilícita apresenta.

Cupim

Entrevistadora – Gostaria de te perguntar, quando tu começaste, tu achaste que teria que fazer isso (matar) também?

Jovem - É o cara já tá ligado que uma hora vai ter que pá, né dona.

Entrevistadora - Vai ter... alguém que vai vacilar...

Jovem - Sempre vai ter um que pá, né dona. O cara vai ter que chegar e pá. Novas. Sempre tem um que quer atrasar o lado do cara, né. **Nessa vida mesmo, o cara não tem amigo. Amigo o cara não tem.**

Entrevistadora - Nem os teus amigos que trabalham contigo?

Jovem - Ninguém é amigo de ninguém.

Entrevistadora - Tu estava disposto a isso, daí tiveste que fazer o serviço, e como foi?

Jovem - As pampa, né dona.

Jovem - Tem que fazer faz, se for para fazer, vamos fazer, né. Novas.

O relato de Fabrício, é muito rico, pois explicita de forma muito clara, como é o trabalho em uma “boca de fumo”, o trabalho de olheiro, o trabalho do responsável pelas armas de fogo, e a questão mais importante, os códigos de respeito que funcionam entre os indivíduos que trabalham para o mundo do mercado ilegal. Os mesmos códigos parecem ser usados por todos, desde os maiores de idade, os jovens adolescentes e os que estão presos. Destaca-se, então, a importância de ser “sujeito homem”, de não delatar os companheiros, daqueles que são os “sujeitos safados”, que não são aceitos, por serem “o cagueta” – que entregam os companheiros e que os “talaricos” – são os que desejam a mulher do próximo, entre outros códigos.

Fabício

Jovem: A principio esse assalto foi feito em dezembro e foi num sábado e esse assalto acabo como é que eu posso te dizer e acabo na grila acabo caindo a casa foi descoberto acho que em torno na segunda-feira, terça-feira, na quarta-feira efetuou a prisão dos mesmo que efetuaram o assalto foi eu mais um que praticamos o assalto e mais três pessoas que estavam envolvida que deram as informações necessárias pra mim, tá pra nós tá entrando nesse estabelecimento com facilidade. A principio quando eu fui preso nesse, eu perdi todo dinheiro, não tinha nada, era Natal, passei Natal horrível mesmo sem nenhum real no bolso, réveillon a mesma coisa tinha vários planos, acabou não dando nada certo, em janeiro do ano seguinte eu acabei fazendo o meu primeiro homicídio que foi matar uma pessoa, eu já tinha efetuado disparos em outras pessoas só que só feri, tipo algumas pessoas ficaram com defeito, hoje tem um braço não se consegue mexer ou perdeu um órgão ou coisa parecida assim, daí já no ano seguinte eu acabei matando uma pessoa, na minha mesma comunidade que hoje eu resido, matei a mesma pessoa só que a polícia não descobriu até hoje quem foi, não descobriu quem foi, eu que matei essa pessoa e depois disso aí daí cada vez eu fui dando mais de um crime, daí no mesmo, no mesmo mês, nesse mês eu acabei caindo outra vez com a polícia com uma pistola nove milímetros eu e meu primo que caiu com a mesma arma de fogo...

Depois disso, acabei falando com um traficante de uma certa comunidade e aí comecei a trabalhar pra ele como olheiro e também ganhei a responsabilidade de ficar com as armas de fogo, eu ficando com as armas de fogo eu fazia os assaltos e trabalhava pra ele ao mesmo tempo e ficava só só..

Entrevistadora: como é o serviço?

Jovem: o de olheiro?

Entrevistadora: sim, o que fazias?

Jovem: o serviço de olheiro é caso a polícia venha eu tá avisando eles, entendesse?

Entrevistadora: mas daí, tu ficas num ponto do morro?

Jovem: eu fico num local de, com visão privilegiada no qual eu possa tá vendo as pessoas antes que elas me vejam.

Entrevistadora: subindo ou descendo?

Jovem: subindo ou descendo, eu fiquei como olheiro pra esse traficante e também nas horas vagas eu fazia assalto com um parceiro meu que na época...

Jovem: os assaltos, os assaltos eu fazia com a arma do traficante, mas pur estar com a arma dele cada parte do assalto assim, não por exigência dele, mas por sei lá por vontade nossa mesmo, que agente achava que era certo tá dividindo o dinheiro do assalto com o dono da arma, cá arma que foi feito o assalto, agente fazia o assalto uma pequena parte do assalto agente destinava ao proprietário da arma, as vezes ele aceitava, as vezes sim as vezes não, na maioria das vezes não aceitava por ser traficante tinha dinheiro não.. a e eu esqueci uma pequena...

Entrevistadora: tá e o olheiro não é o começo da carreira...

Jovem: olheiro é

Jovem: não olheiro, dependente, de cada lugar que um olheiro pode trabalha em cada boca de fumo que ele pode trabalha, ele pode te grande respeito ou não, dependente do traficante eu, eu acho que eu não tinha, vamo se dize, que um grande respeito, mas eu tinha respeito por se trata da, vamo se dize, que eu tinha uma certa atitude ou frieza de tá chegando e matando as pessoas ou tá fazendo assaltos sem tá pensando nas conseqüências, daí eu tinha uma certa consideração nesse meio do crime entendesse as pessoas tavam começando a me considerá como eu mesmo falei, algumas pessoas ganhavam respeito matando as outras pessoas né, pra entra no crime, as pessoas mais novas, catorze ano assim, eu também não fui muito diferente não, acabei matando uma pessoa, ganhando um pequeno respeito de certas pessoas, outras não dão bola pra isso, não são todas que acham que é respeito, tá matando outras pessoas, mas eu fazia assalto e pra nós do crime quer dize, pra nós não, pras pessoas do crime, **tu sê um sujeito homem que é a pessoa, é o cara o homem que não o homem ou mulher tanto faz, que não entrega outra pessoa, se eu vou preso, eu mais uma pessoa e só eu for preso e essa pessoa não, eu intrega ela, vô tá sendo safado, vô tá entregando outra pessoa, vô tá sendo safado e quando a pessoa é safada, ou na rua ela é, ela é morta ou no presídio ou ela é morta ou ela é separada dos outros detentos que ali se encontram, por se trata de uma pessoa safada, que é a pessoa que entrega o companheiro, que vamo se dize, companheiro, parceiro intrega, e os detentos da prisão ou cadeia que seje, eles acham que essa pessoa não é digna de tá vivendo, tá no convívio com esses outros presos, entendesse eles acham que sujeito homem é aquele que vai preso sozinho, memo tando em dois..**

Entrevistadora: ele assume sozinho..

Jovem: tando dois, ele assume a bronca sozinho e não entrega o outro, safados tem todos tipo de safado, tem o safado que, agente não, as pessoas do crime não aceitam que tu dê em cima da mulher do

próximo ou que tu escute eu falá um negócio de ti e leve pa outra pessoa, que esse é o famoso leva e trás esse também é safado que não é aceito entre nós, eu não, eu falo nós, porque é costume a pouco, a um ano atrás, eu tava no crime e optei pelo crime e falá mais ainda.. mas eu não to mais envolvido no crime..., a principio e também o Duque¹³ que é o famoso estuprador que também é considerado safado né, essas pessoas que eu acabei de citá são safado e tanto na rua eles tem a possibilidade de tá sendo mortos se eles não saírem da comunidade onde eles são reconhecidos por esses nomes de safado que é o leva e trás, o duque, o cagueta e o talarico

Entrevistadora: talarico é o que?

Jovem: talarico é o sujeito que dá em cima da mulher do próximo.

O relato de Yuri, demonstra que algumas vezes no trabalho ilegal, se perde a vida por banalidade e que há a consciência deste fato, o fato de ter acompanhado os companheiros de negócio, que acabaram executando um outro jovem em sua frente, aparentemente sem motivo, Yuri, não desistiu do trabalho, mas somente transferiu-se para outra “boca de fumo” da sua comunidade.

Yuri

Entrevistadora: E aí tu começasse a vende?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: E aí como era esse esquema? Tu pegavas droga e ias vender num caminho, alguma coisa assim?

Jovem: Não, pegava a pedra e o cara falava que era pra mim faze um tanto, eu fazia esse tanto, o resto ou a metade, um pouco mais era dele e outo pra mim. Se fosse quinhentos real, era trezentos dele e duzentos pra mim, quando vendia desses.

Entrevistadora: Aí dava uma grana?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: Daí quando tu saísse de perto da tua mãe e fosse vende lá naquela outra boca não deu briga? Os caras Não ficaram chateado contigo? Não brigaram, acharam ruim tu íris para boca rival?

Jovem: Não.

Jovem: Não, falo com os gurisão lá até hoje.

Entrevistadora: Falas com eles. E eles estão ainda lá trabalhando, até hoje?

Jovem: Não, não agora ele e outro carinha se ajuntaram tão lá vendendo tudo junto.

Entrevistadora: E aí dentro da tua comunidade não tem briga? Não tem rixa, por exemplo, de rivalidade de boca?

Jovem: Não

Jovem: Porque antes só tinha duas boca e agora só tem uma, essa boca.

Entrevistadora: E por quê tu resolveste ir para a outra?

Jovem: **Porque os cara me chamaram pra fuma um baseado na barreira de noite, eu fui junto, daí eles foram pra matá um gurizão, um amigo nosso, daí eu nem sabia, eles chegaram e mataram o cara. Daí eu achei que era ruim e daí parei de vendê pra eles porque eles mataram o cara por traz ainda e o cara nem fez nada pra eles, eles foram lá e mataram o cara.**

Entrevistadora: Não gostaste desta atitude?

Jovem: Não.

Entrevistadora: Mas daí tu disseste pra eles, que tu não tinhas gostado?!

Jovem: Não, porque eu cheguei, eles foram pro São Lucas e eu parei de vende pra eles.

Entrevistadora: E aí quando eles foram pro São Lucas, quem que ficou no lugar deles?

Jovem: Daí fico eu vendendo sozinho.

Entrevistadora: No lugar deles?

Jovem: (afirmação)

Entrevistadora: E aí como foi quando foste para a outra boca?

Jovem: Quando eles tavam lá mesmo daí já, eu liguei pra eles e falei que não queria mais. Porque daí eu falei não dá mais, não tem ninguém pá me ajuda e tô saindo fora. Daí pegei o telefone e liguei pra outro cara lá, daí deu, no mesmo dia já comecei a vendê po outro carinha lá.

Entrevistadora: E como foi o trabalho lá?

Jovem: a gente ganhava bastante dinheiro, só isso que era legal.

Entrevistadora: E a movimentação como é que faz? Como é que era?

Jovem: Vinha um atrás do outro a gente tinha que vendê.

Entrevistadora: E vinham pessoas de carro, assim?

Jovem: De carro, de moto, de tudo... caminhão. Chega para o carro, sai do carro e pega. De a pé...

Entrevistadora: E aí tem diferença do casqueiro e do comprador usuário normal?

Jovem: Como assim casqueiro e usuário?

Entrevistadora: Porque às vezes, vejo que tu dizes "casqueiro não vale a pena, ele não, é casqueiro... é só pra se incomodar..."

Jovem: Os casquero roubam tudo.

Entrevistadora: são os mais viciado é isso?

Jovem: É, casquero mesmo.

Entrevistadora: E o que dá dinheiro mesmo é aquele que vem com o carro, compra e vai pra sua casa?

Jovem: É, esses aí tem dinheiro né, daí vem pega bastante. E tinha um cara que vinha e pegava só de 200 real, só pegava.

Entrevistadora: Pegava mais o que? Cocaína?

Jovem: Não, só pedra.

Entrevistadora: Pedra, pedra é o crake?

Jovem: Tem até um vereador que pega lá com nós.

Entrevistadora: E pega a pedra mesmo?

Jovem: (afirmação).

Fabício

Jovem: E num certo e num certo dia eu tava trabalhando nessa boca e fazendo mais assalto, eu tava peguei um certo dia de sol em setembro, dia 12 de setembro, eu acabei pegando uma das pistolas que tava comigo e sai pá dá uma volta na praia, cu meu parceiro, que fazia assalto comigo, era meio dia acordei, no dia anterior eu já tinha metido um assalto, e no dia seguinte eu fui que foi nesse dia, que eu tava indo pá praia e tava levando a pistola caso eu visse algum estabelecimento assim com facilidade de roubo eu ia mete eu ia faze outro assalto, já levei a pistola com intenção disso mesmo tava e acabei pegando uma rua paralela e saindo na outra rua, eu morava numa rua na minha comunidade e acabei pegando um carrero e sai em outa rua, quando agente tava saindo desta outa rua eu tava caminhando eu e meu parceiro, agente acabo olhando pa trás e viu uma viatura suspeita um carro suspeito e acabo tendo a confirmação que era policiais na seqüência, porque agente tava andando, quando eu vi que eles iam aborda, tavam encostando assim, eu olhei de canto assim, sai correndo quando eu vi que eles iam me aborda, eu sai correndo com a pistola na cintura acabei deixando a pistola cai no chão quando eu fui juntá essa pistola no chão, eles vieram com o carro trancaram a minha frente eu juntei a pistola fiz o retorno e subi o morro correndo de volta, quando eu subi correndo eles pediram pa mim pará, efetuaram disparo de arma de fogo... não sei se era po alto ou pra baixo ou na minha direção, só sei que eu corri mais um pouco e acabei sendo atingido por um disparo de arma de fogo duma calibre ponto quarenta na região glutia.. hã.. hoje a bala tá alojada na minha bacia inclusive, acabei tentei da outro nome, que era do meu cunhado na época,

só que eu acabei, não acabamos tendo sucesso porque, meu cunhado tinha ficado de maior uma semana antes e eu não fiquei sabendo, minha namorada chegou próximo de mim e falou ele ficou de maior e eu acabei tendo que dá meu nome era um desespero baleado no chão, dei meu nome pra eles, eles viram que eu tava evadido, retornei pro 6º DP

Entrevistadora: não te levaram para o hospital?

Jovem: não desculpa perdi essa parte, fui pro hospital, chegando lá os médicos por se trata de cara criminoso, bandido literalmente falando, eles não deram a atenção necessária que era pra mim, só botaram um esparadrapo ali, me botaram no corredor e pediram pra mim esperá, me algemaram e eu fiquei com escolta policial da hora que eu cheguei até o dia seguinte, quando me encaminharam pro 6º DP, os policiais tentaram acabar jogando latrocínio em mim, que não era meu, mais não tiveram sucesso, porque eu não assumi, daí não conseguiu, chegando no 6º DP eu fiquei três dias no 6º DP e retornei para o São Lucas, chegando no São Lucas eu..

Entrevistadora: E eles não fizeram cirurgia para a retirada da “bala” ?

Jovem: nada, não fizeram cirurgia nada, ai...

Entrevistadora: Mas não sangrava, não havia a necessidade de cirurgia?

Jovem: sangrava e pra estancar o sangue

Entrevistadora: e não doía?

Jovem: eles botaram um remédio, eu acho, não sei qual remédio, no meu soro que evitava a dor, pra estancar meu sangue eles acabaram botando pano, botando um curativo super apertado pra tranca o sangue, estanca, e me botaram com o tórax pra cima e teve sucesso estancou o sangue tudo, daí fui pro 6º DP na base de medicamento, receitaram alguns remédios e quando agente está sob medida sócio educativa, o governo que banca nossos remédios e tudo mais, no 6º DP eles deram os remédios pra mim, chegando ali fiquei no 6º DP aguardei 3 dias e retornei pro São Lucas, chegando no São Lucas eu no terceiro dia tentei fugir de novo mesmo baleado consegui obter um pedaço de tijolo e um garfo e mais um..como eu posso estar chamando aquele negócio que liga e desliga o chuveiro

Entrevistadora: o registro..

Jovem: o registro do chuveiro, acabei conseguindo um daquilo lá, no São Lucas e tentei fazer um buraco na parede, acabei não conseguindo [...].

Em relação à clientela, os relatos esclarecem um ponto importante. Fica claro, que há uma grande demanda de clientes e que estes em sua maioria, não são os conhecidos “casqueiros”, isto é, aqueles que se afundaram no vício do crack e não geram tantos lucros. Há um grupo de clientes que é bastante selecionado, que

chega para comprar de carro, táxi e são pessoas da classe burguesa, algumas delas conhecidas publicamente, que chagam a gastar, como cita Yuri, R\$ 200,00 (duzentos reais) em drogas, o que fomenta ainda mais o negócio ilegal. É importante ressaltar, que somente o traficante pobre é culpabilizado nesta rede, em que até vereador vai até a “boca de fumo” para sustentar seus vícios.

Neste sentido, Batista (2003, p. 101), afirma:

Num contexto de aprofundamento de uma economia recessiva e de enfraquecimento das políticas sociais básicas, um contingente cada vez maior de jovens vai sendo recrutado a cumprir sua triste sina, seu papel trágico na nova divisão internacional do trabalho. A cocaína – a droga neoliberal, símbolo de êxito e de *status* entre seus consumidores (*yuppies high tech*, jovens empresários, executivos de bolsas de valores) – tem como contrapartida a destruição da juventude pobre das favelas, lançadas pelas leis do mercado à criminalização e ao círculo viciado da violência urbana.

A mesma autora afirma que em sua pesquisa no campo jurídico, dos processos em que os jovens são réus, há dois tipos de tratamento. Aos jovens da zona sul do Estado do Rio de Janeiro que moram em apartamentos, coberturas e atestam o padrão de renda familiar, a estes, é imediatamente aplicado o “estereótipo médico”, por meio da estratégia dos atestados médicos particulares e entregues imediatamente aos pais. No entanto, os jovens pobres, especialmente os negros, moradores das favelas do Estado do Rio de Janeiro é que são institucionalizados. Assim, Batista (2003, p. 111), conclui que “...o que determina a institucionalização não é a droga ou a infração em si, mas as condições materiais de existência e a etnia dos adolescentes envolvidos”.

As rixas na comunidade e os riscos de vida que o trabalho ilegal apresenta, são causados, na maioria dos relatos, pelas disputas entre as bocas de fumo. O motivo principal é a questão do dinheiro, de uma “boca” render mais do que outras ou a questão do espaço e da área em que estão localizadas dentro do espaço da comunidade.

Neste sentido, Zaluar (1994, p. 109) assegura que na questão da guerra, além da lógica econômica, também há a cultura do *ethos* da masculinidade.

[...] é claro que as quadrilhas guerreiam entre si pela manutenção de seu espaço, das fronteiras de sua área, com a finalidade de ter controle sobre o negócio montado ali. No entanto, esse espaço representado imaginariamente como tendo uma inviolabilidade que supõe a sua

associação com a identidade masculina, com o corpo dos membros da quadrilha. Área invadida é área emasculada. Seus defensores ficam desmoralizados no local. Do mesmo modo que um homem não pode levar ofensa sem resposta – ‘tem que ter volta’, a ‘área’ não pode ser pisada ou tomar tiros sem reagir, o que pode provocar as rixas intermináveis e um processo incontrolável de violência, ou seja, a guerra.

Cupim

Entrevistadora - Tá, assim, para eu poder entender? Existe uma pessoa lá dentro da comunidade que tem uma casa que recebe a droga, que é o “patrão”, daí tu, necessariamente não precisas trabalhar para esse cara, tu vais lá, pegas a droga com o teu dinheiro e reproduz o quanto puderes com este dinheiro?

Jovem - É assim mesmo.

Entrevistadora - Ele não chega a ser o teu “patrão”, chefe de trabalho?

Jovem - Não, ele não tem nada a ver, só ele é que faz a função de vender na grama.

Entrevistadora - Eu queria saber, então porque que dá briga... tu na tua baia (casa) que tu alugaste, compra as tuas gramas com o teu próprio dinheiro, vai lá e vende na tua baia. Porque dá briga, dá rixa na própria comunidade, entre as “bocas”?

Jovem - Aí treta acontece por causa que pá, um cresce avistando o outro, né dona.

Entrevistadora - A tua boca está vendendo mais que a do outro?

Jovem - É, e tipo assim né dona, um ta fazendo mais corre que o outro né dona. Daí sempre cresce a vista, né dona.

Entrevistadora - Daí eles querem pegar teu lugar, tu queres pegar o lugar deles?

Jovem - Daí sempre pá né dona, querem sempre tirar o cara do pá, do movimento e ficar com o corre todo, né.

Entrevistadora - E aquele cara, o Patrão, lá de cima, esse não se envolve com as bocas pequenas?

Jovem - Não, o cara que é pá mesmo, nem se envolve com droga, né. Só pega o dinheiro dele.

Entrevistadora - Não tem os “funcionários” dele vendendo?

Jovem - É, por isso pá, ele tem os caras que fazem a função de mexer com a droga para ele. Os caras que é “pá pum”, “pá pum” do bagulho só mexem com o dinheiro, é só o dinheiro. Só isso que ele quer né dona.

Willian

Entrevistadora: E porque tu achas que esse cara veio de moto e te deu um tiro? Por que ali na tua comunidade tem muita briga?

Jovem: guerra

Entrevistadora: mas e por que gera essa guerra W.....?

Jovem: tudo droga

Entrevistadora: vamos fazer de conta que aqui fosse uma comunidade, meu ponto de droga é ali, o teu é aqui ...

Jovem: já não dá certo, a bala come

Entrevistadora: Por que? Se eu tenho o meu cliente, tu tens o teu qual é o problema?

Jovem: então..

Entrevistadora: e qual é o problema do meu cliente ir na tua “boca” comprar droga porque tu estas vendendo mais barato e o teu ir na minha, porque dessa vez eu estou vendendo mais barato?

Jovem: sei lá, é porque os cara eles querem ganha dinheiro a todo peso, eles querem ganha dinheiro a todo peso, então não importa se o cara vende mais barato ou o cara vende mais caro, eles querem dinheiro, e já começam a cresce o olho, vamo supor ta lá daquele lado ta vendendo bastante, já cresço os olho vo lá te derrubo pra fica com teu ponto entendeu?

Entrevistadora: E como é que tu sabes, tu entende mais ou menos, porque que vai abrindo esses pontos? Como que vai abrindo esses pontos na comunidade?

Jovem: sei, o cara tipo, chega um e diz bá quero ajuda minha família quero alguma coisa, chega aquele 171, que tu precisava meu amigo, não eu precisava duma droga pá vende, ai o cara chega então aqui é minha boca, vende ali do lado ali, daí já dele ali já tem uma outra boca lá do lado já vê ele vendendo ali já diz ei ei pa pa, já começa a troca tiro i coisa e ele fica ali.

É, portanto, a partir das disputas entre as “bocas” da comunidade, que se instaura nas comunidades, um clima de tensão entre os grupos, que acabam afetando todos os moradores, pois chega-se a um ponto, que o próprio morador não pode mais passar de uma rua para outra, pois a rivalidade e a “guerra” já tomaram proporções que extrapolam o grupo de traficantes. Neste contexto, alguns dos jovens pesquisados possuem limites ou fronteiras em suas comunidades, os impedindo de ir e vir, e, em casos extremos, não poder mais sair da comunidade para realizar atividades fora dela.

Em relação à família, à escola e aos atos infracionais, os relatos revelam que a família, como também a escola não são referências que influenciam positivamente no momento que se “entra” no trabalho ilegal, apesar da consideração e do grande respeito que os jovens têm, principalmente, por suas mães. Eles não deixam de praticar os atos infracionais, visto que mentem, fogem e simulam certas situações, para que elas não sofram, mas não optam pela saída do trabalho ilegal.

Yuri, em seu relato, demonstra muito respeito por sua mãe. Porém, quando ela descobriu que ele trabalhava para o tráfico, pediu que não exercesse tal atividade ou seria expulso de casa, Yuri optou pelo trabalho ilegal, apesar de mentir afirmando não estar mais trabalhando no tráfico, e voltando, inclusive, a freqüentar a escola, mesmo que tenha sido por um curto período.

Yuri

Entrevistadora: E tu já fumaste pedra?

Jovem: Quando eu comecei a vende pedra, os cara me falaram que se eu fumasse pedra eu não ia mais vendê, daí eu não quis. Que daí eu não ia fuma pedra né. Se fumasse uma vez, daí já era né...

Jovem: Só fumo maconha e fumo cigarro.

Entrevistadora: quando a tua mãe descobriu que tu usavas droga, que tu vendias droga, como foi lá na tua casa?

Jovem: Daí ela queria me manda embora de casa...

Entrevistadora: Brigou contigo? Deve ter ficado bem preocupada?

Jovem: Brigo...

Jovem: Daí ela não me deixou mais sai pa rua, daí mesmo assim eu saia. Daí depois eu parei de vende só um pouquinho e comecei a fica mais em casa com ela, saia vendia a noite e ficava em casa com ela.

Jovem: Mas ela não sabia né, aí pensava que eu tinha parado.

Entrevistadora: E aí tu vendias à noite?

Jovem: (afirmação)

Jovem: Só no começo que dava umas briga.

Entrevistadora: E quando ela não te deixava sair, tu saias mesmo assim?

Jovem: Não, eu fugia...

Entrevistadora: E ela ficava sabendo que tu fugias?

Jovem: Claro... ela sabia que eu fugia...pulava a janela, arrancava a madeira da casa e fugia.

Entrevistadora: E quando tu voltavas, ela estava te esperando?

Jovem: Não sei, as veis ela tava acordada, as veis tava durmindo.

Entrevistadora: E ela sentava contigo pra conversar? Para tentar te explicar as coisas ou ela só brigava contigo?

Jovem: Não, ela falava comigo.

Entrevistadora: E foi nessa época que tu voltaste a estudar? Para agradar a tua Mãe?

Jovem: Foi... foi...

Jovem: Comecei a estudá de manhã ainda...daí quebrei o braço.

Por sua vez, Cupim relata seu convívio com a mãe, como sendo a pessoa mais confiável e próxima dele. Demonstra poder contar com seu apoio quando necessita, como foi o caso de quando voltou a morar com ela, visto que a “boca de fumo” onde residia foi descoberta por policiais.

Cupim

Entrevistadora - E quando ela soube do teu trabalho e coisa, o que ela te disse?

Jovem - Só mandou eu parar, né dona.

Entrevistadora - Mas ela ficava preocupada contigo? Tu tens uma boa relação com ela?

Jovem - Novas. Oh, minha coroa 100%, né. Sossegado, a coroa do cara se preocupa, né, poh, pode xingar o cara, pode bater no cara, mas ela se preocupa, mas pode botar fé que ela dá apoio pro cara né, amor é só de mãe né.

Jovem - Novas.

Entrevistadora - Tu viveste sempre nessa mesma casa com ela? Ou depois que começaste a trabalhar tu te mudaste?

Jovem - É que era a boca, depois que caiu, eu voltei para a minha coroa.

Outrora, o jovem Willian já apresenta uma mágoa maior em relação aos pais, pois o convívio sempre foi tumultuado desde pequeno. Sente-se preterido em relação aos outros irmãos e, atualmente, não demonstra poder contar com os pais quando está com alguma dificuldade, conforme relata abaixo:

Willian

Jovem: é então, e mãe ela não tinha condições, eu preferia tê eles como família do que a mãe e o pai, porque oo desde criança cara eu era o único discriminado de nois memo, vô fala memo, meu pai, ó sempre deu bicicleta pu meu irmão pá pu meus irmão, celular, deus vários bagulho e pa mim se

ele me deu até hoje foi uma bicicleta com os dois pneu furado e sem banco (risos), se me deu ainda que quando ele me deu, ele pegô e vendeu pro ferro velho.

Entrevistadora: Quando vocês vieram ali para comunidade de volta, tu não ficaste mais com eles?

Jovem: não, fiquei..

Entrevistadora: vai e volta, vai e volta?

Jovem: não, tipo não tem aquela vez que vocês foram lá me buscá, então, eu sai naquele memo dia e não voltei mais pra casa, até quando vim pra cá, eu tava morando na minha casa que eu e meu irmão tinha alugado

Entrevistadora: e eles não ficam preocupados contigo?

Jovem: me negaru um prato de cumida, vão tá preocupado comigo...

Entrevistadora: agora, dessa vez que tu ficaste lá?

Jovem: é

Entrevistadora: Por que eles te negaram um prato de comida?

Jovem: como é que eu posso sabê, sei lá, cheguei em casa tinha fumado uma maconha, cheguei em casa o mas cuma fome, porque maconha da uma vontade de cume fudida, daí né cheguei em casa: “o mãe da um poquinho de rango”, “tu não mora aqui em casa, vai come na rua”

Entrevistadora: Mas quem sabe é porque ela fica preocupada contigo né?

Jovem: a mas ai se ela ficasse preocupada tinha me dado cumida, e não ia me manda eu come na rua, ai depois eu não ia fica nessa vidinha de fica pedindo cumida pá mãe, vô faze meu corre, comecei di novo, todo mundo chegava e passava porra W....., tu é loco cara oo tu aqui nessa boca com essa perna assim, foragido, inda vendendo droga? Tu vai dá comida pra mim, vai me sustenta, vai me da minha ropa, vai me da o que eu quero? não é verdade? Eu to sozinho nesse mundo, eu tenho que faze alguma coisa pra mim pelo menos ganha meu dinheiro, ganhá o que eu quero na vida que é sei lá, o que eu quero só é minha casa, meu carro e já era, mais nada, só essas duas coisas, depois que tivé essas duas coisa, eu não vo precisa nem trabalha porque, daí sei lá [...].

Com relação à escola, nesta fase da adolescência, parece não fazer mais parte da vida dos jovens, pois nenhum deles estava estudando quando entraram para a vida do trabalho ilegal. Assim, confirma-se o que já foi analisado anteriormente, isto é, na fase da infância, a escola não parece ser um fator importante no momento em que o jovem busca o trabalho ilegal.

De acordo com Rosa (2007, p. 82), o processo de escolarização é um processo “[...] de exclusão dos jovens das camadas populares, por não lhes oferecer

nenhum atrativo, vez que tanto os conteúdos que são ministrados como todo o aspecto cultural da escola estão bastante distantes do universo desses jovens”

Zaluar (2001) ao analisar a instituição escolar, assegura:

Os dados acerca da escola pública brasileira publicados e analisados na primeira metade da década de 1990 são preocupantes no que diz respeito tanto à possibilidade de retenção das crianças na escola, quanto à capacidade da instituição escolar de transmitir conhecimentos básicos e de dar uma formação moral ou ética que conduza à autonomia pessoal e à capacidade de se defender dos riscos provocados pelo próprio desenvolvimento tecnológico (Giddens, 1991; Beck, 1986).

Conforme observou a autora, Zaluar *apud* Zaluar (1998), anota que:

[...] mesmo que em alguns estados e cidades o desempenho da escola pública não esteja muito abaixo da privada, se considerarmos apenas as escolas que atendem aos filhos da elite o diferencial entre os dois tipos seria muito maior. E é por isso que esse quadro torna-se social, política e economicamente ainda mais perverso, pois aumenta a desigualdade tanto no que se refere à capacidade de competir no mercado de trabalho, quanto no que se refere à capacidade de enfrentar outros riscos globais e locais que caracterizam hoje as sociedades contemporâneas.

Cupim

Entrevistadora - Nesta época já não estava mais estudando?

Jovem - Não queria mais, só o corre.

Yuri

Entrevistadora: E aí, Tu já não ias mais pro colégio?

Jovem: Não.

Willian

Entrevistadora – Depois, não ias mais ao colégio?

Jovem: Não né, não tinha mais como [...].

Os depoimentos são reveladores em relação às internações. De acordo com os jovens entrevistados, as instituições encarregadas em executar a medida sócio-educativa de meio fechado de internação, em nada representam o caráter pedagógico estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, ao contrário, o que se percebe são práticas iguais aos moldes da FEBEM, período do Código de Menores de 1979.

Conforme os relatos dos jovens entrevistados, vê-se que os funcionários abusam da autoridade que lhes é conferida e praticam atos de extrema violência com os internos. Há riscos pelas rixas entre os próprios jovens, alimentação de péssima qualidade, inclusive com pedaços de tijolo e pedra no meio dos alimentos, isso, de acordo com o depoimento de Willian.

Existe, ainda, a falta de atividades que possibilitem a distração dos jovens neste tempo ocioso de internação, como também a falta de escolarização de qualidade e de oportunidade de cursos profissionalizantes que permitam uma alternativa, após o cumprimento da medida. Desta forma, verifica-se que em quase nada o Estatuto da Criança e do Adolescente é cumprido pelos Centros de Internação (CIP e CER), que, vale ressaltar, são de responsabilidade estatal.

O relato do jovem Cupim, demonstra também que há violência dos monitores para com os jovens, que existe uma grande ociosidade, que vivia dentro do dormitório, porém, afirma ter se adaptado melhor no CER São Lucas, pois era possível assistir TV e DVD.

As palavras de Cupim contrariam o que determina as Regras Mínimas das Nações Unidas, para a proteção dos jovens privados de liberdade, em que de acordo com o tópico II. Efeitos e Aplicação das Regras, item 12, afirma que:

A privação da liberdade deverá ser efetuada em condições e circunstâncias que garantam o respeito aos direitos humanos dos jovens. Deverá ser garantido, aos jovens reclusos em centros, o direito a desfrutar de atividades e programas úteis que sirvam para fomentar e garantir seu desenvolvimento e sua dignidade, promover seu sentido de responsabilidade e fomentar, neles, atitudes e conhecimentos que ajudem a desenvolver suas possibilidades como membros (VOLPI, 2006, p. 59)

Cupim

Entrevistadora - E como é que tu caísse daí?

Jovem - Que pá, mosquei né dona. Porque até depois dessa cena aí a boca caiu, os parceiros foram pro presídio e pá.

Entrevistadora - Não entendi, o que é a boca caiu?

Jovem - Tinha a minha casa que eu vendia droga, e na frente da casa morava um polícia. Daí ele já tava ligado no movimento. Daí pá, os parceiros condenação, presídio, eu fui liberado, caíram uns cinco, daí foi liberado três e dois foram para o presídio. Eu já tinha até pá, mais sossegado, né dona. Tinha começado a tramar com a minha coroa, né e pá, tava numa de boa né, mas daí já pá, foi onde deu a cena do bagulho daí pá fiquei mosqueando né dona, fiquei na frente da escola, os homem vinham me catar, já tavam ligado que estavam atrás de mim faz uma cara.

Entrevistadora - E quando tu “caíste”, para onde é que tu foste encaminhado?

Jovem - CIP de Blumenau.

Entrevistadora - CIP de Blumenau, como é que foi?

Jovem - Ah só veneno né dona, lá é só veneno, tá louco. Paguei 43 dias lá.

Jovem - Daí fui liberado.

Entrevistadora - Daí foste liberado? Não pegaste L.A.?

Jovem - Não, fui liberado. As pampa.

Entrevistadora - Neste período de 43 dias lá, o que sentiste?

Jovem - Na moral que pá né dona, só veneno lá, né dona.

Entrevistadora - Veneno o que quer dizer?

Jovem - O cara não faz nada lá né dona, só maldade na mente do cara né, só maldade só maldade.

Entrevistadora - E dá um pouco de receio de a gente estar num lugar onde não conhece as pessoas, com outros adolescentes?

Jovem - É só ser sujeito, né dona, se o cara é sujeito não precisa ter medo de nada, né. Quem é sujeito não tem medo de nada, né dona.

Entrevistadora - Sujeito, como assim?

Jovem - É que pá, né dona, não é safado, né dona, não é cagueta não é nada. Quando a coroa do cara faz o cara, o cara nasce homem, né nasce sujeito homem. Daí o cara é que se atrasa sozinho né, o cara mesmo que se atrasa. O cara tem que honrar a coroa, né? Porque o cara é um sujeito homem.

Entrevistadora - Para ti, achas que quando chega para encarar aquele monte de gente, de jovens, é normal? E se tivesse uma rixa tua lá, por exemplo?

Jovem - Daí só lamento, tem que aceitar e já era, né.

Entrevistadora - Tem que aceitar o quê?

Jovem - Porque na moral na moral dona, guerra dentro do CIP é meio embaçado, né? Porque atrasa os dois lados né dona. Guerra dentro da cadeia é embaçado né dona. Mas se quiser acertar, acerta, nós resolve na rua.

Entrevistadora - E quando tu olhavas pro CIP, como é que tu vias?

Jovem - Eu via como pá, como uma cadeia né dona.

Entrevistadora - Mas porque?

Jovem - É né dona, porque lá qualquer coisinha o cara já apanhava, né.

Entrevistadora - No CIP apanha?

Jovem - Apanha mesmo né dona, lá não tem esse bagulho de pá não, lá qualquer coisinha apanha.

Entrevistadora - Quem bate?

Jovem - Novas, os monitores memo.

Entrevistadora - Para mim não é novas!!!!

Jovem - Só sofrimento, tá louco.

Entrevistadora - E aí, tu saísse nos 43, e daí?

Jovem - Daí 25 dias depois, caí de novo.

Entrevistadora - Caíste com que?

Jovem - Homicídio.

Jovem - Novas.

Entrevistadora - Dois?

Jovem - Aham.

Jovem - Daí puxei uma cara.

Entrevistadora - Puxaste quanto?

Jovem - Desde 19 de dezembro até uma semana atrás que eu saí do São Lucas.

Entrevistadora - Ficaste no São Lucas?

Jovem - Não eu puxei, deixa eu ver, desde o dia 19 de dezembro até dia 24 de julho.

Entrevistadora - 19 do ano passado, 2007?

Jovem - É. Puxei em Blumenau.

Jovem - Caí e fui para lá de novo, fiquei lá até dia 24 de julho. Daí eu vim de bonde para o São Lucas. Daí puxei mais uma cara, 3 meses e pouco, 4 meses. Daí foi quando a dona fez o corre e me mandou para o Aroeira, né?

Entrevistadora - Quem é a Dona que fez o corre?

Jovem - A Gerente do São Lucas.

Entrevistadora - Para tu vires para cá?

Jovem - Sempre, sempre.

Entrevistadora - Tu tentaste fugir, alguma coisa, não?

Jovem - Nunca tentei fuga, nada, só pagando de boa. Nunca tentei nada, só as pampa.

Entrevistadora - E sempre bem sossegado com os outros jovens?

Jovem - Aham, sempre. Sempre me dei bem com todo mundo dentro do sistema. Dentro do sistema, sempre.

Entrevistadora - Daí quando tu vieste para o São Lucas era melhor ou igual à Blumenau?

Jovem - Oh, São Lucas era as pampa, né dona.

Entrevistadora - Por quê?

Jovem - O cara não fica só pensando na maldade, né. Porque lá pode uma tela dentro da Jega, pode um DVD. Daí desbaratina a mente do cara, né. Agora o cara ficar num bagulho só preso, o cara fica louco, se o cara fica só trancado o cara fica louco.

Entrevistadora - Era um quarto só para ti?

Jovem - É, porque na moral, lá em Blumenau era 25 Jega.

Entrevistadora - Jega é o que?

Jovem - quartos, dormitório.

Jovem - Daí é 9 quartos com ducha, tem tudo, e o resto que tem é 2 em 2, daí não tem ducha, não tem nada. Tá ligado, mas eu ficava só numa Jega sozinho mesmo.

Entrevistadora - E aí era o dia inteiro ali?

Jovem - É, eu gostava de ficar o dia inteiro, porque se o cara sai lá da Jega vai ficar bem dizer quase a mesma coisa que na Jega porque vai ficar dentro de uma sala de tv com a televisão lá que “meu Deus do céu” , fica louco. Daí eu ficava só dentro da Jega.

Willian, em seu relato, afirma que é bastante difícil a vida em um Centro de Internação, que o jovem fica com o tempo ocioso e pensando muito nas atividades da rua. Willian narra que em todo o período que cumpriu a medida de internação, fugia das instituições. Isto somente dificulta sua vida, pois seus relatórios ao Juizado são sempre de cunho negativo e ele acaba não cumprindo efetivamente a medida sócio-educativa, sendo que está sempre foragido e com a polícia tentando capturá-lo.

O depoimento de Willian traz à tona uma contradição comum entre muitos jovens, pois eles, ao mesmo tempo em que reclamam quanto à falta de atividades, quando estas são oferecidas não têm o interesse em participar. Willian quando questionado a respeito da escola, disse que era oferecido estudo, mas que não tinha ânimo para frequentá-la. Este é um ponto importante a ser refletido pelos CER e

CIPs e, até mesmo, por outras instituições que executam medidas sócio-educativas, pois as equipes técnicas devem buscar alternativas atraentes aos jovens, que os incentivem ao ponto de desejarem participar e, ao mesmo tempo, proporcionando atividades que lhes sejam benéficas após o cumprimento da medida.

Willian

Entrevistadora: E aí, como é que tu começaste à ir para CIP (Centro de Internação) e ter medidas sócio-educativas?

Jovem: foi quando eu peguei um carro, quando eu aluguei o carro daí só que eu tava com uma Vichester sabe o que é uma Vichester? Uma arma aquelas que ingatilha assim que a policia não tem que nem a policia tem, o cara ingatilha assim ela tem bala de 44, já ouviu-se fala bala de 44? É a arma mais potente assim que nem polia tem uma 44 e ela é uma Vichester uma espingarda e ela ingatilha assim, eu tava com uma daquela ali que tinha..

Entrevistadora: Mas porque tu tinhas uma arma dessas?

Jovem: ham?

Entrevistadora: porque tu tinhas uma arma dessas?

Jovem: pra minha segurança, eu sô obrigado a te arma, eu tenho três lá em casa agora só que pá lá em casa, não né, tem tá guardada lá, com os cara né...

Jovem: é daí peguei tava cu carro, daí um cara tava com essa arma também, daí o cara viu a arma e eu peguei e fui lá e guardei, daí nos tava andando só que daí era pa nós chegá com o carro uma hora da manhã, daí eu cheguei ali na quatro 6 hora da manhã, daí quando eu vi assim eu só vi um monte policia vi um monte policia e eu dentro do carro assim parei fiquei olhando um monte policia...

Entrevistadora: e a arma dentro do carro?

Jovem: não já tinha guardado, daí tava tudo assim um monte gente, um monte policia vindo, daí eu pulei do carro, sai correndo, assim pro orelhão e fingi que tava telefonando, daqui a pouco só me pegaro não sei nei porque, me pegaru, daí já pensei po porque tão fazendo isso comigo, nem to fazendo nada, oo só bota mão na cabeça e deita no carro, daí eu deitei, ai chegaru e falaru o seis tão preso seqüestro a mão armada, daí eu peguei seqüestro, que seqüestro se eu não to fazendo nada, seis tão vendo eu com arma aqui alguma coisa, daí começou a revista o caro ai daqui a poço, olhei pro lado o dono do carro, foi esses dois memo que me seqüestraram, me levaram lá pra S..... que não sei o que....

Entrevistadora: E tu tinha feito isso?

Jovem: qui nem tinha feito nada, eu tinha dado droga pa ele pa fica com o carro

Jovem: daí pego já deu sequestro, deu tortura, um monte bagulho, ai pego já me mandaram pro CIP a primera vez, até hoje foi por causa disso ai.

Entrevistadora: quantos anos tu tinhas nessa época?

Jovem: treze

Jovem: foi recém quando eu fui pra lá, daí depois memo foi só lamento, já peguei e fui liberado, nem deu tempo pa mim se liberado, já fugi no dia que eu fui liberado é só i no Fórum assina sabe que que é assina né? Era só no Forum assina, eu já tava indo direto pu Fórum peguei e pulei do carro, sai correndo não quis assina, ai até hoje to por causa dessa bronca daí, depois cai daí depois foi passando o tempo eu cai com uma Blazer ai depois cai cum..

Entrevistadora: que isso Blazer?

Jovem: aqueles carro grandão

Entrevistadora: levaste o carro, pegaste o carro de alguém?

Jovem: peguei emprestado, sabe o que é Blazer né?

Entrevistadora: sei, sei, o carro eu sei.

Jovem: então me pegaru mas não deu B.O. isso, mais me pegaru daí, me pegaru com uma moto, uma ota moto robada, me pegaru com dois carro robadu, depois daí depois, me pegaru com uma arma, me pegaru com monte de bagulho, foru pegando, foru pegando, não tem, daí até agora, não sai ainda, des dos treze ano to ai ó por causa disso...

Entrevistadora: Sempre nessa correria, foge, volta, foge, volta, foge, volta?

Jovem: não minto, nem era nos treze era catorze, ta certo, era catorze, agora que eu me lembrei, porque ainda foi em 2005 e nós tamo em 2008 não é? Eu tô com 17 foi em 2005, tinha 14 ano, agora que eu me lembrei

Entrevistadora: Como foi, quando tu foste a primeira vez para o CIP?

Jovem: ham, sossegado

Entrevistadora: E qual foi o que tu foste?

Jovem: pu de Criciúma

Entrevistadora: Gostaria de saber, como é que tu te sentiste, se tem rixa com outros meninos, como é encontrar essas pessoas, os outros jovens, entendes? Como é que é o atendimento dos funcionários do próprio CIP, como é o tratamento com vocês?

Jovem: aa humm oo, o cara é esculachado, é disonrrado, é sei lá, o cara é tudo, o cara não tem moral pa faze nada, o cara tipo o cara preso, o cara não tem moral pa fala nada, pa dize nada, não tem moral pa escuta nada, o cara não tem moral pa nada, o cara só fica sei lá né tipo, se eles chega e disse: “fica quieto”, o cara tem que fica, o cara não vai pode fala nada, que

se não toma um monte pancada ali, sei lá daí o cara vai mas a primeira vez foi foda pra mim memo ba, eu senti assim tipo ba, o cara não acredita assim que ta preso e fica assim, sei lá uma sensação muito ruim mesmo, nem sei como explica na moral...

Entrevistadora: E tu ficavas sozinho num quarto?

Jovem: haram, trancado 24 hora

Jovem: só depois que sai da tranca porque quando eu cheguei fiquei 5 dia trancado

Entrevistadora: Num quarto?

Jovem: é sem sai pra nada, nem toma banho, nem escova dente nada, desonrado po, depois foi passando o tempo daí sai, me tiraru, que eles tavu com medo deu sai da tranca, ai depois me tiraru

Entrevistadora: Por que eles estavam com medo?

Jovem: por causa que disseram que eu era perigoso

Entrevistadora: Por causa do seqüestro?

Jovem: haram, mas nem fui eu que tinha feito aquilo, nem foi feito seqüestro, foi pegado o carro do cara emprestado o cara mentiroso desgraçado lá, até hoje to pa vê o cara, daí o cara não foi dá depoimento não foi nada e o juiz pá...

Entrevistadora: Te deixou lá trancafiado?

Jovem: me deu 3 ano

Entrevistadora: tu tinhas advogado, tivesse advogado?

Jovem: o único advogado que eu botei ele foi duas audiência minha depois não foi mais, nem foi eu que botei, foi ainda minha guria depois não foi mais, daí depois, comecei só fugi, só fugi, não parava quieto, só queria zuáá, eu não queria estuda mais, não queria mais faze curso, não queria mais nada, isso no CIP, daí começô mau relatório só i ruim, ruim, ruim, ruim, daí diserto viram acho que..

Entrevistadora: E tinha no CIP, atividades para vocês fazerem, como colégio? E por que não quiseste freqüentar?

Jovem: sei lá, o cara tá trancado, o cara não dá ânimo de nada, o cara pensando pô eu tô aqui, não meu, o o cara fica sei lá, parece assim, que dá um negócio assim, que nem acredita que tá naquele lugar, o cara nem sabe se é verdade aquilo ali ou é só tipo uma passagem que o cara faz, pô por isso que eu falo, o cara não tem cabeça pa faze nada, eu aqui agora também to assim tipo assim, não dá nem pa acredita que eu tô aqui, não dá nem pa acredita memo.

Jovem: é isso que eu digo, eu digo assim, não tipo assim, porque passa tudo tão rápido entende, tudo tão rápido, daqui a pouco tu ta na rua, passa

rápido daqui a pouco tu só para pa pensa quando tu fica preso, é isso que eu..ta entendendo?

Jovem: então por isso daí o cara não pensa em nada, só que pensa de fica ali ó pensando coisa da rua, pensando, tipo se tive droga memo, que não usa se tive preso e se tive droga, vai quere droga, pra disbaratiná a cabeça porque a cabeça fica pensando só naquelas coisa.

Entrevistadora: E a tua mãe ia te visitar lá em Criciúma? E tu só ficaste no CIP de Criciúma?

Jovem: Criciúma, Lages, São Lucas

Entrevistadora: E são todos iguais? Todos do mesmo jeito?

Jovem: não um bem diferente do outro, Chapecó também...

Entrevistadora: Chapecó também ficaste? E como é que era, tu podes me dizer como eram as diferenças assim, o que tinha de diferente entre os CIPs?

Jovem: a o tratamento das pessoa né, o tratamento, as comida, as coisa, a comida assim chegava a..

Entrevistadora: Onde era melhor?

Jovem: no São Lucas

Entrevistadora: no São Lucas era melhor? E o tratamento também era melhor?

Jovem: também, melhor, bem mais

Jovem: é porque sei lá em Lages, o munitor só queriam bate no cara, dá comida com pedaço de tijolo, não tem tijolo, tijolo quebrado aqueles vermelho, pedaço de tijolo assim jogado na comida, tu chegava a morde tijolo, o cara, ba gostão de queimado, um monte de gororoba ali, o cara só apanhava do munitor, daí em Chapecó não tem nada pra fala, porque daí eu fiquei 8 dia só de trancado, 8 dia trancado daí fugi, daí depois fui pra casa, daí começo tudo de vez, daí pó comé que eu posso dize daí foi passando o tempo foi passando e daí vo volta lá do inicio, aquela vontade que eu tinha como eu te falei de chega atirá em alguém, mata, já passo, entendeu, daí o cara foi passando, foi passando, só por uma mínima coisa, isso ai passô na minha cabeça, só por uma mínima coisa só que daí, eu nem vô dize não tem, porque eu não gosto, eu não gosto de fica pensando muito, só por uma coisa dessas, porque hoje eu não tenho de chega e matá alguém, chegá dá um tiro em alguém

Entrevistadora: e foi por alguma coisa que aconteceu, que mudaste teu modo de pensar?

Jovem: uma única coisa, mas não vô dize...

Entrevistadora: E foi na época que estavas no CIP?

Jovem: hurum, eu tava indo e voltando né, fugindo, indo e voltando

Entrevistadora: e o contato com os jovens dentro do CIP como era?

Jovem: mil grau

Entrevistadora: Dava receio?

Jovem: a claro, porque o cara não conhece, quando o cara chega, já ficô a olhando assim de cara feia pro cara pá, e o cara tem que ficá assim andando de cabeça baixa, o cara não pode nem se quer olha pu lado, olha de atravessado já toma um monte....

Entrevistadora: de outros adolescentes?

Jovem: É, o cara tem que fica ali até conhecê, se chega e conhece um, tipo ó cheguei aqui, o cheguei aqui já conheci o L... conhece aí as pampa, daí comecei a troca idéia com D..... dá um banho nos cara ai, no São Lucas também cheguei lá conheci o V... fechei as pampa, cara tudo, Chapecó não conheci ninguém os cara me roubaram um boné, me roubaram uma camisa, uma bermuda...

Jovem : já me empenhei, ai em Lages não conhecia, conhecia o J..., fechei as pampa também.

Jovem: claro, se tivé amigo pode sê em qualquer lugar, se tu tivé um amigo, que ele é considerado fica as pampa

Entrevistadora: também se tiver um inimigo?

Jovem: se tivé um inimigo capaz de morre, capaz de morre, não viu o guri lá em Criciúma que morreu?

Entrevistadora: não, não soube

Jovem: entro, ficô 5 dia preso, mataru ele

Entrevistadora: morreu como, e tu estavas lá?

Jovem: mataru ele, tava, entrô, tinha inimigo.

Entrevistadora: e tu conhecias?

Jovem: eu não nunca vi o guri na minha vida, não era muito velho o cara não tinha uns 15, 16 mataru

Entrevistadora: no próprio CIP?

Jovem: dentro du CIP

Entrevistadora: E como vocês ficaram sabendo disso, se vocês não viram?

Jovem: como é que ficamo sabendo, porque o guri pá no outro dia chegô e falô ó matei o cara ali no quarto ali ó, traz o caixão ali, um guri aqui da P.... ainda...

Entrevistadora: e porque que ele fez isso?

Jovem: sei lá alguma coisa ele fez...

Entrevistadora: E vocês dormiam juntos com mais alguém ou sozinhos?

Jovem: não, era dois em cada quarto, esse que morreu tava dormindo com esse cara da P...

Entrevistadora: Foi de madrugada?

Jovem: não de noite não, era mais de 6 acho que era umas 7, 8 hora

Entrevistadora: vocês não ouviram grito nada?

Jovem: eu ouvi, mas eu não ia fala né, porque depois era capaz deu morrê ainda, eu fiquei quieto né, ai ele falo ai “tem uma hora cara”

Entrevistadora: falou o quê?

Jovem: ele quis dizê em código assim que tinha matado um cara, eu disse: tá tudo certo irmão, não sei de nada.

Entrevistadora: E era perto do teu quarto?

Jovem: claro, eu tava bem do ladinho...

Entrevistadora: E como é que ele matou? Com quê?

Jovem: enforcura não sei, sei lá, pega um cardaço acho que foi, é o cara não pode..

Jovem: mosquiá o cara vai pá fita memo tipo, no São Lucas é tudo aberto, o cara oo tinha até medo de fica no São Lucas sei lá, eu não devo pa ninguém, mais vai sabê, numa dessa tem um que não vai com a minha cara, quer fazê alguma coisa pa mim, vai e matá o cara memo

Entrevista: como tudo aberto, tudo aberto como assim?

Jovem: tipo é todo mundo junto

Entrevistadora: no nível?

Jovem: é na ala, é no nível, e ai tipo o cara fica ali, vai um já pega “o vamo ali faze uma funçãozinha num quarto”...

Entrevistadora: Se pegar um nível ruim, pronto?

Jovem: a já pega ali, já da um mata leão bota cordão no pescoço e..eu memo tento se o mais humilde que for com todo mundo, por isso que até hoje ai ó, ninguém tem bronca comigo, espero que ninguém tege né porque daqui pa frente eu não quero mais inimigo, só quero amigo na moral, que qui adiante, se agente for pára pra pensa, se cada ano agente tê um inimigo, ó hoje eu to com 15, 17 ano, imagina com 30 se daqui mais 15 ano um inimigo a cada um, quantos que... não vai dá.. por isso o cara tem que tenta leva todo mundo aqui ó na palma da mão [...].

Willian expõe que enquanto esteve no Centro de Internação de Criciúma houve o óbito de um dos jovens internos, por um outro jovem. Assim sendo, vê-se que o Estado não consegue assegurar o que está disposto nas Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça da infância e da juventude – Regras de Beijing, que determina no tópico: Tratamento Institucional, no ponto 26.1 e 26.2:

A capacitação e o tratamento dos jovens colocados em instituições têm por objetivo assegurar seu cuidado, **proteção**, educação e formação profissional para permitir-

lhes que desempenhem um papel construtivo e produtivo na sociedade (VOLPI, 2006, p. 50, grifo nosso).

os jovens institucionalizados receberão os cuidados, **a proteção** e toda a assistência necessária social, educacional, profissional, médica e **física** que requeiram devido à sua idade, sexo e personalidade e no interesse do desenvolvimento sadio (VOLPI, 2006, p. 50, grifo nosso).

Constata-se, assim, que a medida sócio-educativa de internação, além de não possibilitar o cunho educativo a que o jovem tem direito, não consegue protegê-lo em sua integridade física e mental.

Fabrizio relata, que no começo do processo de cumprimento da medida de internação, ficou foragido por algumas vezes e que ao chegar no CER São Lucas, ficou impressionado com a sujeira das paredes e as mensagens de revolta que haviam sido escritas.

O acolhimento da maioria dos jovens ao chegarem a um destes Centros de Internação, conforme os relatos dos entrevistados, é o castigo por algum período de tempo, sem motivo aparente. Fabrizio expressa muitos sentimentos ruins em relação à internação, tais como sentimentos de revolta, ódio e solidão. Fala também, da falta de atividades e que o período inicial em que esteve cumprindo medida, somente gerou mais revolta, mais sentimentos ruins, mais vontade de roubar e matar, sendo estes os únicos sentimentos despertados neste período.

Outro fato importante a ser trabalhado neste período em que os jovens estão em cumprimento de medida sócio-educativa e, principalmente, as de meio fechado, é que se por um lado estão ansiosos ou angustiados por estarem longe de suas famílias e da comunidade, também é um momento em que estão distantes das situações que acontecem no dia a dia de seus bairros. Deste modo, este seria um momento ímpar de realizar um trabalho efetivamente fortalecedor que lhes propiciasse uma outra possibilidade de sobrevivência, que fizesse com que eles refletissem suas atitudes e tivessem o interesse, por iniciativa própria, de alteração da realidade. Há a necessidade, inclusive, de um trabalho de fortalecimento pessoal que lhes oportunizasse autonomia e que eles acreditassem em seus diversos potenciais e, ainda mais, que lhes propiciasse esta busca.

Este tempo seria importante para que eles próprios fossem em busca de suas competências e oportunidades diversas, pois desta forma acredita-se que conseguiriam retornar ao convívio de seus familiares e de sua comunidade, com

uma nova perspectiva. Para muitos, esta seria uma das poucas oportunidades de realmente se desvincular do trabalho do mundo ilegal, pois é notório, que depois que o indivíduo se envolve com o trabalho ilegal, nem sempre é possível se desvincular dele.

Fabício

Jovem: ...quando, todo adolescente que foge de uma instituição de internação provisória ou permanente não sei, como que se fala, ele acaba, quando ele foge, ele acaba ganhando um castigo e quando eu retornei eu tinha 10 dias pá paga num quarto que era um quarto no máximo 2x3 3x4 assim, que tu fica sozinho, não é como um presídio, cada adolescente tem um quarto individual e tu fica nesse quarto e só pode tá saindo pra toma banho no máximo, dependente da gerente, tu nem sai, não tu sai pa toma banho, mas tu não pode pega sol nada, na minha época quando eu retornei era a dona I..., não sei o nome dela completo só sei que é dona I..., a gerencia era dela e ela era uma pessoa que não muito tolerante, ela gostava de tá me empregando a medida do castigo, que era aprontô tu ganha castigo que é um castigo pra nós era tá ficando no quarto trancado sozinho, não saindo pras atividades que era nessa época quando eu cheguei, a atividade era estudá com módulo, que era o módulo SEJA e só joga futebol, não tinha banho de Sol, não tinha nada, era só isso, daí eu acabei como eu já tinha 10 dia de castigo da primeira fuga que eu tive, eu cabeí pegando mais dez dias por causa da outra tentativa, que eu tive no terceiro dia quando eu retornei e no 10º dia eu acabei obtendo uma pedra por intermédio de outro adolescente que estava comigo lá, uma pedra na qual, quando os adolescentes mais os monitores da mesma instituição saíram pa fazê a atividade eu acabei pegando a mesma pedra e dando algumas porrada com ela na parede e abrindo um buraco, no qual eu consegui sai, eu sai da instituição e subi telhado pulei lá num terreno baldio que tinha atrás e consegui passá num buraco no muro que fiz outro buraco no muro com uma outra pedra e consegui sai, saindo da mesma instituição daí fiquei lá fora aguardando anoitece e nesse meio tempo alguns adolescentes que estavam no mesmo nível que eu conseguiram abri a porta de aço arregaça a porta de aço do meu quarto e entra no meu quarto e fugi pelo mesmo buraco onde foi que chamô a atenção, tudo porque fugiu 10 adolescentes dessa fuga daí chamo a atenção dos monitores e da polícia em si, daí onde vamo se dize, em gíria sujo tudo, veio bastante polícia e eu acabei tentando sai de onde eu tava e a polícia me prendeu, daí eu ganhei mais 20 dia de castigo, fiquei em torno de tinha 40 dias de castigo pra mim

paga e nesse meio tempo de 40 dia de castigo eu fui ganhando mais castigo, castigo, fiquei em torno de dois meses na tranca, que era só no quarto, só no quarto, era setembro de 2006 isso, daí o que aconteceu, eu tinha 17 anos, eu fiz 17 anos lá em Curitiba, que foi a 1º vez que eu peguei uma medida sócio educativa e eu acabei tentando fugi outras vezes não obtendo sucesso consegui sair na rua duas vezes janeiro do ano seguinte que foi 2007, eu consegui ota fuga na qual eu acabei perdendo também, perdi na BOPE ali de São José que é a polícia, retornei pra São Lucas e só sei que em torno ali quando eu tava pra próximo de 18 anos contando minhas fuga eu tinha em torno de 6 tentativas de fugas, uma fuga bem sucedida e mais outras coisas que eram castigo também como ta estragando material da instituição, colchões, travesseiros, colheres, eu estragava pela ociosidade que tinha naquele estabelecimento, **ca gerencia daquela época não era muito eficaz e tipo só que prendiam nós jogavam nós no nível e nosso único passa tempo era assisti televisão ou joga futebol uma horinha de futebol por dia e a nossa rotina era essa, era acordar 8 horas sair 9 hora desse quarto que agente ficava, tomava café, retornava 11 horas pra quarto, duas horas saía, retornava as 5 horas, esse era nosso dia a dia e não tinha como não ta fugindo porque era muito ociosidade, acabava pensando muito na rua, tinha namorada e meus amigos e tudo e sentia muita falta e acabava..tentava fugi e como aquele mesmo pensamento que eu tinha até os 18 queria tá ganhando casa, obtendo casa, carro, uma vida.**

Jovem: antes de se preso assim pra menor assim é meio solitário agora quando, se tu chega no São Lucas hoje em dia assim não digo que é uma instituição, hoje em dia né, tu pode chega que eu acho que tu não vai se senti tão mal, tu vai senti mal por ta longe da tua família do teus amigos da tua comunidade, tu vai senti mal como toda pessoa mas o ambiente é ta bem mais, po **quando eu cheguei no São Lucas era uma porquise entendesse po as parede assim era pra ser branca eles eram marrom assim com queimado é tipo marca de pé na parede fruta que tipo mandavam fruta podre assim os adolescentes se revoltavam tacavam na parede o nível era uma porquise mesmo assim de craca assim tu passa a mão assim e aqueles quarto tudo porquise assim vaso sanitário cada quarto tem seu vaso sanitário individual..**

Entrevistadora: e era sozinho cada um num quarto?

Jovem: cada, cada um no seu quarto e po tipo nos primeiros dias assim é um sofrimento gigante, gigante mesmo assim ó incomparável entendesse eu diria que assim ó hoje em dia aqui ó to aqui na liberdade..

Entrevistadora: queria saber, queria saber qual é a sensação essa ..

Jovem: é ooo sofrimento mesmo poo porque tu olha pra aquelas parede assim ó toda riscada e só maldade assim na parede a vo mata não sei o que, pro meus inimigo eu quero isso, ou tal área é a mais forte, não tinha nada ali, algumas frases da bíblia porque quando o cara ta preso algumas pessoas se apegam em Deus que meu Deus se esconde atrás da bíblia coisas assim, ali dentro ali todo mundo se lembra de Deus né ..e é isso ai.. é um sentimento de solidão, de raiva porque da bastante raiva, algumas coisas acontecem assim tanto lá dentro, como na tua comunidade, acontecem várias coisas assim que tu não pode faze que tas preso ta de braço atado e poo a raiva é gigante, se eu tivesse conseguido fugi no começo lá em 2006 lá em novembro, dezembro, com certeza eu teria retornado pro crime, com mais revolta, com mais vontade de rouba, com mais vontade de mata, porque era um sentimento que o São Lucas me causava naquela época, era esse sentimento,

...

não digo assim eu não nada de te aquela regalia de pode sair a hora que quiser mas sim de ta fornecendo que todo adolescente deveria ter que é o oportunidade de emprego, curso profissionalizante e escola, então isso o São Lucas tá fornecendo, hoje em dia eu não sei qual o sentimento que me causaria se eu chegasse no São Lucas, **mas quando eu cheguei na época lá da outra gerencia o sentimento que me causou foi de revolta, de ódio, de tudo de ruim que vocês possam pensar quem vai escuta isso ai mas eu não sei quem vai escuta é, ooo os piores sentimentos possíveis que é o sentimento de raiva que te leva a mata que te leva a rouba todos esses sentimentos de ruim que a pessoa pode ter tu sentia lá no São Lucas porque tu lá dentro quando agente todo assim cada nível tem 15 adolescente, cada um com esse pensamento com esse sentimento de revolta e de raiva, acabava tendo brigas e algumas tem algumas comunidades que não aqui na grande Florianópolis não se dão bem uma com a outra uma alguns integrantes dessas comunidades que não se dão bem com integrantes de outras comunidades e acabo criando atrito entre as mesmas e po o sentimento o clima lá dentro não era muito bom porque tinha algumas pessoas que eram inimiga uma das outras e ficava aquela aquele negócio de rola briga ou morte a qualquer momento a hã..na época que eu entrei era vamo se dize que um era a mesma coisa que dizem dos presídios hoje em dia não se regenera ninguém tu entra tu entrava de um jeito e saia pior era o sentimento que eu sentia assim..**

Entrevistadora: dava receio de repente de encontrar algum “amigo” que já era rixa?

Jovem: eu não era du não sentia tão muito medo não assim esses assunto porque meus inimigo quando eu era menor assim meus inimigo sempre foram mais velhos do que eu assim tipo eu tinha 16 anos alguns tinham 25 outros 30..

Entrevistadora: tu sabias que não iria encontrar ninguém ali...

Jovem: em relação a isso era sossegado, mas eu acabei tendo algumas briga lá dentro duas brigas e tal uma da ..ai mas hoje em dia essas duas briga foram por motivos assim nada a ver assim, essas pessoas que eu briguei assim hoje em dia eu falo com elas normal lá tu acaba levando algumas amizades tanto dos internos que lá estão ou dos funcionários que lá estão e é isso ai Maíra, tipo eu, eu era aqui de Florianópolis da ilha mesmo do mapa, da minha comunidade, quando eu cheguei no São Lucas a maioria dos adolescente que ali estavam eram das comunidades aqui do continente aqui do Monte Cristo, da Vila Aparecida, da Palhoça, e essas comunidades uma da outra são a maioria tem assim tem atrito entre elas e eu cheguei lá dentro quando eu cheguei tava um clima assim meio muito ruim porque era um monte de inimigo um com tudo junto assim vários adolescentes que tentavam se mata na rua e tudo preso no mesmo local alguns níveis assim era separado por guerra, por guerra pra nós era tipo adolescente que tem atrito com outro, um adolescente que tinha atrito comigo ia pa outro nível assim mas como a demanda de adolescente infratora assim é muito grande as instituições não dão conta assim daí num vez em quando acabava caindo adolescente com atrito lá dentro o adolescente que como eu memo falei anteriormente era o safado e acabava sendo agredido eu mesmo vo confessar agredi alguns adolescentes lá com ponta pés na cabeça, soco na boca e várias coisas a mais e era isso ai.. o clima.. agora, agora, volto a repeti agora eu não sei como é que é o São Lucas, quando eu sai tava uma instituição assim tudo pra tu assim ó que muda ta vendo possibilidades que a eu acho assim que ta mudando bastante. Eu to pa tenho meus problema mais eu to tentando sê forte tô tentando tô não vô dize que eu tô sendo forte tô tentando se forte e não recai no crime de novo ca ajudas ca ajuda de algumas pessoas alguns amigos que eu consegui tanto no Frutos e alguns amigos da minha comunidade e é isso ai [...].

De acordo com os jovens que cumpriram medida de internação, os CIPs - (Centro de Internação Provisória) ou CER (Centro Educacional Regional), são instituições análogas ao sistema penitenciário para adultos. Neste sentido, Rosa

(2007, p. 121) afirma que há um imenso hiato entre o dispositivo legal e o panorama real das instituições que executam medida sócio-educativa de meio-fechado de internação.

Apesar das grandes conquistas consubstanciadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de lhe assegurar proteção diferenciada e direitos fundamentais, a internação, ..., se configura como nada mais que a punição através do encarceramento, da privação da liberdade, dando visibilidade à distancia existente entre o adolescente no contexto da lei e do ato infracional.

No mesmo sentido, Passetti (1999, p. 95), ensina que estas instituições (Centros de Internação), são semelhantes:

Em sua prática, à prisões, não passando de correlatas da mesma, assim como a infração nada mais é que sinônimo de crime e a medida sócio-educativa, a outra face da moeda penal. O adolescente continua sendo um delinqüente constituído por este tipo de instituição austera.

Sales (2007, p. 246) explica, em estudo realizado nos Centros de Internação do Estado de São Paulo, que há um sucateamento desse tipo de instituição, aliás:

Sucateamento coerente, por um lado, com a reforma do Estado e o ajuste fiscal de cariz neoliberal em curso nos países em desenvolvimento ao longo da década de 90 (Tavares, 2001); e por outro, expressão lamentável do não investimento ético e político-cultural na cidadania, materializado na falta de equipamentos e políticas sociais de qualidade para a juventude [...].

Assim, ressalta-se que relatos como o de Willian que presenciou a morte de outro jovem em um quarto ao lado do seu, são marcas que não se apagarão de sua memória e que servirão para que jamais esqueça deste tempo de descaso que o Estado teve com sua vida, por um determinado período de tempo.

Outro tema bastante polêmico, relatado pelos jovens foi a violência policial a que estão submetidos. Yuri é o jovem que relata mais violências sofridas, inclusive, com denúncias inverídicas a seu respeito. A delegacia de polícia da sua comunidade parece comprometida em todos os níveis. Em seus relatos, conta situações enfrentadas por ele, desde o policial que sai para ronda na comunidade, aos inspetores policiais e o próprio delegado, autoridade maior, que “gosta” de agredir fisicamente os jovens da comunidade.

Peralva (2000, p. 89) complementa aduzindo que a violência e as práticas de tortura na polícia civil são práticas antigas e abertamente conhecidas, que se intensificaram a partir da ditadura militar, inclusive, com os “esquadrões da morte” e com o fim do período do autoritarismo, a corrupção se desenvolveu em simbiose com a criminalidade violenta.

Yuri

Jovem: Daí nesse ano eu voltei a estudá, mas daí quebrei esse braço aqui e não fui mais.

Entrevistadora: E por que tu quebraste o braço?

Jovem: Porque eu tava correndo do A..., daí quebrei o braço.

Entrevistadora: O A... é o PM?

Jovem: P2.

Entrevistadora: P2. O que é P2?

Jovem: É aqueles cara que não são fardado, tão com as ropa normal...

Entrevistadora: é civil né? A polícia civil.

Jovem: É policia civil, só que é P2.

Jovem: É um nome estranho lá...

Jovem: A civil eles andam num carro da civil, esse não... é investigador”.

...

Entrevistadora: E a relação com a polícia como é?

Jovem: Quando a polícia pegava memo, te arranhava, batia, já queimava tudo. Mesma coisa se não me pegasse com nada, me levava pro quartel pá me batê.

Entrevistadora: E batia bastante? Mesmo tu pequeninho?

Jovem: Batia, eles botavam na caixa d’água, botavam saco na minha cabeça. Aí teve uma vez que eles me pegaram, que eles me desmaiaram três vez dentro da caixa d água, me deram um monte de bombadão no olho, só me amarrava, me atiravam um balde, botavam um saco na minha cabeça. E abafa tudo e pessoa chega a chora.

Entrevistadora: E o que tu sentias nessa hora?

Jovem: Não sentia nada, porque se eu entreguasse, daí depois eu ia morre quando chegasse lá. mas vale eu desmaiado.

Entrevistadora: Por que eles queriam saber alguma coisa?

Jovem: É... eles ficavam me perguntando aonde ta a droga. A arma. Ficavam só nisso, perguntando isso. Falava, falava que não sabia de nada. Daí ficavam com mais raiva e batia mais ainda.

Entrevistadora: E tu sabias?

Jovem: Eu sabia, mas não falava.

Entrevistadora: Por que se tu falasse, o que iria acontecer?

Jovem: Daí quando chegasse em casa, os cara ia me mata. Mas valia não fala

...

Jovem: Era bom pá quando eu sai de visita, se eu chega lá, eu falo que tô trabalhando pa eles (Polícia) não bate mais em mim, que nem naquele outro domingo, a gente foi lá e bateram em nois de novo.

Jovem: Nós tava dentro da casa de um amigo nosso, ele chegô e chutô a porta.

Entrevistadora: Invadiu a casa? Tinha algum mandado de busca e apreensão?

Jovem: Não, pa ele não tem mandato, ele entra em qualquer casa que ele quise. Eles não falam nada também, os moradores não falam nada se ele entra. Mas lá em casa ele não entra, minha mãe não deixa ele entrá lá não.

Entrevistadora: E eles quando estão fazendo ronda, eles se quiserem entrar na casa das pessoas eles entram sem autorização?

Jovem: Eles entram...toda vez que eles vão lá, eles entra numa casa, toda vez. Nas casa conhecida que eles sabe eles já entram.

...

Entrevistadora: E aquela policial veio aqui colher teu depoimento, ela sempre te ajuda?

Jovem: Ahh ajuda, aquela ali é uma desgraçada, ela me bate e tudo. Aquela ali me bate, me bate na frente da minha mãe.

Entrevistadora: É mesmo?

Jovem: Ela mesmo fala aqui ó: "só porque ta na frente da tua mãe não te bato? Tu fica bem quietinho aí! Ela dava geral na gente dentro da audiência.

Jovem: Não na audiência, mas quando vô preso ali, na hora de dá o nome, até a audiência ela chega e dá a geral, passa a mão aqui, da geral...

Jovem: Bate na gente, leva nois pa salinha ali e começa bate em nois.

Entrevistadora: É mesmo?

Jovem: Ela é muito folgada, sempre que eu ia preso, ela chegava e falava pra mim, que se eu viesse mais uma vez ali que ela ia me leva pro São Lucas, e eu ia sempre um monte de vez, um monte de vez, um monte de vez, aí ela fico com raiva de mim e ela começo a me bate.

Entrevistadora: Nas vezes que eles te pegam com drogas?

Jovem: Eles sempre, sempre que eu vô preso, eu sô pego com droga.

Jovem: Só as vez que eles não me pegam e me levam igual.

Jovem: Eles levam e tiram na frente do delegado dos bolso, botam ali e diz ó tá aqui ó... é deles, e nem é nossa..

Entrevistadora: Eles forjam que a droga é de vocês?

Jovem: O delegado, o delegado memo manda, conhece nós tudo, pelo nome, o delegado fala pra eles, o vai lá e traz aquele lá pra mim que eu quero bate nele, o delegado memo bate na gente.

Entrevistadora: É mesmo?

Entrevistadora: Então independente de ter droga ou não, eles pegam e batem mesmo?

Jovem: Eles mandam os PM busca nós. Teve uma vez que eu briguei com um guri na escola, ele era filho de um policial, daí eu tava jogando sinuca lá no bar, daí ele me pego, me leva na delegacia pro pai dele me bate. O pai do guri e irmão do guri. Que era P2 e PM e começaram a bate um monte, fiquei o dia todo preso e eles me batendo.

Entrevistadora: Sem droga nenhuma?

Jovem: Sem droga nenhuma, só me levava pa bate porque tinha brigado com o filho dele. O filho do policial na escola.

As tentativas de mudança e as perspectivas de futuro são relatadas, mais como uma tentativa moral, do que como uma tentativa verdadeira de saída do mundo do trabalho ilegal. Willian esclarece ter tentado “mudar de vida” umas duas vezes, mas em seu relato, percebe-se que foram tentativas sem muita determinação, sem objetivos concretos e suficientes para que realmente lhe fizessem procurar um caminho alternativo com convicção. Em todos os relatos parece já existir um pré-determinismo, um entendimento de si mesmo que é bastante negativo, que não acredita em outras possibilidades que não aquela do trabalho ilegal.

Cupim, ao ser indagado a respeito de suas expectativas futuras, o que gostaria de ser ou realizar, explica que não sabe do que gosta de fazer, que não sabe com o que gostaria de trabalhar e, ainda, pior, que só tem “serventia” para o tráfico de drogas, que é a única coisa que realmente sabe fazer.

Yuri e Cupim, quando falam em trabalho, não têm perspectiva de qual poderiam realizar e que realmente fossem gostar ou sentir-se realizados. Yuri deseja trabalhar para mostrar para os policiais de sua comunidade e para que estes lhe dêem um pouco de tranquilidade e não o persigam, como ocorre atualmente. Cupim quer trabalhar, porque é o que dizem ser “politicamente” correto, mas não tem a mínima noção do que um trabalho no mercado legal representa e, conforme já assinalado, não se sente capaz de realizar nada além dos “corres”.

Neste sentido, Rosa (2007, p. 89) assinala:

Provavelmente a condição de vida em que se encontram e a experiência escolar que eles, jovens entrevistados em sua pesquisa, tiveram não favoreceu nem mesmo o despertar de um desejo profissional nesses meninos. Tudo indica que o ciclo de inserção em trabalhos com pouca ou nenhuma qualificação formal, ao qual os jovens das classes populares estão sujeitos, irá se realizar e nem mesmo a intervenção específica do Estado, por meio de uma medida sócio-educativa, é capaz de reverter esse processo de marginalização e segregação.

Os depoimentos dos jovens entrevistados nesta pesquisa, possuem uma importância fundamental para que se elaborem políticas públicas e, até mesmo, projetos e cursos, dentro dos Centros de Internação, que possibilitem esse acesso ao mundo do mercado legal e viabilizem projetos de futuro de forma eficaz. A partir deste momento, os jovens poderiam sentir-se capazes de realizar alguma atividade que realmente lhe trouxesse independência.

No depoimento de Willian, este afirma que por duas vezes buscou alternativas para uma mudança na sua vida, que buscou trabalho em vários locais, mas que não obteve sucesso. Atualmente, tem vontade de mudar, mais seus relatos demonstram que está muito envolvido com o trabalho em sua comunidade e não consegue se desvincular daquela realidade, tanto que já se evadiu novamente do Projeto dos Frutos do Aroeira. Outro ponto que Willian coloca como dificuldade é o fato de sua perna não estar totalmente boa, o que reduz muito suas chances de conseguir um trabalho legal.

Outro ponto importante no depoimento de Willian, é que apesar de todo o seu envolvimento, tem sonhos e gostaria de ser advogado, chegando, até mesmo, a pesquisar na internet a respeito da profissão. Este compreende que terá que permanecer por quatro ou cinco anos na faculdade, o que para sua realidade parece ser um tempo interminável, e que depois ainda terá que fazer estágios para conseguir uma boa colocação.

Neste momento, já desistiu de seu sonho como se não tivesse o direito de sonhar com uma realidade que nunca será a sua, em suas palavras: **“sei lá, é muito tempo pá poca pessoa”**. Acredita-se que neste ponto da história de Willian e dos demais jovens, que as políticas públicas têm que ser realmente eficazes para dar condições para que, como no caso de Willian, ele possa acreditar que é possível a realização deste sonho e que esta realidade é possível de ser concretizada.

Willian

Daí uma vez eu tava, acho com catorze, catorze, eu peguei fui mora cum cara, que eu ia mudá de vida, aquela vez, aquela vez memo, eu senti memo, daí eu fui, fui pá casa dele parei de fuma cigarro, parei de fuma maconha, parei de fuma, de usa essas droga, parei de bebe, tava indo até pra igreja, tava trabalhando numa oficina, trabalhando memo tipo na oficina, tipo trabalhando é ajudante né, pega uma peça tipo

Entrevistadora: aprendendo...

Jovem: é aprendiz, daí eu pegava testava as moto pá i acho que o que uns quatro meis, assim direto, direto ali, ai meu outro parcerero que eu considerava, considero como irmão, ele pego e tinha sofrido acidente de carro ai ele quebro a bacia e fico no hospital, daí eu peguei, e falei pro cara que tava cuidando de mim, que era o A..... “eu ba eu vo lá no hospital vê meu amigo lá no hospital”, ai ele “não, não pode ir”, daí eu fui só que invés deu i direto pro hospital deapé, nem que fosse longe, mas invés de eu i pro hospital, eu fui pá favela, não tava morando lá, ai fui pá favela e pedi uma carona pu cara, só que pu cara que eu fui pedi uma carona, ele tinha boca, daí ele pego, daí o A... já veio atrás de mim pá me leva no hospital, daí quando chego passo ali, eu tava na boca, daí ele falo:”ba W..., o eu falei que não queria que tu mentisse pra mim, tu falo que ia vê teu amigo no hospital, e agora tu ta aqui na boca de droga”!, eu falei: “não cara ai, eu só vim aqui, pedi a carona pra eles”, ai “não não, só lamento só vai lá pega tuas coisa”..., tava trabalhando, tinha ganhado uma moto, um carro, não um carro uma gaiola, sabe o que é uma gaiola?

Entrevistadora: não

Jovem: aquele que é tipo um buguizinho com que é todo aberto com ferro, só com uns ferrozinhu com aro de fusca e coisa, daí ele tinha me dado tinha me dado uma gaiola, uma motinhu aquelas 81, 80 e tinha um quarto, som, ropa, tinha me dado tudo que eu queria, tudo o que eu precisava de dinheiro ele me dava....

Entrevistadora: E tu ajudavas ele na oficina?

Jovem: ajudava ele na oficina, ele me pagava ainda pá mim fica cum ele na oficina a pá

Entrevistadora: E tu aprendeste alguma coisa na oficina?

Jovem: a aprendi né, sei dismonta moto, a única coisa, eu mais eu consigo, eu sei tira, eu sei desmonta a moto intera, sei desmonta e monta, a única coisa que eu não consigo desmonta o motor dela.

Entrevistadora: Bom, daí ele te viu ali e te disse para tu pegares tuas coisas, foste buscar e já ficaste na rua, nem fosse visitar teu amigo no hospital?

Jovem: não, fui (risos) me empenhei tive que ir deapé ainda (risos), mas não da nada...

....

Jovem: Agora, só qui já falei eu peguei e falei a hora que eu sai vo chega vo joga tudo pru meu irmão da as arma pu meu irmão pedi pá ele pá sei lá né vê se vende, faze alguma coisa que eu não quero mais essa vida não, que sei lá cara tipo eu não quero memo essa vida Maíra não quero memo só que sei lá o cara muitas vezes o cara é obrigado a escolhe essa vida, do que pá, vo vê se tipo eu não quisé fica nessa vida.. oo fala pá ti, uma vez sem mintira nenhuma quero ooo que Deus castigue se for memo mentira fiquei a manhã intera, o dia intero procurando um serviço e ninguém queria me dá, eu tinha 15 ano me lembro até hoje, ninguém queria me dá, eu fui em tudo quanto é coisa di di di serventi, di catado de lixo, assim de reciclagi, di como é que é o nome aloria, como é que é que faz tijolo é olaria...

Entrevistadora: olaria

Jovem: em olaria ninguém me dava serviço, um dia falei não, não querem me da serviço ta tudo certinhu, começa di novo nessa vida, ai depois foi só lamento, não minto daí primeiro eu tinha pegado na lavação daí fui pra lavação, tava lavando o carro o cara pediu pra mim da ré no carro, daí a porta tava aberta, eu isqueci engatei a ré hum já deilhe ca porta memo, já amasso a porta, daí o cara já pego pá ai: “tu vai te que paga meu carro”, não sei o que pá pá pá “ai mais vai me manda pa rua”? “não, não, só vai indo ai que vo disconta do teu dinheiro e vo arrumando o carro”, ai já peguei (risos) já vazei nem fui mais....

...

“Entrevistadora: e faculdade tu pensas em fazer W....?”

Jovem: eu não gosto

Entrevistadora: e em que série tu paraste?

Jovem: oitava

Entrevistadora: chegaste a concluir a oitava?

Jovem: não

Entrevistadora: Quando tu eras menor, tinha alguma profissão, tu tinhas alguma idéia, do que gostarias de ser? Alguma coisa além de olheiro e ter arma essas coisas?

Jovem: queria se advogado

Entrevistadora: Tu querias ser advogado?

Jovem: sei lá, é muito tempo pá poca pessoa

Entrevistadora: muito tempo, como assim?

Jovem: vai 4 ano de curso, depois tem que fica indo no Fórum e coisa, assistindo advogacia, eu já pesquisei sobre isso

Entrevistadora: pesquisasse?

Jovem: pesquisei, o cara fica 4 ano, daí tipo tu tem que fica de tipo de assistente de um advogado, aprendendo junto com ele, daí tem que assina as coisa, tem que da po juiz o que ele tem que dize po juiz o que é que.. a um monte bagulho, vários bagulho que pá até disisti, 4 ano é 4 ano né oo ai eu disisti porque advogacia o cara só vai pode faze só com 18 anos.

...

Entrevistadora: O que tu gostaria que o projeto te ajudasse? O que tu gostaria de fazer?

Jovem: me ajudasse eu da força pra mim memo pra mim bota a cabeça no lugar e pensa em estuda e tipo arruma, como é que eu posso dize o sei lá, não tenho nem palavras pa fala tipo e também não da animo o cara de muleta, o cara não da animo pa sai, porque oo debes enquando o cara até pensa em estuda, de volta faze um trabalho, mas o cara fica oo pensando que hoje em dia só tem discriminabilidade ooo teve um que falô assim pra mim, a vamo, vamo em tal lugar que ninguém vai olha pra ti pra tua perna nem nada, a que que deu mostra ai que deu o cara fica até com vergonha, o cara não sabe nem o que dize, por isso que muitas vezes eu tenho vergonha de sai com vocês pa i tipo num mercado num lugar, eu fico com vergonha de ir como eu to com a perna assim, pensa que não?

Entrevistadora: não tem que sentir vergonha

Jovem: tem sim

Entrevistadora: claro que não por quê? Vergonha do quê?

Jovem: se fosse quebrada a perna tudo bem, mas assim [...].

De seu turno, Yuri encontra-se em um estágio diverso, talvez porque tenha pouca idade, não possui planos para seu futuro. Em sua situação, há um agravante, que é a questão da escolaridade, pois este não é alfabetizado e com sua idade (14 anos), as escolas não oferecem turmas que o recebam com facilidade e, ao mesmo tempo, sem saber ler e escrever fica muito difícil sua inserção no mercado formal de trabalho.

Yuri parece não ter, por enquanto, projetos para seu futuro. O que gosta de fazer é pescar, porque foi a única oportunidade de trabalho que lhe foi oferecida. O padrasto é pescador profissional e ele acompanha-o algumas vezes na pescaria.

Yuri

Entrevistadora: nesse tempo todo, já te perguntaste se queres sair dessa vida, se não queres mais isso para ti?

Jovem: Não, um monte de veiz eu já parei. Aí ficava um tempinho sem vendê, depois começava de novo.

Entrevistadora: Por quê?

Jovem: Porque sim... Ganha mais dinheiro”

....

“Jovem: Qualquer emprego, eu vo trabalha.

Jovem: Aí vocês tem que arranja pa mim, eu fui ali, eu falei pa mulher ali que se quisê eu trabalho, la no IPC [...].

Quanto ao Cupim, pode-se dizer que vive situação semelhante a de Yuri. Já concluiu a 8ª série, mas afirma nunca ter pensado em um plano para seu futuro. Para ele o modelo que sempre almejou foi o do trabalho ilegal, para ter oportunidade de ter os bens de consumo que julga importante. Cupim diz que quer trabalhar, mas não tem idéia de que ofício poderia realizar e que lhe trouxesse alguma realização. Acredita que a única coisa que sabe fazer é trabalhar no tráfico de drogas, mesmo sabendo que este trabalho não viabiliza uma vida futura e segura. Diz também, que é a única coisa que sabe fazer.

Cupim, é um exemplo do que Peralva (2000, p. 87), afirma ser consequência das transformações gerais da sociedade brasileira, ou seja, sua mutação igualitária e a passagem ao individualismo de massa, devem ser analisados quando se tenta entender as condições de engajamento de uma parte da juventude pobre na violência e no crime. Para a autora, a sombra do crime ocultou estas mudanças e a “incapacidade do Estado em garantir a ordem pública engendrou formas particulares de violência que, por sua vez, delinearam o quadro dos novos conflitos socioculturais e a maneira pela qual a juventude pobre estruturou a percepção dos riscos que parecem pensar sobre o seu futuro”.

Assim, verifica-se que o desafio de despertar em jovens, tais como Cupim, um projeto de futuro, é papel das instituições que executam medida sócio-educativa e, ainda, conseguir efetivá-lo. Quando conseguir-se trabalhar este projeto com Cupim, a medida sócio-educativa surtirá algum efeito para este jovem. Ocorre que,

infelizmente e até o momento, o jovem não encontrou em nenhum dos estabelecimentos pelos quais passou, a efetivação deste direito que lhe é conferido.

Cupim

Entrevistadora - Nunca pensaste. Quando tu eras pequeno o que tu pensavas para o futuro?

Jovem - Nunca pá né dona.

Entrevistadora - Pensava em vender para ter os “panos” bonitos?

Jovem - Primeiro assim só os corre, depois que se espelha já era.

Entrevistadora - Tu acha que te espelhasse com quantos anos?

Jovem - Ah bem novo né dona. Deixa eu ver, oh porque depois tinha muito maluquinho que pá começaram a fazer agito na cidade né dona. Foi o céu quando começou a vir polícia né, porque antes era bem mais sossegadão né, bem mais as pampas era antes né, e agora é que ta esse monte de polícia né dona. Só veneno.

Entrevistadora - E quando saíres daqui, o que tu acha que vai fazer? O que que tu tem de planos, o que tu gostaria? O que tu acha que poderias fazer para que tu não caísse na tentação de vender de novo.

Jovem - Um trampo.

Entrevistadora - No que assim? O que que tu acha que tu gosta? O que tu poderias gostar?

Jovem - Pior que...

Entrevistadora: Que curso profissionalizante?

Jovem: Ah, isso aí eu não sei também dona.. isso aí, vixe. Tenho algum sonho pá d'eu ganhá um troco dona, só um trampo..só um trampo mesmo.. o resto, o resto eu não sei nada. Só arrumá um trampo.

Entrevistadora: Mas um trampo aonde, por exemplo? O que tu achas que tu irias gostar de fazer?

Jovem: Ah dona.. um trampo assim..

Jovem: Não faço nem idéia..

Entrevistadora: O que tu acha que ia te atrair?

Jovem: Hmm.. pior que eu.. ixi!

Jovem: Não tenho nem idéia dona.. tenho nem idéia.

Entrevistadora: Mas o que tu achas que tu irias gostar? Me fala das tuas expectativas, assim, depois que saíres daqui...?

Jovem: Não.. não sei.. não sei se eu vou morrer não.. mas pá, não sei.

Entrevistadora: Tu acha que a única coisa que tu vais fazer é trabalhar no corre?

Jovem: É, eu acho que é só isso mesmo..

Jovem: Só o corre eu acho, é o bagulho que eu sei fazer.. e pá só o corre.

Entrevistadora: Mas tu acabaste de dizer que tu sabe que o corre é o que atrasou a tua vida!

Jovem: Mas é o bagulho que eu sei fazer de melhor! Falar pra dona a real, o único blá que eu sei mexer, é o corre...

Entrevistadora: Mas se é vender, existem outras mercadorias que tu podes vender! **Jovem:** Mais que dá dinheiro igual ao corre?

Entrevistadora: Ah, daí..

Jovem: Não, não, não,... nada dá dinheiro igual ao corre!

Jovem: É, a vida do crime é loca memo dona, vida loca memo!!

Fabrício vive uma dualidade, entre o trabalho no mercado legal e o do mercado ilegal, em todos os momentos de sua vida, desde pequeno, afirma desejar ser policial e matador de aluguel ao mesmo tempo. Tem pensamentos mais seguros em relação à mudança de atitude e gostaria de sair do “mundo do crime”, porém, em seu relato está sempre fazendo menção que pertence ao trabalho ilegal. Ele cursa o nível médio e pretende passar em um concurso público.

O jovem complementa, aludindo que ao completar 18 (dezoito) anos, começou a refletir mais a respeito de sua situação e mudou seus pensamentos, o que reflete a ideologia e a questão do senso comum, a respeito da inimputabilidade penal para o menor de idade. Ele reflete que a partir desta idade não pode mais “cometer erros”, pois será punido de forma mais severa, indo para o sistema prisional. O mesmo nem nota, que este mesmo sistema, de quem ele fez parte até o presente momento quando cumpria mediada sócio-educativa de internação, pouco se difere daquele a que tem tanto receio.

Saraiva (2006, p. 159) ao discutir a questão da inimputabilidade aos menores de 18 (dezoito) anos, aduz:

A circunstância de o adolescente não responder por seus atos delituosos perante a Corte Penal não o faz irresponsável. Ao contrário, ..., o sistema legal implantado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente faz estes jovens, entre 12 e 18 anos, sujeitos de direitos e de responsabilidades e, em caso de infração, prevê medidas sócio-educativas, inclusive com privação de liberdade.

No depoimento de Fabrício, percebe-se que este se encontra em um processo concreto de tentativa de mudança, tem atitudes e realiza ações que o

levam a um processo real de alteração de projeto de vida. É neste momento, que os projetos e instituições de execução de medida sócio-educativa deveriam ter respaldo suficiente das políticas públicas do Estado, para viabilizar condições de apoio ao jovem, para fortalecê-lo em seus objetivos e acompanhá-lo neste período crucial, fornecendo-lhe proteção para concretizar esta modificação.

Fabício

Jovem: agora como eu mesmo falei, não sei que que me deu ali quando eu fiz 18 mudou tudo meu pensamento tudo não mudou da noite pro dia, foi mudando com o tempo eu tomei o primeiro passo fui tomando o segundo que esses passos que eu fui tomando eu fui abrindo meus olhos fui vendo qual era a verdadeira realidade e é isso aí chega a falta palavras”

...

“Entrevistadora: Quando tu eras pequeno, tu tinhas algum sonho de querer ter uma profissão específica?

Jovem: a quando eu era pequeno já quis ser tanta coisa, tanto boa como ruim, já quis ser, já quis ser policial quando era pequeno, eu fiquei minha família por parte de mãe tenho um tio policial me espelhava de certa forma nele quando eu era pequenininho lá no meu em torno de uns 10, 11 anos e pequenininho não né pequeno...

Jovem: é i já quis ser por intermédio da televisão assim, quis ser matador de aluguel que é a pessoa que mata por dinheiro por causa dos filmes mais não acabei fazendo isso, acabei matando mas por status mesmo e por por atrito e deixa eu vê o que mais e médico...

Entrevistadora: queria ser médico?

Jovem: já quis ser médico um dia, hoje em dia eu procuro sabe assim qual, qual é a área assim de trabalho que eu que eu quero fazer pra minha vida a por enquanto eu não tenho to buscando isso, ainda não chego uma pessoa e falo assim ó quer dizer ainda não cheguei a esse ponto assim ó agora eu quero isso pra mim e deu até um tempo atrás eu falava assim não eu quero trabalha com documento, papel, computador, sentado no escritório e tal, a princípio é isso que eu to fazendo agora, é eu trabalho ali com documento dos adolescentes, insiro adolescentes no mercado de trabalho e também o esse negócio que eu tô fazendo, esse trabalho que eu to efetuando agora é muito bom porque eu to como eu mesmo falei to tentando ajudar algumas pessoas assim a abrirem os olhos vê que o crime não é isso tudo que o crime tem as conseqüências, podem passar um ano, dois anos, três anos, mas vai ter sua conseqüência que vai ser que pode ser um pouquinho pode ser

grande mas vai te sua consequência espero que essa consequência tenha sido só pra mim, a minha de certa forma comparada a de outras pessoas assim foi pequena, mas pra mim valeu de lição, eu não quero retorna vamo se dize que nunca mais pra uma prisão ou pra algum tipo de estabelecimento que impeça minha meu direito de ir e vir e com esse projeto que é porque eu trabalho, to trabalhando num projeto que é de inserção do adolescente no mercado de trabalho, e poxa isso ajuda bastante porque não adianta tu chega pra pessoa e fala a muda cara muda que isso ai não é pra ti e tu não mostra as possibilidades que ela tem entendesse, é muito fácil tu chega pra mim assim eu tando no crime e tu chega e fala a chega e muda, muda, vamo muda cara, isso ai não leva a nada, ta bom, parei de rouba, parei de faze tudo, agora como é que eu vô vive?.. tem que chega, fala pra pessoa muda, mas da possibilidades de mudança pra ela da uma..mostra pra ela que poo olha aqui ó tens como arruma um emprego tu é capaz de arruma um emprego, tu é capaz de forma uma família, tens que.. e é isso que eu to tentando faze entendesse, e poo esse projeto que eu to trabalhando aqui ta ajudando bastante, porque daí eu a é poo catorze ano já pode trabalha carteira assinada e é isso ai é poo acho que eu to indo pelo caminho certo.. não tenho mais o que fala não.

O que se percebe em todos os depoimentos, no que tange à perspectiva de futuro, é a busca por uma vida melhor e distante do trabalho ilegal. Alguns depoimentos, apresentam uma convicção maior, outros são mais de cunho moral, mas, na verdade, todos gostariam fazer de suas histórias um projeto diferente a ser seguido.

Acredita-se, que é neste momento que as políticas públicas, bem como o Estado e a Sociedade, deveriam dar o suporte necessário para que os projetos e programas que trabalham com esta população, pudessem acompanhá-los de forma efetiva e que oportunizasse novas possibilidades de futuro. A exclusão destes jovens pelo fato de serem autores de ato infracional, acaba ocorrendo na atualidade, uma vez que ainda existe uma visível omissão e pré-julgamento destes adolescentes, por parte de todos.

Infelizmente, o que se observou neste trabalho a partir dos depoimentos dos jovens, é que é mesmo depois de 20 (vinte) anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado ainda apresenta práticas muito mais intervencionistas, balizadas na regulamentação jurídica referente à menoridade (PASSETTI, 1999), do

que em ações que visem os direitos de cidadania da justiça social a que estes jovens têm direito.

O mesmo autor afirma que

A nossa tradição intervencionista na questão do atendimento de crianças e adolescentes funda-se constantemente em teses econômicas que justificam a atuação estatal voltada à integração social dos futuros cidadãos. Os termos miséria ou pobreza, nesta história, acabam por legitimar a atuação do Estado nas ações relativas tanto ao abandono quanto, por decorrência, às infrações (Passetti, 1999, p. 23).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste Trabalho de Conclusão de Curso, percebe-se que desde a infância, os jovens das classes populares e que participaram desta pesquisa, sofrem ao longo de suas vidas, sucessivas experiências de violência.

Na fase da infância, estão permeados por relações tumultuadas e de conflitos em suas famílias, em que os pais lutam por melhores condições de vida e sobrevivência menos perversas. A falta de trabalho, a impossibilidade dos adultos de se inserirem no trabalho do mercado formal, o uso de drogas, o uso abusivo do álcool, são, na maioria das vezes, as primeiras violências vividas e experienciadas.

Posteriormente, a escola e demais instituições do Estado, responsáveis pela execução de direitos estabelecidos constitucionalmente e por intermédio do Estatuto de Criança e do Adolescente, não conseguem cumprir seu papel, tornando a vida destes jovens ainda mais violentadas. A escola é um exemplo muito claro desta violência institucional, visto que ao invés de incluí-los no sistema educacional, não oportuniza um saber digno e de qualidade a que eles têm direito, conforme analisado por meio dos depoimentos dos entrevistados. Desta forma, o resultado é a evasão escolar, já nos primeiros anos do ensino fundamental.

Ainda na infância, os jovens relatam violências acontecidas em suas comunidades, em alguns casos, em regiões mais críticas em que a morte violenta de membros da comunidade é tratada como situação normal e, em outras, em que o trabalho ilegal já é visível e compreendido pelos jovens, ainda pequenos, como questão de sobrevivência, oportunidade de trabalho e de dinheiro para manutenção da renda e possibilidade de consumo.

Assim, afirma-se que a infância dos jovens entrevistados é permeada por um conjunto de dificuldades típicas da condição de empobrecimento das classes populares e que o Estado deveria ser o grande responsável por minimizar e reduzir a desigualdade social, mas, porém, não se apresenta capaz de realizar tal tarefa. Os jovens, então, desde muito pequenos se acostumam a conviver e enfrentar as violências a que encontram-se submetidos, sem muitas chances de alteração da realidade e sem um local (órgão ou instituição) seguro que possam contar.

Na fase da adolescência, o que se pode perceber é que as violências cometidas contra esta população, não diminuem, ao contrário, com o passar dos

anos, as experiências de violências vividas aumentam e se tornam cada vez mais próximas de suas vidas. Os jovens passam do status de violentados para o de violentadores, a medida que fazem suas escolhas e optam pela entrada no mercado de trabalho ilegal. Aliás, é neste momento que possuem acesso às armas de fogo, que são obrigados a executar tarefas exigidas pelo “ofício”, que praticam atos infracionais com uso da violência e que começam a conviver com a violência policial, até serem conduzidos ao sistema de execução de medidas sócio-educativas, que, na realidade, constata-se nesta pesquisa por meio das entrevistas, se parece mais com um sistema penal para “menores delinquentes”, do que com um sistema de Proteção Integral de cunho educativo, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda em relação ao cumprimento de medida sócio-educativa, especialmente à internação, que foi debatida nas entrevistas, o que se vê é um processo contínuo de violências contra os adolescentes, desde sua apreensão cometendo ato infracional, por intermédio da polícia, sua contensão na delegacia especializada ao atendimento de jovens, o processo de apuração do ato infracional, em que não existe ainda o princípio constitucional e do direito penal básico, da ampla defesa, no Juizado da Infância e Juventude, até a sua chegada nos Centros de Internação, em que o acolhimento do jovem, muitas vezes, se dá na forma de castigo, de permanência obrigatória dentro no dormitório durante dias, sem sair nem para realizar sua higiene pessoal, e o que é pior, sem tampouco ser comunicado o motivo de tal castigo. Por isso, indaga-se: onde está o cunho educativo de tais atitudes?

Pelo exposto, observa-se que os jovens se encontram em um processo de violência tão grande, que não parece se extinguir em nenhum momento de suas vidas.

A falta de oportunidades, de possibilidades para viabilizar um futuro digno, com o passar dos anos fica cada vez mais somente no campo dos sonhos, da subjetividade. A certeza que vão adquirindo com este “passar dos anos” é de que não têm mais “serventia”, que a única alternativa que possuem é, realmente, o trabalho no mercado ilegal, que não sabem realizar outras atividades, além daquelas que já estão acostumados na “vida do crime”.

Dos entrevistados, dois deles, não conseguem se imaginar em outra atividade, não sabem realmente o que o termo trabalho significa de forma concreta,

não sabem o que querem ou o que gostariam de fazer, além da venda de drogas. Não possuem, aparentemente, sonhos para o futuro, nem perspectiva mudança. Não acreditam que seja possível alguma alteração de suas realidades ou um futuro diferente daquele que está traçado aos membros do “mundo do crime” – ou cadeia ou caixão (morte), no dizer deles ou “vala” (porque parece que ao “criminoso” não há o direito nem de ser enterrado dignamente em um cemitério, com caixão e velório).

Já, quanto aos outros entrevistados, apresentam alguma perspectiva, vontade de mudança, mas ela parece muito distante em seus relatos, como algo impossível de ser realizado. O sonho de Willian de ser advogado, impressiona, pois o fato de ele ter buscado informações e pesquisado a respeito da profissão e qual o caminho ou processo que precisaria realizar para concretizar seu sonho, porém, logo pareceu uma tarefa impossível, um sonho distante demais, e que em suas próprias palavras, traduz-se por: **“sei lá, é muito tempo pá poca pessoa”**.

É, exatamente, nesta falta de perspectiva que estes jovens apresentam, que parece à acadêmica, ser a maior violência praticada em relação aos entrevistados, vez que o Estado, no momento em que os “recolhe” o adolescente em um Centro de Internação deveria cumprir com sua obrigação de proporcionar condições de vida possível, oferecer políticas públicas que realmente oportunizassem com seriedade, com verdade, com eficiência e eficácia, uma viabilização de futuro para os jovens internados. Mas, o que se faz atualmente, é brincar com a vida destes meninos, é fingir que a Doutrina da Proteção Integral faz parte das políticas públicas direcionadas a este público.

Projetos como o do Frutos do Aroeira, esbarram na falta de recursos, no descaso do poder público, na falta de vontade política dos governantes e na falta de responsabilidade de toda a sociedade em realmente procurar soluções dignas de vida e de direitos de cidadania para estes jovens, ao invés de querer trancafiá-los em estabelecimentos prisionais, como defende o senso comum e a corrente a favor da diminuição da menoridade penal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do. O mito da inimizabilidade Penal do Adolescente. **Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina**, v. 5, Florianópolis: AMC, 1998.

ANDRADE, V. Pereira. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2003.

ARIES, Philippe, **História Social da Criança e da Família**. São Paulo: Ltc Editora, 1981.

BASILIO, L. C; KRAMER, S. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BATISTA, V. M. **Difíceis Ganhos Fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUDRILLHARD, J. **Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 fev. 2009.

_____. **Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 16 fev. 2009.

CAMACHO, L. A invisibilidade da juventude na vida escolar. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 325-343, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

_____, L. **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes**. In: Educ Pesq vol.27 no.1 São Paulo Jan./June 2001. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1517-97022001000100009&Ing=em&nrm=isso>. Acesso em: 23 dez. 2008.

CASTEL, Robert (1998), **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. Disponível em: <<http://www.risolidaria.org.br>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília; Ministério do Bem Estar Social, 1993.

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. **Projeto político e pedagógico do Centro Cultural Escrava Anastácia**, 2006.

COSTA, A. P. M. **Adolescência, violência e sociedade punitiva**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 83, ano XXVI, 2005.

DA MATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

GUIMARÃES, M. E. **Escolas, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

HADDAD, S. **Educação e Exclusão no Brasil**. Disponível em: <http://nsae.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1218&Itemid=149>. Acesso em: 05 dez. 2008.

JORNAL BOM DIA BRASIL. **Drogas sintéticas**: o que se passa na cabeça dos jovens? Disponível em: <<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL998407-16020,00->

DROGAS+SINTETICAS+O+QUE+SE+PASSA+NA+CABECA+DOS+JOVENS.html>.

Acesso em: 12 fev. 2009.

LIMA, L; VENANCIO, R. **O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro**. In: PRIORE. M. (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

LONDOÑO, F. T. **A origem do conceito menor**. In: PRIORE. M. (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

MARCILIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950**. In: FREITAS, M. (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez – USF/IFAN, 1997.

MENANDRO, M. C. S. **“Perigoso e violento”**: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. In: PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, v. 7, nº 2, p. 11-20, Jul./Dez. 2006 11. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/psic/v7n2/v7n2a03.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

MINAYO, C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOREIRA LEITE, M. **Óbvio e o contraditório da roda**. In: PRIORE. M. (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

PASSETTI, E. (Org.). **Violentados**: crianças, adolescentes e justiça. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PERALVA, A. **O jovem como modelo cultural**. n. 5 e 6. Revista Brasileira de Educação, 1997.

_____, A. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PILOTTI, F., RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DO CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA, 2006

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

RIZZINI, I. **A criança e a lei no Brasil: revisando a história**. Rio de Janeiro: UNICEF – CESPI/USU, 2000.

ROSA, E. M.; JUNIOR, H. R.; RANGEL, P. C. O adolescente: a lei e o ato infracional. Vitória: EDUFES, 2007.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, C. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. In: ANDRADE, V. (Org.) Verso e reverso do controle penal: (des) aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SARAIVA, J. B. C. **A idade e as razões: não ao rebaixamento da imputabilidade penal**. In: VOLPI, M. (org.). Adolescentes privados de liberdade: A Normativa Nacional e Internacional e Reflexões acerca da responsabilidade penal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHILLING, F. 2007. In: Programa Ética e Cidadania. MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=923>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

SISTEMA NACIONAL SÓCIO-EDUCATIVO (SINASE). **Secretaria Especial de Direitos Humanos e Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**, Brasília, 2006.

SOUZA, M. MIOTO, R. **Diagnóstico da execução das medidas sócio-educativas em Santa Catarina.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Juiz de Fora, 2002. Anais. Juiz de Fora, ABEPSS, 2002.

_____, M. P. **Proteção Integral e ato infracional:** um estudo em Santa Catarina. *Katálisis*, n.2, v.7, julho a dez. 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. **A recusa da escola.** In: *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares.* São Paulo, Hucitec; Edusp, 1993. Disponível em: <http://pedagogia.incubadora.fapesp.br/portal/SOCEDII%20-%20Elie%20GhaneM/SPOSITOMariliaPontesAREcusaDaEscolaInAllus_c3_a3oFecundaALutaPorEduca_c3_a7_c3_a3oNosMovimentosPopulares_c3_a3oPauloHucitecEdusp1993P37790Fragmentos>. Acesso em: 16 out. 2008.

_____, Marília Pontes. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1517-97022001000100007&lng=em&nrm=isso>>. Acesso em: 23 set. 2008.

TELLES, V. S. **A pobreza como condição de vida:** família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. In: *SÃO PAULO EM PERSPECTIVA*, n. 2, v. 4, abr./ Jun. 1990.

VERONESE, J., SOUZA, M., MIOTO, R., **Infância e adolescência, o conflito com a lei:** algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

_____, J. P. **A infância e a adolescência no Brasil:** uma breve incursão histórica da proteção jurídica e social. In: *Os direitos da criança e do Adolescente.* São Paulo: LTR, 1999.

VICTOR, S. L. **Aspectos presentes na brincadeira de faz-de-conta da criança com síndrome de Down.** In: *II Seminário de Extensão e Pesquisa do Espírito Santo.*, 2000, Vitória. v. 2. Anais do II Seminário de Extensão e Pesquisa do ES. Vitória: UFES, 2000.

VOGEL, A. **Do Estado ao Estatuto:** propostas e vicissitudes da Política de Atendimento a Infância e Adolescência no Brasil Contemporâneo. *In:* PILOTTI, F., RIZZINI, I. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

_____, A. **Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM).** *In:* PILOTTI, F., RIZZINI, I. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____, M. (org.). **Adolescentes privados de liberdade:** a Normativa Nacional e Internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

WACQUANT, L. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2001.

_____, L. **As prisões da miséria:** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____, L. **Os condenados da cidade:** estudos sobre marginalidade avançada. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WASELFISZ, J.J. **Relatório de desenvolvimento juvenil.** Brasília: UNESCO, 2004.

YAZBEK, M. C. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo.** *In:* Cadernos de Capacitação. Brasília, CFESS/CEAD/UNB, 1999.

_____, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2ª ed., 1996.

ZALUAR, Alba. **Globalização do crime e os limites da explicação local.** In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos. Cidadania e Violência. Rio: UFRJ/FGV, 2000.

_____, Alba. **Condomínio do Diabo.** Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

_____, Alba. OITO TEMAS PARA DEBATE. **Violência e segurança pública.** In: SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 38, 2002, pp. 19-24. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttexr&pid=S087365292002000100003&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 03 dez. 2008.

_____, Alba. **Violência extra e intramuros.** In: Rev. bras. Ci. Soc. vol.16 no.45 São Paulo Feb. 2001.

ANEXO

CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

(edição revista – março 2008)

Apresentação

A partir da reflexão sobre o *fazer-fazendo* vivenciado nos projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia, fomos, coletivamente, construindo este Projeto Político Pedagógico. Não o entendemos como um documento a ser mostrado. Menos ainda, a ser deixado em gavetas ou prateleiras. Pensamos esse *Projeto* como um *compromisso coletivo*, que tem incidência direta e imediata sobre as ações e relações estabelecidas no dia-a-dia. Um projeto político-pedagógico escolhe um rumo, um *sul*: uma direção e um sentido para o *ser-sentir-pensar-agir* individuais e coletivos.

Ao falarmos em escolher um *sul*, ao invés de um norte, como se faz habitualmente quando se quer definir um direcionamento, já estamos demonstrando uma escolha, fazendo uma *denúncia* e um *anúncio*. Ao mesmo tempo em que denunciemos o jeito de ser hegemônico em nosso mundo, que exclui o *diferente* para se sentir vitorioso, que o explora, destrói, subalterniza, *anunciamos* a escolha de uma outra lógica, um outro jeito de ser, que não precisa subjugar o outro ou destruir o meio ambiente para poder se afirmar.

Assim, entendemos que um Projeto Político Pedagógico é um *propósito* e um *processo*, uma ação intencional continuada e sempre retomada, um *compromisso* definido e assumido coletivamente, a cada dia, por um grupo que sabe que *não basta a vontade política para se atingir qualquer objetivo*. Mas sabe também que *sem essa vontade, retomada e reafirmada coletivamente a cada instante, não se atinge nenhum objetivo*.

Por isso, ao apresentarmos o PPP do Centro Cultural Escrava Anastácia - CCEA, tornamos explícito nosso compromisso com a implementação de Políticas Públicas que viabilizem a geração de oportunidades para as juventudes das periferias, ao mesmo tempo em que a possibilidade de vivermos numa sociedade mais justa e menos violenta.

Equipe Executiva do CCEA, sob coordenação da Profª. Drª. Nadir Esperança Azibei

DADOS DA INSTITUIÇÃO

5.1. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Razão Social: Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela de Nossa Senhora do Mont Serrat

Nome Fantasia: Centro Cultural Escrava Anastácia

Endereço: Rua General Vieira da Rosa, 610 - Mont Serrat
88020-420 Florianópolis SC

Tel./Fax: 48 3224.1151, 3228.5356 - CNPJ: 02.573.208/0001-25

End. Eletr.: falecom@ccea.org.br - Sítio: www.ccea.org.br

Instituição de utilidade pública:

- federal: Port. nº 1331/06;

- estadual: Lei nº 11163/99;

- municipal: Lei nº 5403/98

Registros:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -

CMDCA nº 049/2005;

Conselho Municipal de Assistência Social: CMAS nº 069/00;

Conselho Nacional de Assistência Social: CNAS nº R0059/2006

5.2. MISSÃO DO CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA

O CCEA surgiu a partir da força e intuição de um grupo de mulheres da comunidade do Mont Serrat, que queriam abrir possibilidades para que seus filhos não se deixassem enredar nas malhas do tráfico e da criminalidade. Por isso, assumiu como missão o *empoderamento* de sujeitos individuais e coletivos das periferias da Grande Florianópolis, e sua inserção social, através da implementação de processos educativos que possibilitem o aumento da auto-estima, da capacidade de leitura e compreensão da realidade sócio-cultural e o compromisso comunitário e cidadão. Ao definir como prioridade o trabalho com as *periferias*, o CCEA explicita sua escolha por *pensar e agir a partir das margens*. Nesta perspectiva *ético-político-epistemológica*, as periferias não se definem pela *oposição* ou *afastamento* de um centro, mas pela opção pelo *fronteiriço*, pelo *marginal*, como a *possibilidade da emergência de vozes, culturas, histórias, linguagens e interesses silenciados ou excluídos na modernidade ocidental*. Opção que trabalha não por oposições e exclusões, mas que busca a possibilidade da emergência do novo no *encontroconfronto* dos *diferentes*. Ao se dispor à articulação de sujeitos coletivos, o CCEA expressa sua escolha por um trabalho que se organiza e desenvolve em *redes* e a partir de *redes*. Pensar na articulação em redes supõe o entendimento de ações e relações que mantêm ao mesmo tempo as conexões e a autonomia, a coerência com escolhas ético-políticas que possibilitem a *desconstrução de subalternidades* e a flexibilidade, que permite a criatividade e o crescimento.

5.3. COMPROMISSO DOS PROGRAMAS QUE OPERACIONALIZAM A MISSÃO DO CCEA

PROGRAMA DE FORMAÇÃO:

Aroeira

Surgido a partir do convênio entre o governo federal, através do MTE, e o Centro Cultural Escrava Anastácia, o *Aroeira* assume o compromisso de *articular sujeitos coletivos, atuantes nas comunidades de periferia da Grande Florianópolis, para o desenvolvimento de processos educativos que visem possibilitar a jovens entre 16 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, o aumento da auto-estima e da compreensão da realidade sócio-cultural, o compromisso comunitário e cidadão e a inserção no mundo do trabalho, buscando o empoderamento e a autonomia desses sujeitos individuais e coletivos*.

Em seu primeiro módulo de 400 horas/aula (2006), qualificou para o mundo do trabalho 1200 jovens. Mais 1000 jovens participaram do segundo módulo (2007). E outros 1000 no terceiro módulo (2008).

Frutos do Aroeira

Surgido a partir da necessidade de encontrar um lugar em que pudesse ser desenvolvido o processo de formação para jovens em situação de extrema vulnerabilidade, assumindo agora, a partir de Convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, o caráter de Casa de Semiliberdade, o *Frutos do Aroeira*, assume o compromisso de *oferecer a ess@s jovens uma possibilidade concreta de ruptura com o universo da criminalidade, através da convivência solidária e da capacitação para a produção cooperativa*.

Terceira Idade

Constituindo-se num ponto de encontro de moradores idosos da comunidade Mont Serrat, o Núcleo da Terceira Idade assume o compromisso de *criar um espaço de convivência visando ressignificar o processo de envelhecimento com dignidade através de: atividades manuais, inclusão digital, jogos lúdicos, atividades esportivas, vídeos educativos, palestras, atendimentos de saúde e lanches coletivos.*

PROGRAMA DE INSERÇÃO:

IPC

Surgida a partir do debate sobre a inserção no mundo do trabalho de jovens inscrit@s no Aroeira, e do reconhecimento da *fragilidade* de iniciativas empreendedoras de jovens de periferia e grupos vulnerabilizados, a Incubadora Popular de Cooperativas assume o compromisso de *possibilitar o surgimento e o fortalecimento de iniciativas empreendedoras de jovens de periferia, acolhendo-as em sua infra-estrutura física para o desenvolvimento de oficinas de qualificação técnica e gerencial, articulando-as em redes que possibilitem a otimização de recursos e redução de custos, apoiando-as na busca de parcerias, divulgando suas ações e produtos, acelerando a consolidação desses empreendimentos surgidos a partir de grupos vulnerabilizados.*

Jovem Aprendiz

Surgido a partir da necessidade de dar continuidade aos processos educativos desenvolvidos com crianças e adolescentes das comunidades de periferia, e de acordo com o disposto na Lei 10.097/2000, o Aprendiz assume o compromisso de *possibilitar a criação de oportunidades de aprendizagem pessoal e cidadã, além de experiência técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento, a jovens de 14 a 24 anos, moradores de comunidades de periferia da Grande Florianópolis.*

Agência de Inserção

A partir da necessidade de acompanhar a inserção no mundo do trabalho de jovens participantes do Aroeira, o CCEA dinamiza a sua Agência de Inserção, que tem o compromisso de *articular as necessidades de emprego e renda de jovens de periferia com as ofertas de trabalho disponíveis na Grande Florianópolis.*

OBS.: para todos esses projetos e programas o CCEA desenvolve ações continuadas de formação e capacitação de educadores e toda a equipe envolvida.

5.4. ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS:

Ao optarmos por andar na contracorrente do jeito de ser dominante na *modernidadecolonialidade* ocidental, estamos fazendo *escolhas* com implicações teóricas e metodológicas, ou seja, que questionam – todo o tempo – nosso jeito de *ser-sentir-pensar-agir*. Em outras palavras, escolhas que vão dirigir nossas intencionalidades, nossas ações e as relações que estabelecemos com @s jovens e com tod@s @s parceir@s deste processo educativo. Essas escolhas – ou valores – que vão nos ajudar a definir critérios e metas no trabalho e nas relações de cada dia são: o *cuidado com a vida*, a opção pela *desconstrução de subalternidades* e por pensar e agir *a partir das margens*.

Os moradores e moradoras de comunidades de periferia urbana não são apenas marginalizados, mas também liminalizados, ou seja, vivem em um *entrelugar*, na *fronteira* entre dois mundos. Ao invés de olhar essa situação como carência, percebemos – e queremos possibilitar que escolas, ong's, governos e, sobretudo, el@s mesm@s também percebam – as *intensidades* de *vida*, desejo, criatividade e curiosidade que carregam consigo, e que definem suas imensas *potencialidades*. Por isso escolhemos *pensar e agir a partir das margens*, trazendo para o centro das atenções modos de ser, sentir, pensar e agir que foram *silenciados, ignorados ou desclassificados na modernidade ocidental*.

Ao mesmo tempo entendemos como Maturana e Varela que, vivendo no mundo, somos parte integrante dele e o constituímos, do mesmo modo que somos por ele constituídos. A vida é um processo de conhecimento. Os seres vivos constituem esse processo – e são constituídos por ele – a partir da interação. Por isso o *cuidado com a vida*, em todas as suas instâncias e dimensões – e a *qualidade* da vida vivida – é o primeiro critério de nossas escolhas. Mas esse critério está o tempo todo entrelaçado a outros dois: a opção pela *desconstrução de subalternidades* e por *pensar e agir a partir das margens*.

A epistemologia hegemônica na modernidade ocidental entende o conhecimento como um fenômeno baseado em representações mentais que fazemos do mundo. Este conteria informações. E nossa tarefa seria extrair-las por meio da cognição. Essa posição teórica tem o mesmo direcionamento das disposições práticas e éticas hegemônicas, que vêem o mundo como uma *coisa* a ser explorada em busca de benefícios. Essa é a base da cultura extrativista e exploratória da modernidade ocidental. A idéia de extrair recursos desse *mundo-coisa* estendeu-se às pessoas. E a exploração do outro e da natureza tornou-se o *jeito de ser*, naturalizado e definido como *normal*. Mais ainda, esse jeito passou a ser entendido como o *único* válido, desclassificando e desprezando não apenas os *jeitos* diferentes, mas as *pessoas* e *contextos* diferentes.

Enquanto a modernidade se centra num jeito de olhar que admite uma única perspectiva como correta ou verdadeira, que podemos chamar de *monotópico*, o reconhecimento da *modernidadecolonialidade*, proposta pelo pensamento liminar, ou por esse jeito de *pensar e agir a partir das margens*, quer se abrir para a pluralidade ou *pluri-versalidade epistêmica*, isto é, possibilitar a emergência e o acolhimento de outras lógicas, outros jeitos de *ser-sentir-pensar-agir*. Este outro pensamento não quer se colocar como o *oposto* do pensamento hegemônico, instituindo, não é demais reafirmar, uma outra universalidade, uma outra verdade absoluta. Quer antes se constituir como suas outras faces, alternativas e complementares, que com ele coexistem e interagem. Pensamento complexo, dialógico, polifônico, pluritópico, intercultural, que busca *ativar saberes locais, ainda que descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência detida apenas por alguns*.

Esta perspectiva exige ir além do reconhecimento e do acolhimento das diversidades, da crítica aos racismos e discriminações, da lógica das exclusões ou inclusões resultantes de preconceitos ou estereótipos. Pede atenção à própria produção dos significados, sempre ambivalente, deslizante, intercambiante. Atenção ao jogo de forças que se produz a cada momento, em cada situação, em cada relação. Atenção aos contextos culturais, políticos, históricos e sociais em que se movem – e *des-locam* – os sujeitos em relação. Atenção às possibilidades de reinscrição, de alteração dos significados, das relações e das políticas de verdade vigentes: da transformação das pessoas, das relações, da *realidade*.

No *jeito de ser* da modernidade ocidental, foram subalternizadas as periferias e as pessoas que as habitam, foram colonizados o pensamento, os sentimentos, as falas e as ações de tod@s @s que se colocam como *diferentes* do padrão hegemônico. Escolhendo *pensar, agir e cuidar da vida, a partir das margens*, escolhemos ainda a *desconstrução de subalternidades* como critério de nossos planejamentos e intervenções político-pedagógicas. Entendemos que desconstruir a relação de subalternidade é transformá-la em relação de *reciprocidade*, não como um pacífico, conciliador e amorfo face a face, mas como a potenciação dos paradoxos, das contradições, explodindo na construção de significados e relações solidárias, dialógicas, respeitadas do jeito de ser-sentir-pensar-agir de cada outr@, ao mesmo tempo que insatisfeitas com qualquer situação de acomodação, injustiça ou exploração.

Desconstrução de subalternidades, cuidado com a vida e pensar e agir a partir das margens constituem-se, desse modo, em *escolhas políticas, teóricas e metodológicas* que vão se constituir nos nossos critérios de planejamento, ação e avaliação. Por isso nos desafiamos a nos posicionarmos não como salvador@s dess@s jovens, ou de todas as pessoas e comunidades com que trabalhamos, mas junto com el@s pensar e constituir caminhos que gerem possibilidades.

5.5. EIXOS ARTICULADORES DOS PROCESSOS EDUCATIVOS

Para ser coerente com essas escolhas, os processos educativos desenvolvidos pelo CCEA buscam ter como ponto de partida as histórias de vida das pessoas envolvidas nesses processos, seus contextos sócio-culturais e perspectivas de inserção crítica na sociedade. A consideração desse *chão* em nenhum momento perde de vista o compromisso com a transformação das relações de exploração em relações de respeito e solidariedade e com a luta pela construção de *um mundo um pouco menos feio*.

A memória, a oralidade e a corporeidade serão integradas como formas de trabalhar identidades e diferenças, o cotidiano e a história, refletindo sobre valores e interesses que costumam determinar o *lugar* de cada pessoa e grupo na cidade e no mundo. O entendimento do lugar do trabalho na sociedade capitalista e a relação com o meio ambiente ajudarão a entender as perspectivas de inserção crítica no mundo do trabalho, com competência e *jogo-de-cintura*, sem subalternidades ou subserviências.

A aprendizagem por projetos

Embora tenha sido proposta e utilizada, ao longo da história dos últimos quinhentos anos, por inúmeros grupos que buscavam alternativas ao modo de ser dominante na modernidade ocidental, apenas nas últimas décadas a *aprendizagem por projetos* passou a ter esse nome. Assim os *projetos de aprendizagem* começaram a ser mais valorizados e divulgados, como forma de *aprender a aprender* e de *desenvolver os conhecimentos, habilidades, atitudes e relações necessárias para viver num mundo em constantes transformações e em sociedades complexas*. Por terem quase *virado moda*, torna-se ainda mais necessário explicitarmos e entendermos bem o que estamos propondo ao falar em *aprendizagem por projetos*, uma vez que não basta mudar os *nomes*, ou o discurso. O que pretendemos é mudar a *relação educativa*, a partir de uma visão de mundo e conseqüente concepção de *conhecimento*, que vão na contracorrente do pensamento que se tornou dominante – ou hegemônico – na modernidade ocidental. A primeira distinção a ser feita, então, é entre o que pode ser considerado projeto de ensino e o que estamos chamando de *projeto de aprendizagem*. Um quadro, criado a partir de versões que se tornaram comuns em *sites sobre educação cooperativa* pode tornar mais fácil essa distinção:

	Ensino por projetos	Aprendizagem por projetos
Autoria Quem escolhe o tema e elabora os projetos?	educador@s, coordenação pedagógica	todo o grupo envolvido, educador@s e educand@s, em cooperação
Contextos	estabelecidos por critérios externos e formais	realidade da vida das comunidades e do grupo
A quem satisfaz?	seqüência de conteúdos de um currículo formal	curiosidade, desejo, interesses, necessidades, vontade do grupo
Decisões	hierárquicas	solidárias, participativas, estabelecidas no <i>encontroconfronto</i> , sem certezas <i>a priori</i>
Definições de regras, direções e atividades	impostas pelo sistema, cumpre determinações	elaboradas pelo grupo, em cooperação
Paradigma	conhecimento entendido como conteúdo a ser transmitido	conhecimento entendido como elaboração pessoal, a partir da relação consigo mesm@, com @s outr@s, com o mundo
Papel d@ educador@	principal agente	estimulador@, orientador@, <i>perguntador@</i>
Papel d@ educand@	passivo, ou, quando muito, receptivo	agente, sujeito do processo

Primeira etapa da elaboração do projeto de aprendizagem: a constituição do grupo

Do modo como o estamos entendendo, o projeto de aprendizagem não se estabelece *a priori*, antes da própria constituição do grupo, entendido como o coletivo de educador@s e educand@s. O primeiro aprendizado, ou a primeira etapa da elaboração do projeto, é a própria *constituição do grupo*, ou o domínio das habilidades necessárias para se reunir, pensar junto, tomar decisões coletivamente, ainda que tod@s não pensem do mesmo modo ou não queiram sempre as mesmas coisas. Isso exige a mudança contínua nas relações com @s colegas e educador@s, o desenvolvimento da criatividade, participação, respeito, comunicação e o espírito de socialização e cooperação. Para alcançar esse objetivo, serão utilizados jogos e brincadeiras, além da reflexão sobre textos, situações, imagens, músicas que ajudem o grupo a interagir e a se conhecer melhor.

É neste momento do trabalho, também, que se utilizarão recursos diversos para conhecer e socializar as histórias de vida d@s jovens, suas famílias e comunidades, buscando aprofundar o entendimento de seus contextos socioculturais e a reflexão sobre suas relações com a cidade, o ambiente, o país e o mundo. Ampliar a capacidade de viver em cooperação, tendo como pressupostos o *cuidado com a vida*, em todas as suas dimensões, a opção pela *desconstrução de subalternidades* e a escolha por *pensar e agir a partir das margens*, que são as escolhas teórico-metodológicas deste processo, supõe ir na contramão de valores e comportamentos tornados *naturais* na modernidade ocidental, que se pautam na afirmação de uma única lógica – branca, masculina, ocidental, cristã – e na exclusão ou desclassificação do diferente.

As relações interpessoais, nessa perspectiva, são consideradas como instrumento para ganhar superioridade, numa luta contínua por estar por cima, explorando e subordinando o outro. O eixo articulador dessas relações é sempre vertical e hierárquico, levando a relações de colonialidade. Converter relações de colonialidade em relações de solidariedade implica em inverter a direção desse eixo, colocando-o na horizontal, transformando relações hierarquizantes e subalternizadoras em relações de solidariedade e reciprocidade. Isso

não pretende levar a nenhuma espécie de vale-tudo, prático ou teórico, mas ao estabelecimento de critérios e de regras claras, estabelecidas num processo coletivo.

Confunde-se, com frequência, a rejeição do autoritarismo com a negação de qualquer autoridade. Ao contrário, numa relação dialógica, de reciprocidade, as *autoridades* e direitos de tod@s @s envolvid@s são destacados e respeitados nas suas especificidades. A diferença está em que os limites não são impostos de fora e arbitrariamente, mas estabelecidos no diálogo, no reconhecimento das obrigações e compromissos de cada membro do grupo, num jogo de forças onde tod@s têm vez e voz e ouvem, reconhecem e respeitam a voz e a vez d@s outr@s. Ao invés da superação d@ outro, deseja-se a superação de si próprio, de seus próprios limites, caminhando para a generosidade e a cooperação, ao invés do egoísmo e da competição que são mais usualmente encontrados numa sociedade em que o consumo e o mercado têm prioridade sobre a *vida*.

A aprendizagem por projetos, do modo como aqui está sendo entendida e proposta, é uma metodologia que enfatiza a interação e a cooperação. Como todo tipo de aprendizagem cooperativa, exige d@s envolvid@s no processo constante negociação, tomada de decisões em grupo, responsabilidade pelo próprio aprendizado e pelo do grupo, tolerância e convivência com diferenças, ações conjuntas e coordenadas. *Compreensão*, não apenas conceitual, mas de si próprio, de cada outr@, da sociedade, do meio ambiente, do mundo. Por isso torna mais possível o desenvolvimento da solidariedade, tolerância, cooperação, diálogo, interatividade, apoio mútuo, *cuidado com a vida*; a articulação entre desejos individuais e interesses coletivos, o equilíbrio entre formação pessoal e do grupo; o desenvolvimento da autonomia e da criatividade, enfim, o exercício da cidadania.

As tomadas de decisões coletivas, apesar de serem mais trabalhosas, possibilitam o aprendizado da gestão colegiada e aumentam as *chances* de que as decisões venham a ser cumpridas conforme o combinado. São um exercício de democracia que serve de exemplo para a ação cidadã de educand@s e educador@s. Além disso, possibilitam desenvolver as habilidades exigidas pelo trabalho a partir da capacidade de resolver problemas; a geração de autonomia para aprendizagem contínua ou permanente, ou a capacidade de *aprender a aprender*; a interdependência na construção do conhecimento e no desenvolvimento de ações comunitárias.

A definição coletiva e solidária das metas e caminhos da aprendizagem

O grupo define em conjunto os caminhos que deseja seguir em suas pesquisas, descobertas e apropriações de novos caminhos, transformando-se numa *comunidade aprendente*. Os critérios para essas escolhas estarão cada vez mais próximos das *escolhas* do Projeto Político Pedagógico do coletivo em questão. No caso do *Aroeira*, os eixos *suleadores* são o protagonismo d@s jovens e a não-exclusão, a partir de uma escolha de *pensar, agir e cuidar da vida a partir das margens, numa perspectiva de desconstrução de subalternidades*. Assim, a construção do conhecimento não se dissocia da *constituição do eu*, nem da *transformação do real*. Entendendo que estas opções, com frequência, não serão as mais *naturais* para @s jovens, as escolhas pedagógicas devem pautar-se pelo objetivo de que esse *leque de possibilidades* seja colocado em seus horizontes.

Nessa dinâmica de aprendizagem, o tema é decidido pelo grupo, a partir do estabelecimento, pelo coletivo, das metas de aprendizagem que levam em conta conhecimentos, habilidades, atitudes e relações que @s educand@s (e certamente também @s educador@s) precisam adquirir para alcançar os objetivos propostos. Levantam-se, então, coletivamente, as questões significativas e planejam-se as atividades (pesquisas em jornais, revistas, Internet, bibliotecas...; conversas, visitas, entrevistas...). O grupo todo pesquisa e registra os resultados, em diversas linguagens (escrita, musical, pictórica, dramática...).

Quando falamos em aprendizagem por projetos, então, estamos necessariamente nos referindo à formulação de questões pelos *sujeitos do conhecimento* – educand@s e educador@s. Partimos do princípio de que @ educand@ nunca é uma *tabula rasa*, isto é, partimos do princípio de que tod@s já pensavam e tinham conhecimentos e experiências anteriores. E é a partir de seu conhecimento prévio, que @ educand@ vai interagir com o desconhecido, ou com novas situações, para se apropriar do conhecimento específico – seja nas ciências, nas artes, na cultura tradicional ou na cultura em transformação – como na capacitação profissional e no *aprendizado* da cidadania.

Por isso, quanto mais desafiadores forem os projetos, envolvendo realizações concretas que, preferencialmente, possibilitem contribuição efetiva e real a uma comunidade, maior interesse e envolvimento possibilitarão. Os projetos devem também privilegiar a dimensão coletiva do trabalho, possibilitando o exercício da produção em equipe, da tolerância, do respeito mútuo, da negociação, da percepção de que *ninguém sabe tudo* e *tod@s sabem alguma coisa que é importante para todo o grupo*.

Cada sujeito aprendente estabelece relações distintas com os fatos, temas, problemas focados e busca soluções-respostas a partir de horizontes ou cenários disponíveis em cada contexto. Por isso, esse trabalho favorece a desconstrução dos monopólios de interpretação, das visões únicas e absolutas: as várias versões de cada fato, os vários entendimentos de cada situação, os valores e interesses em disputa. As linguagens e opções silenciadas emergem como possibilidades reais. Por isso a capacidade de escuta e o enfrentamento das situações conflitivas a partir da acolhida das várias posições tornam-se condição e fator de crescimento do grupo. Em seguida o material levantado é analisado em conjunto e sistematizado para apresentação a outros grupos e à comunidade (exposição, jornal, peça teatral, seminário...). Ao mesmo tempo, as possibilidades de interação e de resposta às necessidades da comunidade vão-se constituindo num compromisso comunitário e cidadão, operacionalizado num *serviço à comunidade* (oficina, trabalho voluntário, participação em mutirão...).

Quando falamos de *aprendizagem por projetos*, portanto, estamos nos referindo à formulação de questões pelo@s autor@s dos projetos, pelos sujeitos que vão se constituir ao mesmo tempo em que constituem conhecimentos e ressignificam sua realidade, ressitando-se em relação a ela, à sociedade, ao mundo. Num projeto de aprendizagem é fundamental que a questão a ser pesquisada parta da curiosidade, das dúvidas, das indagações do grupo, não sendo impostas pela executora ou pelo@s educador@s. Quando @ *aprendente* é desafiado a questionar, quando ele se perturba e necessita pensar para expressar suas dúvidas, quando lhe é permitido formular questões que tenham significação, emergindo de sua história de vida, das situações reais em que se acha envolvido, de seus interesses, seus valores e condições pessoais, passa a desenvolver a habilidade de formular e equacionar problemas, no *encontroconfronto* com @s demais.

Rompendo com a fragmentação e a disciplinarização

No trabalho com projetos de aprendizagem, a transversalidade acontece através da articulação e diálogo constantes entre conceitos e idéias, teorias e práticas, rompendo a fragmentação das disciplinas, com o envolvimento de todo o grupo. Educand@s e educador@s vivenciam experiências muito além das áreas específicas. Aprendem a observar, a detectar um problema, considerando suas várias facetas e suas interfaces com outras questões da realidade. Aprendem a pensar em conjunto sobre ele, a levantar hipóteses e expectativas, a compartilhar suas idéias, a ouvir e valorizar as idéias do@s outr@s, buscando soluções que sejam as mais satisfatórias para tod@s. Isso significa criar um ambiente de aprendizagem mais agradável e estimulante.

Nesse processo, tod@s se formam investigador@s e exercitam a capacidade cidadã, aprendendo a sempre duvidar do que já se aprendeu e a buscar novas informações e possibilidades. Tod@s se tornam mais habilidos@s para a colaboração mútua, para as aprendizagens recíprocas. Nesse modo de trabalho, @ educador@ deixa de ser o *dono do saber*, capaz de tudo antecipar, de ser o *controlador*. A disposição para *aprender*, para *investigar*, para *compartilhar* torna-se indispensável. Aprender por projetos é uma forma de aprender fazendo, agindo, experimentando ativamente, e compartilhando com o grupo e a comunidade suas descobertas.

Numa perspectiva transdisciplinar, os objetivos de cada área específica não se anulam, nem desaparecem. Ao contrário, se inter-relacionam o tempo todo, reafirmando-se e reformulando-se mutuamente. No caso específico do *Aroeira*, estão previstas ações de qualificação social básica e qualificação profissional, abrangendo as áreas: Inclusão digital; Valores humanos, ética e cidadania; Educação ambiental, saúde e qualidade de vida; Elevação da Escolaridade. Numa metodologia de *aprendizagem por projetos*, todo o trabalho visará o *desenvolvimento de atitudes, valores e relações interpessoais mais solidárias*, que é o objetivo da área de Ética e Cidadania. Uma atitude ética envolve a capacidade de avaliar as situações e fundamentar as tomadas de decisões pautando-se por determinados valores e avaliando as conseqüências, para si e para @s outr@s, resultantes das decisões tomadas. Esse poder deliberativo da pessoa envolve a habilidade de controlar e orientar desejos, impulsos, tendências e sentimentos, que estará sendo trabalhada o tempo todo através do processo cooperativo proposto pela metodologia da aprendizagem por projetos.

Ao mesmo tempo, o entendimento das *questões ambientais como intrínsecas à preservação da vida e da saúde individual e coletiva* estará proposto em todas as discussões e trabalhos, quando se coloca como uma das prioridades o *cuidado com a vida, a desconstrução de subalternidades e o pensar e agir a partir das margens*. Assim também a *valorização dos saberes cotidianos e a ampliação dos saberes formais* de tod@s e cada um@ é pressuposto básico da *aprendizagem por projetos*.

A inclusão digital também perpassará todas as etapas da aprendizagem por projetos. Ainda que os temas em nenhum momento estejam centrados no ensino de informática, o computador e a Internet serão, o tempo todo, utilizados como meios para o desenvolvimento dos projetos (tanto para a própria pesquisa, quanto para o registro e comunicação dos resultados obtidos). Aqueles que não dispuserem, em seus locais de encontro, de computadores ou do acesso à Internet deverão buscar esse acesso na parceria com outras entidades, de forma a que tod@s @s jovens se beneficiem das facilidades trazidas pelo acesso a essas tecnologias e delas de apropriem para qualificação de seus currículos e utilização em seus locais de trabalho.

O papel da equipe de educador@s

Na aprendizagem por projetos @ educador@ precisa ter coragem e compromisso de romper com algumas limitações impostas pelo cotidiano e por uma história de educação tradicional, *grudada em nossas entranhas*. Isto exige nos despirmos de vícios pedagógicos, rituais escolares, atitudes, comportamentos, relações formatados e lacrados como o *certo*. Um meio importante para isso é o trabalho em *equipe*. Na *equipe* de educador@s, embora cada um@ possa ser especialista em sua área específica, em nenhum momento ele tomará as decisões sozinho, ou estará sozinho com a turma. A aprendizagem do trabalho coletivo começa, então, pela própria equipe de educador@s. Trabalhar numa perspectiva dialógica, encontrando coletivamente alternativas de trabalho, requer responsabilidade, estudo, leituras, ética e compromisso social; problematizar, debater, saborear o inusitado; trocar idéias, repartir e compartilhar *saberes* – e *sabores*; dispor-se a organizar e reorganizar esses saberes a partir de cada grupo, cada projeto e cada realidade local, para possibilitar a ampliação de uma compreensão global.

A equipe de educador@s precisa *ousar* romper com a segurança que nos é dada pelo já conhecido, pelos caminhos já trilhados, instigando o grupo à reflexão sobre questões importantes ao mundo e à sociedade

em que vivemos, levantadas a partir das relações estabelecidas entre @s jovens ou situações vividas em suas comunidades. Provocar, *perguntar*, instigar os membros do grupo a alcançarem seus objetivos e as metas de aprendizagem definidas e assumidas coletivamente são funções que exigem a atenção constante da equipe de educador@s.

Ainda é papel da equipe de educador@s observar se tod@s @s educand@s estão participando; ou, se não, por quê? Estimular a autodisciplina de cada membro do grupo. Interferir para, juntamente com @s educand@s, estabelecer, logo no início das atividades, regras para facilitar o convívio coletivo, e acompanhar para que essas regras sejam cumpridas por tod@s durante os trabalhos. Acompanhar o processo, sem deixar @s educand@s muito soltos ou pressioná-l@s demasiadamente. Cobrar o cumprimento das atividades, chamando atenção para a participação coletiva, com o propósito de diminuir o individualismo, o autoritarismo, o comodismo, estimulando o respeito mútuo e a participação conjunta.

Ao mesmo tempo, ao dominar as habilidades de se reunir, decidir em conjunto, organizar e apresentar informações, a agressividade e a *adrenalina* tomam outra direção. Outras relações se constituem, a partir de atitudes de respeito e colaboração. Para isso é importante o papel da equipe de educador@s, ajudando cada pessoa no grupo a tomar consciência de suas dúvidas temporárias e certezas provisórias e propiciando condições para o desenvolvimento de diferentes atividades que permitam a avaliação contínua dos objetivos que vão sendo atingidos, através da análise das produções e atitudes de cada membro do grupo.

O exercício de cada pessoa expor suas idéias durante o desenvolvimento dos trabalhos serve para dar forma ao pensamento de cada um@. A equipe de educador@s precisa também observar como essas idéias são recebidas, como as pessoas se ouvem, analisam os pontos comuns e divergentes, chegam a conclusões e redirecionam as dúvidas. Todo esse processo exige tempo, porém, enriquece a construção do conhecimento pelo grupo.

Abrindo outros caminhos e possibilidades

Os projetos têm origem na utopia, na criatividade, na viagem aos confins da imaginação e na recuperação da capacidade de sonhar... A informática pode tornar essas palavras mais do que um amontoado de desejos, servindo para transformar o virtual em real. Em nenhum momento, no entanto, o uso do computador é o fim ou o objetivo principal. Ele é meio para a investigação e o trabalho compartilhado. Aprender a trabalhar e a refletir em cooperação, valorizando as várias perspectivas e linguagens, é o objetivo maior.

Esse envolvimento com responsabilidade é vivenciado no decorrer de todo o processo, uma vez que *tod@s* participam de *todas* as definições, atividades, sistematizações e avaliações. Esta construção pode mais facilmente desencadear atitudes de cooperação, solidariedade, humildade, compromisso, além do enfrentamento coletivo dos desafios, passando por tentativas de estruturação e reestruturação, elaboração e reelaboração, exigindo persistência, superação de cansaços e desânimos e a busca coletiva da motivação e dos resultados esperados, de forma contínua.

O trabalho com projetos de aprendizagem, então, parte do interesse d@s jovens, mas o papel da equipe de educador@s é fundamental. A sua intencionalidade deve estar presente e *sulear* a aprendizagem do grupo, para que o trabalho não fique solto ou inconsistente. O papel da equipe de educador@s é o de articuladora, mediadora, *perguntadora* e aprendente, direcionando e capacitando-se continuamente para orientar e estimular o desenvolvimento dos projetos pensados e estruturados pelo grupo. Enquanto @s educand@s se esforçam para formular argumentos explicativos a equipe de educador@s ajudará o grupo a manter a motivação e prazer para registrar as atividades, através de relatórios críticos, que posteriormente serão publicados na Internet ou em murais nas comunidades ou boletins impressos. A mediação da equipe de educador@s deve ser provocadora, facilitando a exposição de tod@s @s envolvid@s em relação a suas certezas provisórias e suas dúvidas temporárias. São sempre provisórias e temporárias porque, no decorrer da pesquisa, as dúvidas podem-se tornar certezas e as certezas se transformarem em dúvidas, podendo gerar outras dúvidas que serão mobilizadoras da continuidade do processo.

É importante que educand@s e educador@s se abram para *aprender* esta metodologia de trabalho. Por isso é conveniente que os primeiros projetos sejam de curta duração, com passos e objetivos muito bem estabelecidos e registrados e avaliados dia-a-dia, para não se correr o risco de dispersão e desestímulo. Saindo-se bem nos primeiros projetos, o grupo se sentirá mais confiante para alçar vôos mais ousados.

Trabalhar nessa perspectiva exige um novo fazer pedagógico e uma nova maneira de pensar sobre educação. É um sistema complexo, aberto, flexível, que relaciona conceitos e intuições, idéias e sensações, teorias e experiências. Cria e recria *nós* e ligações provisórias e transitórias, podendo ser comparado a uma *rede* – ou uma *mandala* – sempre aberta a novas conexões vinculadas a novas relações e parcerias, na qual o conhecimento encontra-se em movimento contínuo de construção e reconstrução e tod@s aprendem e ensinam.

Interagindo numa troca contínua, na descoberta de novos caminhos, na busca de alternativas e de soluções, @s educand@s se descobrem sujeitos de seu processo de capacitação e construção do conhecimento e da cidadania. Nesse processo, @s educador@s são parceiros na organização das atividades, no planejamento e na avaliação coletiva. Esse processo pode ser entendido como uma *ecologia* da vida, do conhecimento e das relações. Para Fritjof Capra, a *ecologia* se contrapõe à *egologia* – ou ao *culto do ego* – que se tornou hegemônica na modernidade ocidental, possibilitando, como propõe Souza Santos, *um conhecimento prudente para uma vida decente, ou caminhar da colonialidade para a solidariedade*.

Essa *ecologia* coloca novos desafios educacionais, novas formas de aprender, novas ambientações de aprendizagem. A palavra *ecologia* costuma indicar as relações existentes entre os diversos organismos, sejam vivos, ou não, suas interações e contradições, o diálogo, entendido como encontro e confronto de diferentes perspectivas, que interagem sem subalternizações ou exclusões. Todos os sujeitos e conhecimentos são organizados como uma *rede*, onde tudo o que existe possui conexões, ligações, relações. Essa trama é envolvida e desenvolvida buscando entender a dinâmica de relações entre os seres e as coisas, mediadas pelo meio ambiente, pela cultura e pela sociedade, buscando sempre se ressituar numa perspectiva de *cuidado com a vida e desconstrução de subalternidades, pensando e agindo a partir das margens*.

Roteiro para Elaboração dos Projetos de Aprendizagem

Cada grupo desenvolverá sua proposta de ensino-aprendizado através de um ou mais projetos, definidos coletivamente. Cada projeto terá sua fonte em três eixos: as histórias de vida individuais d@s jovens, suas famílias e comunidades, o contexto sociocultural do grupo e suas relações com a cidade e o mundo, a proposta de profissionalização escolhida e sua relação com o mundo do trabalho e o meio ambiente. A aprendizagem por projetos constitui-se numa *aprendizagem cooperativa* onde todos os membros de um determinado grupo se ajudam e confiam uns nos outros para atingir as metas definidas coletivamente, coerentes com o Projeto Político Pedagógico assumido em conjunto. Tod@s são responsáveis e sentem-se responsáveis pelos resultados a serem atingidos. As contribuições de tod@s são importantes para o aprendizado de cada um@.

Etapa 1 – Constituição do grupo

A primeira fase do trabalho terá como foco a constituição do grupo. Para isso serão utilizados jogos e brincadeiras de apresentação e integração. A dinâmica dessa fase inicial do processo incluirá, ainda, atividades que visem a recordação, registro e socialização das histórias de vida d@s jovens, suas famílias e comunidades, além da reflexão sobre identidades e diferenças que se manifestem entre os integrantes do grupo, seus contextos sócio-culturais, as relações com o conjunto da cidade, com o meio ambiente e com o mundo.

Etapa 2 – Definição das Metas

Tendo em vista o Projeto Político Pedagógico do *Aroeira*, suas escolhas teórico-metodológicas (*pensar a agir a partir das margens, cuidado com a vida e desconstrução de subalternidades*) e os eixos articuladores (*realidade, habilitação profissional escolhida*), este é o momento de discutir com @s jovens suas expectativas em relação à participação no *Aroeira*, bem como as *expectativas* do CCEA, explicitadas em seu PPP. A partir desse *encontro-confronto*, em conjunto, cada grupo vai definir suas *metas de aprendizagem*, respondendo às questões: que conhecimentos, habilidades, atitudes e *relações* @s jovens precisarão desenvolver, durante os seis meses de atividades do Consórcio, tendo em vista a elevação da auto-estima, a capacidade de leitura do mundo, o compromisso comunitário e cidadão e a inserção crítica e criativa no mundo do trabalho?

Etapa 3 - Definição e problematização do tema

A partir das histórias de vida, da reflexão sobre o contexto sociocultural, da área de profissionalização escolhida e das metas de aprendizagem definidas coletivamente, serão delineados os projetos de aprendizagem. A participação ativa d@s jovens é fundamental. El@s sabem melhor do que ninguém quais temas mais despertam seu interesse e se tornarão porta-de-entrada para que se alcancem as metas previstas pelo projeto de cada grupo e pelo projeto político pedagógico do Centro Cultural Escrava Anastácia e do *Aroeira*.

O projeto de cada grupo, em todos os momentos, vai ser trabalhado transdisciplinarmente. Isto significa que os objetivos das várias áreas (Inclusão digital; Valores humanos, ética e cidadania; Educação ambiental, saúde e qualidade de vida; Elevação da Escolaridade; Profissionalização) perpassarão transversalmente todo o desenvolvimento dos projetos. Os temas em nenhum momento estarão centrados no ensino de informática. O computador e a Internet serão utilizados como meios para o desenvolvimento dos projetos (tanto para a própria pesquisa, quanto para o registro e comunicação dos resultados obtidos). Os grupos que não dispuserem de computadores ou da Internet em seus espaços educativos utilizarão periodicamente (com planejamento prévio) os laboratórios do Centro Cultural Escrava Anastácia: no Mont Serrat, Estreito (IPC) e Centro (Sindicato dos Bancários). Os temas brotarão dos *problemas* significativos para o grupo, levantados a partir das metas de aprendizagem estabelecidas. Os problemas ou temáticas podem surgir de uma pessoa em particular, de um grupo de jovens, da turma, d@ educador@ ou da própria conjuntura. O que se faz necessário garantir é que esse problema passe a ser significativo para tod@s, constituindo-se em *porta de entrada* para o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

A problematização do tema escolhido coletivamente constitui-se no início propriamente dito da elaboração e desenvolvimento do projeto. Nessa etapa, @s jovens irão expressar suas idéias e conhecimentos prévios sobre o problema em questão. Esse passo é importantíssimo, pois dele depende todo o desenvolvimento futuro do projeto. As pessoas, a partir de suas vivências, já trazem hipóteses explicativas sobre as questões que levantam, além de concepções sobre o mundo que as cerca. E é dessas *hipóteses* explicativas que o processo educativo precisa partir. Dependendo do nível de compreensão inicial d@s jovens,

de suas concepções, o processo pode tomar um rumo ou outro. Nessa fase, a equipe de educador@s ouve com atenção o que @s jovens já sabem e o que ainda não sabem sobre o tema em questão. É também a partir das questões levantadas nesta etapa que o projeto é organizado pelo grupo.

Problematizar uma temática significa identificar problemas, buscar fatores explicativos e propor soluções. O problema é entendido como *algo que não sabemos e é importante para nossa capacitação como sujeitos, cidadãos, profissionais, bem como para a transformação da realidade em que nos inserimos*. A realidade é ponto de partida e de chegada, uma vez que os problemas surgem dos contextos sociais dos grupos e visam sua transformação. Os projetos de aprendizagem, nesta perspectiva, não têm em vista apenas mudanças conceituais, ou a aprendizagem de idéias ou conceitos, mas mudanças nas atitudes, habilidades e *relações* dos sujeitos em interação, o que mudará as próprias relações estabelecidas, querendo substituir a violência pela solidariedade, a subserviência pelo respeito e participação nas decisões, a exploração pela cooperação.

Quando o grupo se depara com problemas concretos que geram situações conflitivas, e se envolve em conjunto na busca de possíveis soluções, mobiliza não apenas o intelecto, mas a intuição, as sensações, as várias formas de percepção, os sentimentos, as ações e relações. Considerando a pessoa e o contexto como *em processo, se fazendo*, as possibilidades de transformação são potencializadas, ainda que nenhuma *garantia* esteja dada *a priori*. No entanto, como gosta de lembrar Veiga Neto, *se todas as possibilidades estão em aberto, todas as ousadias são permitidas*.

Etapla 4 - Definição dos objetivos gerais e específicos

Ao elaborar cada projeto, deve-se considerar como ele vai se relacionar com a proposta pedagógica do *Aroeira*. Tanto na fase de elaboração como nas fases de execução e avaliação, o projeto deve levar o grupo a refletir sobre a proposta pedagógica e buscar formas de atingir os objetivos e metas definidos pelo *Aroeira* em seu conjunto e pelo grupo específico. Tendo isso em vista, a partir da escolha do tema e sua problematização, são definidos, coletivamente, os objetivos gerais do projeto:

- O que o grupo pretende alcançar com esse projeto?
- O que o projeto deve mudar no grupo em termos de formas de relação e de trabalho, modalidades de aprendizagem e envolvimento d@s jovens, d@s educador@s, das comunidades?
- Quais conhecimentos, habilidades, atitudes e relações específicas serão desenvolvidas pel@s jovens com a participação nas várias fases desse projeto?
- Que impacto o projeto terá sobre o ambiente, sobre as famílias e sobre as comunidades?

Não se pretende que o grupo todo pense do mesmo jeito ou queira a mesma coisa. O que se espera é que, ao escolher participar do *Aroeira*, numa *oficina-escola* específica, o grupo chegue a um *acordo* sobre suas metas de aprendizagem e as formas de alcançá-las coletivamente. É desse acordo que brotam os objetivos do projeto.

Os objetivos específicos de cada projeto são objetivos mais precisos e detalhados que, mantendo a coerência com os objetivos gerais, vão sendo perseguidos por meio de atividades específicas. Uma maneira útil de pensar os objetivos específicos é considerá-los como soluções a serem buscadas para aqueles problemas razoavelmente bem delimitados.

Etapla 5 – Justificativa, ou discussão da relevância e pertinência do tema

É importante que o grupo busque, em conjunto, respostas claras para as seguintes questões:

- Por que é importante fazer esse projeto?
(O grupo deve refletir sobre o motivo que faz valer a pena realizar esse projeto).
- Quem se beneficiará com seu desenvolvimento?
(É importante que o grupo relacione quem vai se beneficiar direta e indiretamente com o projeto, detalhando os vários segmentos e concentrando sua atenção n@s jovens e nas comunidades).
- De que forma ele pode estar ligado ao desenvolvimento de ações comunitárias?
(O “trabalho voluntário” deve ser pensado e articulado às questões trabalhadas no grupo e às necessidades da comunidade)

Etapla 6 – Estabelecimento dos passos, atividades e recursos necessários

Atenção especial deve ser dedicada à *metodologia* adotada na execução do projeto. Mesmo a *aprendizagem por projetos* pode levar ao individualismo e à competição. Por isso é necessário que se pense numa *metodologia*:

- Colaborativa, envolvendo equipes cujos membros conjugam esforços na consecução de um fim comum.
- Integrativa, envolvendo educador@s, jovens e, se possível, funcionári@s e até mesmo membros da comunidade externa, como os pais, mães, membros das executoras, lideranças das comunidades.
- Transdisciplinar, buscando alcançar os objetivos propostos para todo o processo educativo.

- Complexa, levando em conta as potencialidades de tod@s e cada um.

Também é importante que o projeto explicita como ele vai contribuir para modificar os hábitos de trabalho e as formas de aprendizagem do grupo, de modo a dar ênfase ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e relações que facilitem a inserção social (cidadania) e no mundo do trabalho, compreendendo suas dinâmicas e contradições.

Em seguida, é preciso tentar especificar as atividades centrais que levarão à realização dos objetivos específicos de cada projeto. As atividades podem ser diferenciadas, escolhidas de modo a que cada um@ tenha uma contribuição importante e específica, que contribua para o aprendizado de tod@s. Deve-se buscar a definição de propostas de atividades *complexas* – que dêem chance a cada um@ de perceber e mostrar suas habilidades e necessidades – e sobretudo a interdependência no processo produtivo.

Isso pode ser conseguido respondendo às seguintes perguntas:

- O quê?
Especifique cada atividade a ser realizada.
- Com que fim?
Esclareça quais conhecimentos, habilidades, atitudes e relações serão desenvolvidas com a execução de cada atividade.
- Como?
Esclareça os métodos adotados para realizar as atividades.
- Quando?
Faça um cronograma-guia.
- Onde?
Descreva o local onde será realizada cada atividade.
- Quem?
Descreva quem são as pessoas envolvidas na atividade.
- Com o quê?
Indique os recursos necessários para desenvolver a atividade.

Etapas 7 - Acompanhamento, avaliação e divulgação

O registro do processo deve ser pensado e realizado por tod@s e cada um@, envolvendo diversas linguagens (escrita, fotográfica, pictórica...)

- Como será feito o acompanhamento do projeto?
A equipe deve definir e relacionar as formas de acompanhamento e registro dos efeitos do projeto, tais como reuniões de acompanhamento, relatórios, registros fotográficos ou outros meios.
- Como serão medidos os efeitos do projeto?
A equipe deve relacionar os indicadores (sinais que mostrem o que está acontecendo) dos efeitos do projeto com @s jovens, @s educador@s e a comunidade, à medida que suas atividades forem sendo realizadas.
- Como será transmitido o que se aprendeu?
A equipe deve também descrever os meios que utilizará para comunicar a outras pessoas o que foi alcançado (resultado) e como isto ocorreu (processo). O importante é que outros possam um dia aprender com esta experiência.

Definam, se for o caso, as parcerias que vocês têm ou vão buscar. Se o projeto demanda recursos financeiros, definam como obtê-los. Depois de tudo feito, a equipe deve escolher um nome "bem-bolado" que possa despertar a curiosidade e o interesse das pessoas pelo projeto. Listam-se as pessoas envolvidas na elaboração do projeto (todo o grupo envolvido). Ess@s são @s autor@s do projeto.

Neste momento, o "projeto" está pronto para começar a ser implementado. Ele deve ser impresso utilizando-se uma única cor e apenas um tamanho de letra para facilitar a leitura. (Embora possa num primeiro momento parecer uma formalidade desnecessária, a elaboração de cada projeto de aprendizagem, seguindo estes passos, já poderá se constituir num processo significativo de aprendizado de tod@s e cada um@). Esse roteiro pode servir para futuras elaborações de projetos para busca de apoios e financiamentos.

Etapas 8 – Desenvolvimento do projeto e comunicação dos resultados

Elaborado o projeto, todo o grupo vai se concentrar na sua execução e nas formas que serão escolhidas para comunicação dos resultados à comunidade e a outros grupos do Aroeira. É importante ter em vista que o processo de trabalho já se iniciou lá na primeira etapa, na constituição do grupo. Quando a elaboração do projeto estiver concluída, muitas das metas já poderão ter sido alcançadas. É importante que a avaliação desse processo seja contínua, e que tod@s se sintam responsáveis por tudo o que vai acontecendo, tornando-se autor@s de sua prática e da reflexão sobre ela. Em alguns grupos pode ser que os primeiros projetos sejam rápidos. A partir da análise dos resultados e dos impasses enfrentados já deve ser iniciada, então, a elaboração do próximo projeto, tendo em vista a consecução das metas inicialmente definidas. Pode

ser que a experiência do grupo leve a outros desdobramentos, que inicialmente não haviam sido previstos. O importante é que as decisões continuem a ser conjuntas, e que todo o coletivo cresça nesse processo de execução/avaliação e avaliação/execução.

5.6. ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA APROFUNDAMENTO DAS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E DOS EIXOS ARTICULADORES

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação Intercultural e Comunidades de Periferia**: limiares da formação de Educador@s. Tese. Florianópolis: PPGE-UFSC, 2006.

A primeira parte do primeiro capítulo discute a questão da *modernidadecolonialidade* ocidental e a produção subalterna do outro. A segunda parte desse mesmo capítulo explicita um entendimento das possibilidades de *desconstrução de subalternidades*. O segundo capítulo discute a questão da produção das periferias como subalternas e perigosas pelo pensamento e pelo *jeito de ser* dominantes na modernidade ocidental.

O texto encontra-se nas bibliotecas da UFSC e da UDESC e está disponível para *download* em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0538.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana M. Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

É a partir da leitura de Freire que começamos a adotar o termo *sulear*, ao invés de *nortear*, para indicar um rumo, uma orientação. Paulo Freire chama a atenção para algumas obviedades que explicitam a naturalização do ponto de vista do *norte* como hegemônico: “*Enquanto centro de poder, o Norte se acostumou a perfilar o Sul. O Norte norteia*” (2001, p.49). Ver a esse respeito também a nota 15 (p.218-21) em *Pedagogia da Esperança*, que transcreve o texto do físico Márcio Campos, falando sobre a representação do norte na parte superior do mapa que assim “*deixa escorrer o conhecimento que nós no hemisfério sul engolimos sem conferir com o contexto local*” (1992, p.218).

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Foi Eduardo Galeano quem nos chamou a atenção para o significado e a importância da *utopia* que, como o horizonte, mesmo não podendo ser alcançado, serve para nos fazer caminhar, mantendo acesa a esperança.

GROH, Vilson. **Labirintos de esperanças**. O significado pedagógico das histórias de vida de lideranças populares. Dissertação. Florianópolis: PPGE-UFSC, 1998.

Padre Vilson aprofunda a discussão da perspectiva utópica que brota cotidianamente do *sangue e do riso* presentes na vida das comunidades e das *agoridades* que ao mesmo tempo em que nos calcam os *pés no chão* abrem possibilidades de re-leituras das histórias de sofrimento e opressão e perspectivas de um futuro tecido em redes das quais brotam possibilidades de mudança.

MATURANA, Humberto R. & VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Tradução: Humberto Mariotti e Lia Diskin; ilustração Carolina Vial, Eduardo Osório, Francisco Olidares e Marcelo Maturana Montañez. São Paulo: Palas Athena, 2001.

Maturana e Varela discutem as bases biológicas do conhecimento e da própria vida como processo de conhecimento. Ajudam-nos a entender como os seres vivos se constituem nesse processo e sua interação vital com o meio ambiente.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. v. I. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos nos ajuda a entender a necessidade da substituição do pensamento único, vigente na modernidade ocidental, para possibilitar a emergência de histórias, linguagens, culturas, pessoas, povos inteiros massacrados ou subalternizados.

